

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

**A ESCRITA DE SI: DISCURSOS SOBRE
O SER SURDO E A SURDEZ**

Belo Horizonte
2008

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

A ESCRITA DE SI: DISCURSOS SOBRE O SER SURDO E A SURDEZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área: Lingüística do Texto e do Discurso

Linha de pesquisa: Análise do Discurso

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gláucia Muniz Proença Lara.

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2008



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^ª. Dr^ª. Glaucia Muniz Proença Lara
Faculdade de Letras/UFMG - Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lucia Castanheiras
Faculdade de Educação/UFMG

Prof^ª. Dr^ª. Maralice de Souza Neves
Faculdade de Letras/UFMG

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos
Faculdade de Letras/UFMG

Ao meu marido Otto, pelo amor e incentivo, e às nossas filhas, Ana Bela e Malu, por darem sentido à minha vida.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa de pesquisa.

À minha orientadora, Glaucia Muniz Proença Lara, pela competência, agilidade e dedicação com a qual me orientou nesse percurso. Com carinho e amizade, agradeço pela confiança e pelo interesse na temática surda.

À professora Ida Lucia Machado, pela generosidade de ter visto potencial em mim e no meu projeto de pesquisa, incentivando-me a ir além.

Ao professor Antônio Carlos Soares Martins, pela valiosa orientação na pesquisa de Iniciação Científica.

Aos colegas que dividiram comigo momentos inesquecíveis durante o Mestrado no PosLin: Josely, Kelly, Letícia, Manuela, Mariana, Maria de Fátima, Rafaela, Viviane e tantos outros. Em especial, agradeço a Josely, pelo apoio e pelas produtivas conversas que mantivemos.

Aos funcionários do PosLin, sempre tão atenciosos e gentis.

Às intérpretes de Libras, Gildete Amorim e Kellen Dolejal, pelo profissionalismo e compromisso com o qual aplicaram os questionários que possibilitaram a formação do *corpus* da presente pesquisa.

Ao meu companheiro de sempre, Otto, pai das minhas filhas e esposo querido, pelo cuidado com as crianças na minha ausência e pelo incentivo e amor que me fazem sempre ir adiante.

Às minhas filhinhas queridas, Bebel e Malu, agradeço por serem como são e por me fazerem querer ser uma pessoa cada dia melhor.

À minha mãe, Miriam, pelo exemplo na lida com as palavras e por ter despertado em mim o gosto pela pesquisa.

À minha irmã Bianca e ao meu cunhado Ian, pela acolhida familiar em BH e pelos bons momentos musicais compartilhados.

Aos meus queridos irmãos Ráfel, Harmony e Luccas, pela força da torcida.

Ao amigo Beto Guedes, pelo desejo de colaborar.

Por fim, aos sujeitos surdos que partilharam comigo seus discursos e imagens. Sem eles, esta pesquisa não teria sido possível.

A todos o meu carinho e os meus sinceros agradecimentos.

Nós surdos somos...

...não nos importa que nos marquem como refugos, como excluídos, como anormais.

Importa-nos quem somos, o que somos e como somos. A diferença será sempre diferença. Não tentem colocar todos os capitais do mundo para declarar-nos diversos porque não é isso que estamos significando. Continuamos a ser diferentes em nossas formas. Continuamos a nos identificar como surdos. Continuamos a dizer que somos normais com nossa língua de sinais, com o nosso jeito de ser surdos.

[...]

...então um grupo cultural à parte. Um grupo que realmente investe na decisão de ser diferente. De transformar o anormal em normal no cotidiano da vida. É um jogo perverso que se instaura. Jogo entre o que é nossa invenção e o que inventaram sobre nós. Porque jogo inventado? É próprio do modernismo criar uma alteridade para o outro e obrigá-lo a segui-la. Neste ponto, a universalização e a historicização se confrontam num afrontamento em que riscos estão presentes num movimento sinuoso que envolve.

[...]

...os diferentes dos não-surdos, dos surdos implantados ou dos deficientes auditivos. A estes grupos não interessa nossas lutas, elas lhes dizem de outras paragens sem interesse, sem encanto. A nós isto é importante. Compreendemos os choques culturais. Conhecemos de norte a sul as necessidades destes outros grupos, nós as recomendamos e damos a eles os exemplos de nossas resistências para que prossigam nas suas conquistas. E os informamos de nossas lutas não acabadas.... O triste espaço da deficiência foi o alibi para nos mantermos “baixas do progresso”. Usurparam nossa diferença e disso sequer poderíamos sair pelos cadeados colocados aqui e ali.

[...]

..... mártires destas jornadas pela diferença, poucos de nós conseguimos pular para dentro do veículo do progresso e com afinco trazer para as páginas de espaços acadêmicos novas posições, novos achados científicos longe daquelas palavras que sustentam a farsa sobre nós e que impõem a dita anormalidade.

Gladis Perlin (2007).

RESUMO

A partir da análise do discurso de tendência francesa e, sobretudo, dos estudos desenvolvidos por Dominique Maingueneau (1998, 2005, 2006), objetivamos, nesta dissertação, analisar discursos sobre o ser surdo e a surdez produzidos na condição de surdez, buscando, assim, depreender as imagens da surdez discursivamente produzidas por sujeitos surdos. Para tanto, 21 questionários respondidos em português escrito por surdos universitários foram analisados. Com base na tríade *universo, campo e espaço discursivo*, apresentada por Maingueneau (2005), foi-nos possível projetar o *campo discursivo da surdez*, constituído por um *espaço* em que se confrontam duas formações discursivas (FDs) – uma clínica, outra lingüístico-antropológica. A partir da primeira FD podem-se vislumbrar um *discurso de fundamentação ouvintista* (DFO), caracterizados pelo princípio de que o surdo é um “ouvinte incompleto”, que pode “aperfeiçoar-se” por meio de condutas específicas. A partir da segunda FD origina-se um *discurso de fundamentação surda* (DFS) que determina uma conduta de vida pautada pela riqueza da “experiência visual”, postulando que *ser surdo* é uma questão vivencial, que se baseia em uma língua e em uma comunidade específicas. As análises partem da compreensão desse “embate de FDs” que se institui no espaço discursivo por nós recortado. Constatamos, nas análises, maior ocorrência do DFS no *corpus* da pesquisa (81%). Apenas 19% dos discursos analisados se mostraram condizentes com o DFO. Entre as inúmeras imagens da surdez delineadas nos discursos, encontramos as seguintes oposições: no DFS, a surdez é vista a partir dos semas *normalidade surda / comunidade / independência e liberdade / afirmação de felicidade*, ao passo que no DFO, ela é vista a partir dos semas *deficiência ouvinte / solidão e exclusão / subordinação à tentativa de adequação / afirmação de sofrimento*.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez; imagem; discurso; análise do discurso; formação discursiva.

RESUMÉ

À partir de l'analyse du discours de tendance française et, surtout, des études développés par Dominique Maingueneau (1998, 2005, 2006) nous voulons, dans cette dissertation, analyser des discours sur l'être sourd et la surdité produits dans la condition de surdité, cherchant ainsi déduire les images de la surdité produites par des sujets sourds. Pour ça, 21 questionnaires répondus en portugais écrit par des sourds universitaires ont été analysés. Basé sur la triade *univers, champ et espace discursif*, présentée par Maingueneau (2005), a été possible projeter le champ discursif de la surdité, constitué par un espace où s'affrontent deux formations discursives (FDs) – une *clinique*, l' autre *linguistic-anthropologique*. À partir de la première FD on peut apercevoir un *discours de fondement de l' auditeur* (DFA), caractérisé par le principe que le sourd est un “auditeur incomplet” que peut se “perfectionner” à travers conduites spécifiques. À partir de la deuxième FD s'origine un *discours de fondement sourde* (DFS) qui déterminent une conduite de vie réglée par la richesse de “l'expérience visuelle”, en disant que *être sourd* est une question de vie, basée sur une langue et une communauté spécifiques. Les analyses partent de la compréhension de ce choc des FDs qui se forment dans l'espace discursif, recoupé par nous. Nous constatons, dans les analyses, un plus grand incident du DFS au *corpus* de l'enquête (81%). Seulement 19% des discours analysés se sont montrés assortis du DFA. Parmi les nombreuses images de la surdité ébauchées dans le discours, nous avons trouvé les oppositions suivantes: dans le DFS, la surdité est aperçue à partir des semes *normalité sourde / communauté / indépendance et liberté / affirmation du bonheur*, tandis que dans le DFA, elle est aperçue à partir des semes *handicap auditeur / solitude et exclusion / subordination à l'essai d'adaptation / affirmation de souffrance*.

MOTS-CLÉS: Surdité; image; discours; analyse du discours; formation discursive.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	----

CAPÍTULO 1: DISCURSOS SOBRE A SURDEZ: DAS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO À POLÊMICA CONSTITUTIVA

1.1. Situando e problematizando a relação dos surdos com a linguagem: dos primórdios à contemporaneidade	16
1.2. Perspectivas atuais: cultura e identidades surdas.....	24
1.3. Discursos sobre a surdez: formações discursivas em embate.....	30
1.4. Notas sobre a escrita de surdos	46

CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1. A constituição do <i>corpus</i>	54
2.2. A Análise do Discurso como referencial teórico-metodológico.....	62
2.3. Discutindo alguns conceitos	66
2.4. Contribuição dos Estudos Surdos	88

CAPÍTULO 3: COMO OS SURDOS SE EXPRESSAM EM PORTUGUÊS ESCRITO SOBRE O SIGNIFICADO DE SER SURDO?

3.1. Delimitando o corpus.....	91
3.2. Procedimentos de análise.....	93
3.3. O que dizem da surdez aqueles que a vivenciam?.....	94

3.3.1. As palavras e os sentidos	96
3.3.2. Controle e contracontrole	111
3.3.3. Um rito de passagem: de deficientes auditivos a surdos	118
3.3.4. Um cenário cinza e um cenário cor-de-rosa	129
3.3.5. Diferentes formas de ser surdo	135
3.4. Discussão dos resultados	149
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS.....	168
ANEXOS	175

INTRODUÇÃO

Saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar. Isto é, em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso segundo do comentário. O que é próprio do saber, não é nem ver, nem demonstrar, mas interpretar. (Michel Foucault, 1986).

Na epígrafe acima, Foucault nos indica que “o que é próprio do saber não é nem ver, nem demonstrar, mas interpretar”. Vemo-nos, então, diante do desafio de escrever ao lado das palavras dos surdos as nossas próprias palavras, não em uma sobreposição de vozes, mas em uma atividade interpretativa que nos leve a desaguar em águas discursivas comuns.

É preciso ressaltar que o que estará em evidência aqui serão as palavras primeiras a partir das quais as nossas irão se debruçar. Neste estudo, pretendemos analisar os discursos sobre o ser surdo e a surdez produzidos por sujeitos surdos, buscando depreender a(s) imagem(ns) da surdez discursivamente produzida(s) pelos sujeitos e refletindo sobre a constituição e o funcionamento de tais discursos¹. Para tanto, não nos contentaremos em descrever ou demonstrar, será preciso, aqui, *interpretar*, formular e lançar o discurso segundo do comentário, como nos fala Foucault.

Para que se compreenda a nossa motivação neste estudo é preciso compreender, primeiramente, que o entendimento acerca da surdez vem se modificando ao logo do tempo. Surdos já não vivem mais recatados, enclausurados em escolas

¹ Visando a contribuir para o desenvolvimento de pesquisas sobre a escrita de surdos, o *corpus* da pesquisa foi constituído por textos escritos em português por surdos universitários (coletados a partir da aplicação de questionário) sobre o significado da surdez.

especiais, longe dos olhos e da consciência da sociedade. Hoje eles estão ao nosso lado, nas escolas e nos empregos, na política e na arte e ainda vão além: produzem uma arte própria e se engajam em movimentos políticos voltados para o reconhecimento do grupo.

A integração dos surdos nos diversos segmentos sociais parece coincidir com o fortalecimento político da comunidade surda, uma vez que a coesão do grupo promove a inclusão social. Apesar da aparente contradição (entre a coesão e a dispersão do grupo), parece ser possível afirmar que quanto mais fortalecidos e unidos enquanto grupo, mais considerados e respeitados os surdos são enquanto cidadãos.

Mas nem sempre foi assim: a história dos surdos é vista por muitos como uma história de dominação (SKLIAR, 1998, PERLIN, 2003, STROBEL, 2007). Sob o pretexto da deficiência, surdos já foram vistos como dementes, como incapacitados legalmente e como usuários de uma linguagem perversa que os distanciaria da aprendizagem da língua oral. Eles foram proibidos de utilizar a língua de sinais e “incentivados” a treinar duramente a fala, em uma tentativa de normalização. Durante muito tempo, os surdos foram compreendidos a partir do campo da saúde.

Na contemporaneidade, no entanto, a surdez tem sido deslocada do campo médico para o campo lingüístico e cultural, tanto no universo acadêmico, quanto nas práticas sociais. Na universidade, por exemplo, o interesse pelo povo surdo fez crescer a incidência de pesquisas em áreas diversas, como a da lingüística, a da psicologia, a da sociologia, a das artes, etc. Na prática social, o lugar de ocupação surda comprova esse deslocamento teórico: vemos os surdos se deslocarem das APAEs e das Escolas Especiais para as escolas comuns; das poltronas das clínicas médicas e fonoaudiológicas para as cadeiras das universidades. Como pode ser percebido, esse deslocamento parece acontecer em rede, ocasionando rupturas e realocações outras, reorganizando as relações

de saber-poder do povo surdo consigo mesmo e com a sociedade. A partir daí, parecem-nos, então, que os discursos sobre a surdez, veiculados pelos próprios surdos, não apenas acompanham os movimentos da história, mas também os engendram.

É buscando compreender melhor os movimentos discursivos sobre a surdez que nos propomos, no presente estudo, a delinear a(s) imagem(ns) da surdez produzida(s) por sujeitos surdos. Para tanto, do ponto de vista teórico-metodológico, situamo-nos na chamada Análise do Discurso de tendência francesa, privilegiando, neste trabalho, os estudos desenvolvidos por Dominique Maingueneau (1998, 2005, 2006, 2006b). Mais especificamente, as análises partem da tríade *universo, campo e espaço discursivo*, apresentada por Maingueneau (2005), o que nos permitirá projetar o *campo discursivo da surdez* e nele “recortar” *espaço(s)*, focalizando o “diálogo” que se estabelece entre diferentes formações discursivas (FDs).

As análises do *corpus* partem, portanto, da compreensão desse “embate discursivo” para delinear a(s) imagem(ns) do ser surdo e da surdez, produzida(s) pelos próprios sujeitos surdos. Nessa perspectiva, examinaremos: a) a construção do *ethos* discursivo e pré-discursivo, buscando compreender a constituição social e histórica dos sujeitos surdos, assim como o “jogo de imagens” no qual eles se inserem; b) a semântica global de cada discurso, verificando a existência de grupos de textos regidos pela mesma semântica discursiva, refletida sobre a rede interdiscursiva articulada no intradiscorso, assim como as temáticas que o sistema de restrições semânticas exclui em cada FD; c) a dita “inabilidade” de escrita dos surdos, problematizando essa premissa ao estabelecer argumentos que corroborem a idéia de que o plano de conteúdo não é substancialmente prejudicado pelos “desvios” no plano de expressão na escrita dessa população.

Para atingir os objetivos descritos acima, estruturamos o presente trabalho em três capítulos. O Capítulo 1, que se subdivide em quatro seções, focalizará desde as condições históricas de produção dos discursos sobre a surdez até a polêmica constitutiva que os atravessa. Na primeira seção, apresentaremos uma visão panorâmica da história dos surdos, vislumbrando como a relação desses sujeitos com a linguagem tem sido considerada ao longo do tempo. Na segunda seção, discorreremos sobre as perspectivas atuais e os avanços da modernidade em relação ao passado. Na terceira, buscaremos compreender, em termos discursivos, como os profissionais que lidam com a surdez – e como os próprios surdos – concebem essa “condição”, apreendendo as formações discursivas a partir das quais os sujeitos enunciam. Na última seção, abordaremos a escrita de surdos e especificaremos a base epistemológica a partir da qual consideramos essa questão em nossa pesquisa.

O Capítulo 2, que trata do aparato teórico-metodológico, também se subdivide em quatro seções e relatará, primeiramente, como se deu a constituição do *corpus* da pesquisa, para, posteriormente, explicitar a filiação teórica do nosso estudo. Em seguida, conceitos como *semântica global; universo, campo e espaço discursivo; interdiscurso e ethos* (MAINGUENEAU, 1998, 2005, 2006, 2008) serão discutidos, visando à construção de uma base a partir da qual as análises do capítulo três poderão se desenrolar. Por fim, apresentaremos as contribuições dos Estudos Surdos para a presente pesquisa.

O terceiro e último capítulo trata da análise do *corpus*, recebendo várias subdivisões. Após explicitarmos os mecanismos a partir dos quais delimitamos o *corpus*, apresentaremos os procedimentos que seguiremos nas análises, com base em um roteiro prévio. A partir daí, focalizaremos o que dizem da surdez aqueles que a vivenciam. Por fim, os resultados da análise serão sistematizados e discutidos, de forma

a melhor delinear a(s) imagem(ns) da surdez desvelada(s) em nosso estudo, o que nos encaminhará para os comentários finais.

CAPÍTULO 1 - DISCURSOS SOBRE A SURDEZ: DAS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO À POLÊMICA CONSTITUTIVA

Pretendemos aqui contextualizar a relação entre surdez e linguagem, da Antigüidade aos tempos atuais. Veremos como essa relação tem sido compreendida ao longo da história, refletindo sobre a influência de determinados eventos históricos para a construção e a desconstrução de mitos sobre questões de linguagem na surdez. Abordaremos de que forma(s) um novo olhar e um novo discurso sobre a surdez começaram a ser construídos a partir de conquistas pontuais, fazendo com que o espaço de atuação surda, em consequência disso, fosse largamente ampliado na sociedade.

Quem é, afinal, o sujeito surdo? Como ele se constituiu ao longo da história? São questões como essas que buscaremos responder ao longo deste capítulo. Para tanto, após olharmos de relance para eventos que marcam a história do povo surdo, abordaremos os posicionamentos discursivos sobre a surdez correntes no meio surdo, focalizando a polêmica constitutiva que os atravessa. Apresentaremos, assim, os principais discursos sustentados tanto pelos profissionais que lidam com surdos, quanto pelos próprios sujeitos surdos que, longe de estar apenas apresentando posicionamentos, estão revisitando, através da palavra, a sua própria vida.

1.1 Situando e problematizando a relação do surdo com a linguagem: dos primórdios à contemporaneidade

Ao longo da história, a surdez tem sido vista e conceituada de diferentes maneiras. Da Antigüidade aos tempos atuais, a concepção de surdez vem sofrendo

alterações e constantes revisões. Na contemporaneidade, essa noção costuma ser (re)definida e (re)interpretada a partir do campo de conhecimento em que é abordada e da perspectiva teórica assumida, determinando escolhas, rejeições ou reformulações.

Na Antigüidade, acreditava-se que o pensamento era possibilitado e organizado pela fala. Filósofos da Idade Clássica, como Aristóteles, acreditavam que, para atingir a consciência humana, os objetos deveriam ser conhecidos a partir dos órgãos do sentido, sendo a audição o canal mais importante para o aprendizado. Era comum, naquela época, a crença de que o pensamento era possibilitado e organizado pela fala, como nos indica Guarinello (2004, p. 15). A ausência dela, em um mundo teocêntrico, caracterizava os surdos como seres *desprovidos de pensamento*, certamente por obra de alguma “maldição divina”. A partir desse pressuposto, aqueles que não ouviam costumavam viver trancafiados como bichos ou loucos.

Com o passar do tempo, o atributo de maldição foi se perdendo na história. Apesar disso, poucas mudanças práticas foram observadas. Na Idade Média, por exemplo, surdos ainda não possuíam direitos legais e, por isso, não podiam votar nem se casar, tampouco adquirir bens ou heranças. Eram tomados como seres infra-humanos, impossíveis de ser educados, e eram mantidos em exclusão dos processos sociais. Os poucos registros da Antigüidade que abordam a surdez e que chegaram aos nossos dias fazem referência prioritária a “curas” inexplicáveis ou milagrosas que, subitamente, devolviam a condição de humanidade aos que não ouviam, como relatam Lane (1997) e Lacerda (1998).

Se a pré-história corresponde ao período da história que antecede a invenção da escrita, talvez o breve relato acima possa ser caracterizado como “a pré-história da surdez”, ou seja, o período que antecede ao reconhecimento dos surdos como seres humanos, passíveis de ser educados. Como vimos, até então, não há registros que

abordem os surdos de maneira ampla e diversificada, mas, sim, uma homogeneização quanto à condição de subumanidade que era atribuída aos que não ouviam.

A possibilidade de instruir e educar pessoas surdas surgiu a partir do início da Idade Moderna. Nessa época, o nascimento de surdos na nobreza passa a ser a força motriz dos primórdios da educação de surdos: alguns professores se dispuseram a educá-los, e isso pode ser considerado, na conjuntura da época (século XVI), um expressivo avanço.

No entanto, poucos são os registros desses primórdios, pois era comum, na época, manter em sigilo o modo como essa educação era conduzida. Além disso, os professores trabalhavam isoladamente e não havia o hábito da troca de experiências. Lacerda (1998), citando Shánces (1990), relata, por exemplo, que Heinicke, importante educador alemão que foi professor de surdos, costumava comentar que ninguém conhecia o seu método de educação, com exceção do seu filho. Alegava ter passado por tantas dificuldades sozinho que não pretendia dividir as conquistas do seu método com ninguém. Dessa maneira, muito foi perdido e pouco dos primórdios da educação de surdos pôde ser reconstituído. Mas é a partir dessa época que se começa a admitir que os surdos podem aprender através de procedimentos pedagógicos adequados, sem que haja, para tanto, interferências sobrenaturais, como a “cura” súbita da surdez.

Muitos autores, como Shánces (1990) e Lane (1998), fixam como marco fundador da educação de surdos o trabalho desenvolvido pelo monge beneditino espanhol Pedro Ponce de Leon, no século XVI². Como relata Lodi, (2005, p. 411), o

² Diversos eram os métodos utilizados pelos primeiros professores de surdos. Tais métodos variavam quanto à maior ou menor utilização de métodos visuais, como a dactologia (representação manual das letras do alfabeto) e alguns sinais da LS nativa da região. Porém, o principal objetivo da maioria desses professores, como Pedro Ponce de Leon, era o desenvolvimento da fala e da escrita, uma vez que era prevista a possibilidade de o surdo tornar-se cidadão legal, respondendo por si próprio e podendo administrar negócios e heranças, se pudesse se comunicar pela fala e/ou pela escrita (SOUZA, 1998, p.129).

trabalho desse educador não apenas influenciou profundamente métodos posteriores, mas desestabilizou os argumentos médicos e religiosos da época sobre a incapacidade dos surdos para o desenvolvimento da linguagem e, portanto, para toda e qualquer aprendizagem.

No século XVIII, escolas públicas especializadas em educar surdos começaram a ser fundadas, como, por exemplo, o *Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris*, primeira escola pública para surdos na Europa, fundada pelo abade Charles Michel de l'Épée (SOUZA, 1998). Nesse período, sem contar ainda com o reconhecimento lingüístico da língua de sinais (LS), o treino da fala era considerado como “metodologia de ponta” na educação de surdos³.

L'Épée reconheceu que os surdos possuíam uma forma de comunicação eficaz e que a linguagem utilizada por eles poderia ser útil no processo de instrução. No entanto, consoante às idéias lingüísticas e filosóficas de sua época, o abade acreditava que seria preciso, primeiramente, “organizar” e dotar de lógica a língua dos surdos de Paris, imputando-lhe regras claras e elementos faltantes, com base na gramática da língua francesa, considerada como o centro organizador.

Dessa forma, ele criou os “sinais metódicos”, como ficou conhecido o (des)arranjo de L'Épée na língua dos surdos parisienses. Grosso modo, o abade submeteu aquela língua de sinais (LS) à gramática da língua francesa, considerada completa e melhor, criando sinais “faltantes” (como conectivos e flexões) e inventando elementos morfêmicos capazes de, a partir da segmentação de determinados sinais, originar outros. O fim último seria o de conferir aos surdos a capacidade de

³ Consta que, por volta de 1760, um movimento de surdos contra a *ideologia verbal* já começa a se delinear no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris (LODI, 2005, p. 413). Os estudantes protestavam contra a imposição das práticas oralizadoras, que se obstinavam em fazê-los falar. É provável que a aglomeração de surdos nessa escola tenha favorecido o desenvolvimento e o fortalecimento de uma língua de sinais e, com isso, feito aflorar o sentimento de grupo e a vontade de uma maior participação dos surdos na condução de sua educação e de suas vidas.

compreender o mundo a partir dessa linguagem artificial, que deveria ser compreendida e traduzida em escrita. L'Épée criou tantos sinais, no afã de dotá-los de semelhanças com as palavras francesas, “que sua linguagem algumas vezes era tão desfigurada que se tornava incompreensível” (BEBIAN, 1984, citado por SOUZA 1998, p.150).

Assim, tal método conseguiu apenas tornar os surdos bons decodificadores, pois consistia, sobretudo, no exercício de ditar perguntas e respostas a partir dos “sinais metódicos”, cabendo aos surdos decodificá-los em forma de registro escrito, o que não garantia a compreensão do que estava sendo decodificado, tampouco possibilitava a criação individual de novas sentenças, fossem elas em sinais ou em linguagem escrita.

Com a ampliação da educação de surdos e com o passar do tempo, divergências teórico-metodológicas quanto aos métodos utilizados pelos professores acabaram culminando no *I Congresso Mundial de Professores de Surdos*, congregando profissionais de diferentes países em Milão, em 1880⁴. Ressaltamos aqui a importância histórica do congresso de Milão, como ficou registrado esse evento na história, para a constituição identitária dos surdos. Ainda hoje, mais de um século depois, os desdobramentos desse congresso ainda são discutidos pelas comunidades surdas do mundo inteiro, pois ele pode ser caracterizado como um acontecimento que fez retroceder – e estagnar – em muito as conquistas dessa população.

De maneira sucinta podemos dizer que tal retrocesso pode ser caracterizado pela conclusão a que chegaram os congressistas naquela ocasião: ficou decidido que, dali em diante, os surdos deveriam ser ensinados através da língua oral, de terapias que

⁴ De acordo com Souza (1998, p. 88), esse congresso foi organizado, patrocinado e conduzido principalmente por renomados e ardorosos defensores do “oralismo” (princípio que busca desenvolver a fala dos surdos). Eles haviam se empenhado, já antes do congresso, em fazer prevalecer o método oral puro no ensino de surdos e contavam, para tanto, com o prestígio político e econômico de cientistas que apregoavam o controle e até a proibição da LS na educação de surdos. Por fim, decidiu-se, em uma assembléia geral realizada no congresso (da qual os profissionais surdos foram proibidos de participar), pela adoção universal do método oral puro, que consistia em treinar a fala e a audição, proibindo, para tanto, o uso das línguas de sinais.

estimulassem o desenvolvimento da fala. A LS, vista naquela época ainda como uma linguagem artificial e desprovida de gramática, foi considerada como um possível empecilho para o desenvolvimento do surdo, sendo, portanto, proibida a sua utilização nos espaços escolares. Assim, Lodi (2005, p. 416) nos informa que, durante quase um século (1880 a 1960), o discurso dominante sobre a surdez centrou-se na tentativa de eliminar as diferenças, de abafar e inferiorizar a surdez, de proibir a LS e de buscar meios para o desenvolvimento da linguagem oral nos surdos, a partir de técnicas mecânicas e descontextualizadas de treino articulatorio.

Esse quadro, contudo, já vinha dando sinais de fraqueza, tanto frente à resistência surda, que não aceitou a “mordaca” passivamente⁵, quanto em relação aos baixos resultados obtidos pelos professores que, inclusive, começaram a fazer uso de outros métodos de comunicação⁶. Foi quando, em 1957, o lingüista Willian Stokoe da *Gallaudet College*, em Washington, lançou a hipótese de que a língua utilizada pelos surdos poderia ser uma língua genuína, natural, constituindo-se, portanto, como um instrumento lingüístico propriamente dito (LODI, 2004, p. 282).

Assim, ao descrever a Língua de Sinais Americana (*American Sign Language - ASL*), o grupo de lingüistas liderado por Stokoe chegou à conclusão de que o sistema de comunicação utilizado pelos surdos americanos era realmente um *sistema* lingüístico natural e articulado (QUADROS & KARNOPP, 2004). Foi a partir desses estudos que a LS passou a ser vista como “uma estrutura multiarticulada e multinivelada, com base nos mesmos princípios gerais de organização que podem ser encontrados em qualquer

⁵ Apesar de terem sofrido até mesmo agressão física em nome do “perigo” que a LS representava (há relatos de surdos freqüentando escolas com as mãos amarradas), a LS não pôde ser contida, continuando a se desenvolver, ainda que na clandestinidade, como a língua dos surdos.

⁶ O principal deles foi a Comunicação Total, forma pela qual ficou conhecida a estratégia de comunicação com os surdos, que acabou se desdobrando em filosofia educacional, a partir da mescla de distintos sistemas semióticos, como desenhos, palavras, mímicas, sinais da LS, etc. O objetivo, nesse caso, seria o de fazer com que a comunicação se estabelecesse de maneira eficiente, sendo o código de veiculação um problema secundário.

língua” (BEHARES, 1993, citado em LODI, 2005). A partir de então, a relação dos surdos com a linguagem começa a deixar de ser vista, definitivamente, como deficitária.

Pode-se dizer que, a partir da década de 1980, a língua de sinais passou finalmente a ser reconhecida, pelo menos pelos pesquisadores da área, como a língua materna e natural da população surda, reservando-se à língua oral majoritária no país um estatuto de segunda língua.

Foi a partir dessa primeira conquista que outras puderam ser firmadas. Quando se compreendeu, de maneira definitiva, que os surdos não apresentavam *desvantagem lingüística* em relação aos ouvintes, um novo olhar e um novo discurso sobre a surdez começaram, enfim, a ser constituídos, fazendo com que o espaço de atuação surda fosse ampliado.

Com base no que foi exposto, pode-se concluir que a história dos surdos, sobretudo de sua educação, é marcada pelo etnocentrismo e pela colonização dos surdos pelos ouvintes, com o devido apoio da tradição oralista, como afirma Skliar (1999), inspirado em Bhabha (2000). Isso encobriu, por muito tempo, aspectos lingüísticos (e culturais) próprios à surdez, por serem considerados “desvios”. Encobriu, sobretudo, a possibilidade de desenvolvimento do povo surdo, que tinha o seu espaço de atuação determinado e limitado pelo olhar restritivo que a eles era imputado.

Na contemporaneidade, entre muitas divergências teóricas, alguns consensos puderam ser firmados. O mais importante deles determina que, no ser surdo, inexistente qualquer tipo de *deficiência cognitiva ou lingüística*. Segundo Rocha *et al.* (2007), a literatura tem mostrado, até o momento, que os circuitos neurais para as línguas de sinais funcionam de maneira semelhante ao processamento cerebral das línguas orais: o processamento das LS também ocorre do lado esquerdo do cérebro. Lacerda (1998), citando Bellugi (1980), relata que pesquisas realizadas com surdos afásicos, no *The Salk*

Institut for Biological Studies, na Califórnia, demonstram que, se, por um lado, todo sinal (elemento lexical das LS) é um gesto, nem todo gesto é um sinal, uma vez que lesões no lado esquerdo do cérebro levam a diferentes graus de comprometimento sintático da LS, embora não se observe prejuízo em outros tipos de gestos, como os gestos não-lingüísticos.

Nessa mesma esteira, determina-se ainda que a modalidade de língua “oral-auditiva” não é o modelo maior e supremo a partir do qual se pode articular um *sistema de comunicação lingüística*. As pesquisas sobre as línguas de sinais têm demonstrado isso. Quadros & Karnopp (2003, p. 29) lembram que o gerativista Noam Chomsky (1995, p. 434), por exemplo, reconhece as pesquisas sobre as línguas de sinais quando afirma que

o termo ‘articulatório’ é tão restrito que sugere que a faculdade da linguagem apresenta uma modalidade específica, com uma relação especial aos órgãos vocais. Os trabalhos nos últimos anos em línguas de sinais evidenciam que essa concepção é muito restritiva⁷.

É preciso que se esclareça, no entanto, que um *possível atraso* na aquisição e desenvolvimento da linguagem pode ocorrer devido exclusivamente a questões contextuais, não neurofisiológicas. Referimo-nos a casos extremos, ainda recorrentes em cidades pequenas e zonas rurais, em que a criança surda não é previamente exposta a um *input* lingüístico apropriado (seja através da língua de sinais, seja através da língua oral, por meio de terapias fonoaudiológicas), não se encontrando, portanto, imersa em um ambiente social propício à aquisição da linguagem. Com a criança alheia à sinalidade e sem meios para atingir a língua dos pais, a força da natureza propicia, muitas vezes, a convenção de “sinais caseiros”, de caráter provisório, criados e veiculados no âmbito familiar. Em casos como esses, a aquisição de um sistema lingüístico formal costuma ocorrer no início da fase escolar, quando a criança começa a

⁷ Tradução das autoras citadas.

ter contato com outras crianças surdas ou com o profissional fonoaudiólogo da escola.

O que existe, então, de fato, é uma real *diferença* (no sistema lingüístico de comunicação, na aquisição da linguagem e nos modos de socialização) que acaba sendo (ou não) interpretada como deficiência. Mas podemos pensar que a linguagem é, ao mesmo tempo, algo tão comum e tão complexo, que não conseguimos nos livrar dos ditames culturais e contextuais para pensar em uma língua de existência quase concreta, que se articula no espaço e se movimenta diante dos nossos olhos. Vale a pena, para esta reflexão, evocar o mestre genebrino, que, citando Whitney, diz:

É por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido os gestos e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas (SAUSSURE, 1995, p. 17).

Isso nos leva a pensar que os caminhos da evolução poderiam ter nos levado a outros meios de comunicação que não necessariamente a oral. Podemos pensar, por exemplo, nos primórdios da comunicação humana, quando os desenhos e os gestos fizeram parte da história da evolução dos sistemas de comunicação.

Não sendo mais a surdez vista como deficiência (ainda que se conserve essa idéia em alguns setores), o ser surdo⁸ passa a se alicerçar na diferença; diferença sobretudo lingüística, mas calcada em questões culturais, identitárias e políticas.

1.2. Perspectivas atuais: culturas e identidades surdas

Atualmente, muitos são os autores, como Gesueli (2006), Moura (2000), Sá (2002), Pinto (2001), Skliar (1998, 1999) e Perlin (1998, 2003, 2003b) que apresentam

⁸ O termo *ser surdo* tem sido utilizado por autores surdos, como Perlin (2003), como uma categoria que visa a substituir a gasta “surdez”, que estaria em uma esfera clínica, já estereotipada.

a surdez (muitas vezes, agora, com /s/ maiúsculo)⁹ como lugar de cultura e identidade específicas. A concepção socioantropológica da surdez na pós-modernidade define os surdos como pertencentes a uma comunidade lingüística minoritária – ainda discriminada – que utiliza e compartilha uma língua visual e apresenta modos de socialização próprios, assim como costumes e hábitos específicos porque fundados na/pela surdez. Segundo esses autores, a experiência de vida estritamente *visual*, não-auditiva, funda uma forma outra de perceber a vida.

Isso pode ser expresso em esquemas perceptivos e interpretativos diversos “segundo os quais um grupo produz o discurso de sua relação com o mundo” (PONCHES, 1996 citado por SANTANA & BERGAMO, 2006), relação essa que é perpassada pela escolha de vida entre os seus iguais, pelo uso da língua visual e até mesmo por hábitos lingüísticos que se posicionam na fronteira entre a língua e a cultura¹⁰.

Mas a noção de cultura surda não é unanimemente aceita. Skliar (1998) e Sá (2002) relatam o incômodo e a incompreensão de alguns diante dessa noção. Segundo os autores, aqueles que apresentam argumentos contrários a essa noção costumam se basear principalmente em uma concepção de *cultura universal* – noção definitivamente negada pelos Estudos Culturais, principal embasamento teórico daqueles que tomam os surdos como um grupo culturalmente específico.

Autores como Santana & Bergamo (2005), por exemplo, buscam fragilizar o conceito de cultura surda, apresentando questionamentos que se voltam para a discussão acerca da real soberania da língua nas relações culturais (apenas a língua definiria a

⁹ A dicotomia surdez/Surdez será explorada no decorrer deste trabalho.

¹⁰ Sobre as relações entre língua e cultura, na língua brasileira de sinais, ver RUDNER, A. *A relação entre polidez e cultura surda na língua brasileira de sinais* (em desenvolvimento). Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

cultura?) ou para a cisão social entre surdos e não-surdos que costuma ser subentendida pelo conceito (existiria, assim, uma cultura ouvinte e outra surda, dividindo a civilização entre surdos e não-surdos?). Alegam ainda que tal conceito tenciona reordenar relações de poder, proporcionando poder social – para os surdos – e poder acadêmico – para os pesquisadores.

Para Sá (2002) e Skliar (1998), o que importa nessa querela não é apenas compreender as manifestações culturais específicas do povo surdo, face à cultura hegemônica, mas compreender também que a representação dessa cultura no imaginário social a toma como uma cultura patológica, como uma subcultura, uma vez que a *resistência* e a *diferença* não costumam ser interpretadas positivamente.

Pensando no extremo oposto, Chiella (2007) reflete sobre casos em que o tema da cultura acaba se tornando aliado na busca pela “verdade surda”. A autora demonstra preocupação diante o fato de a língua de sinais e a cultura surda estarem sendo banalizadas, desgastadas ou reduzidas uma à outra, na tentativa, por parte de alguns, de definir a “essência surda”. Atualmente, tem-se falado mais em “marcas surdas”, como o faz a própria Chiella, no intuito de demonstrar marcas culturais que são constituídas nos espaços de vida surda.

O tema da cultura, nos estudos surdos, quase sempre aparece vinculado à problemática das identidades. O termo “identidades surdas” tem ganhado terreno sobretudo no espaço de interseção com a lingua(gem), lugar onde ele se constrói por excelência. Para Perlin (1998, p. 52), “a identidade é algo em questão, em construção, uma construção móvel que pode freqüentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições”. De maneira bastante simplificada e bem genérica, poder-se-ia dizer que “identidade surda” diz respeito principalmente ao processo de reconhecimento e de identificação do surdo com os seus

iguais; ao uso da língua de sinais e, para alguns, *ao direito de querer ser surdo*. Pode ser percebida, ainda, em algumas de suas facetas, através de práticas sociais específicas, como a resistência frente à presença hegemônica ouvinte ou o percurso de lutas do movimento surdo. Nas palavras da pesquisadora surda Gladis Perlin:

Se nos consideramos surdos, não significa que temos uma paranóia. Significa que estamos sendo o outro com nossa alteridade. Somos o surdo, o povo unânime reunido na auto-presença da língua de sinais, da linguagem que evoca uma diferença de outros povos, da cultura visual, do jeito de ser. Somos alteridades provadas pela experiência, alteridades outras. Somos surdos! (PERLIN, 2003b, p.92)

Perlin (1999, p. 51), inaugurando as pesquisas sobre “identidades surdas” no Brasil, ressalta que, em diversos momentos, precisou contestar teorias sobre os surdos, cunhadas por sujeitos ouvintes, pelo simples fato de ela focalizar o seu universo (surdo) a partir de uma ótica interna. Para apresentar a concepção de sujeito surdo que alicerça suas pesquisas, diz ter sido necessário, inicialmente, lutar para se desprender das crenças que lhe ensinaram a assumir a respeito do ser surdo, particularmente as crenças propagadas pelo campo da medicina e da audiologia que, de maneira geral, tendem a ver a surdez como uma anomalia. A visão “normalizadora” sobre os surdos, segundo ela, não pode jamais fomentar discussões acerca da problemática da diferença, do sujeito e do poder. Aliás, revelam, sim, o “poder administrativo” do ouvinte sobre o surdo.

Segundo Skliar (1999), a forma mais presente desse poder se dá através do *ouvintismo* como ideologia dominante. O ouvintismo é um reflexo das representações estereotipadas dos ouvintes sobre os surdos e a surdez. Pode ser visto como um dispositivo de controle disciplinar da sociedade, como “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte.” (SKLIAR, 1998, p. 15). As representações dos ouvintes sobre a surdez, de forma geral, refletem um posicionamento histórico que a enquadra no campo da

doença. No caso dos surdos ouvintizados, estes passam a aceitar a estereotipia forjada para eles no senso comum. Essa ótica pode tornar-se, assim, avassaladora e destituidora de identidades.

Para Perlin (1999), o ouvintismo deriva de uma proximidade particular que se dá entre surdos e ouvintes, na qual o ouvinte está sempre em uma situação de superioridade. A ideologia ouvintista é tão forte, segundo ela, que muitas vezes não permite ao surdo desenvolver uma identidade própria ou, no mínimo, uma consciência oposicional. É como se o surdo estivesse condenado a se considerar eternamente uma cópia imperfeita dos seres que ouvem.

Skliar (1999) chama a atenção para o fato de que o ouvintismo – ou o oralismo, sua forma institucionalizada – não deve ser compreendido somente como um conjunto de idéias e práticas simplesmente destinadas a fazer com que os surdos falem e sejam como os ouvintes. Os pressupostos que fundamentam e originam essas idéias precisam ser compreendidos como a base epistemológica que autoriza tais práticas. Para o autor, tais pressupostos podem ser: a) *lingüístico-filosóficos*, quando tomam o oral como abstração e a gestualidade como concretude e obscuridade de pensamento; b) *religiosos*, quando se prioriza a confissão através da palavra vocalizada; c) *pseudocientíficos*, quando se afirma que a audição é imprescindível para o desenvolvimento humano; d) *políticos*, demonstrados pela tentativa de controlar, ter sob domínio as minorias lingüísticas ou sociais.

Voltando aos estudos sobre as identidades surdas, Perlin (1999) identifica, entre múltiplas categorias possíveis, cinco diferentes facetas de identidades que podem ser facilmente encontradas nos sujeitos surdos. Em termos discursivos, poder-se-ia dizer que a construção das identidades surdas irá depender da relação que esses sujeitos mantêm com o *discurso de fundamentação ouvintista*, por um lado, e com o *discurso de*

fundamentação surda, por outro. Tais discursos serão examinados em seus pormenores na próxima seção.

Na surdez, tais identidades parecem constituir-se nos espaços fronteira entre as culturas, as línguas e as comunidades surdas e ouvintes, podendo, segundo Perlin (1999), ser classificadas como: 1) *identidade surda* em si: aquela que se sobressai pela militância e consciência de definir-se politicamente diferente. É facilmente verificada em surdos filhos de pais surdos; 2) *identidade surda híbrida*: costuma ser atribuída a surdos que nasceram ouvintes e que, com o tempo, tornaram-se surdos. Apesar de a autora referir-se apenas a casos que, como o dela¹¹, foram em direção à formulação de uma identidade surda, é preciso ressaltar que o oposto também pode ocorrer, ou seja, existem aqueles que se voltam para a construção de identidades refletidas nos ouvintes; 3) *identidade surda de transição*: manifesta-se em surdos que viveram sob o domínio da cultura ouvinte, em geral, os surdos oralizados, mas que posteriormente foram inseridos na comunidade surda, passando pelo processo de “desouvintização” da representação da identidade; 4) *identidade surda incompleta*: verificada em indivíduos que vivem sob a dominação latente da ideologia ouvintista, negando as possibilidades de identidades surdas e considerando os ouvintes como o padrão a ser seguido; 5) *identidade surda flutuante*: apresenta-se onde os surdos vivem e se expressam a partir da hegemonia ouvinte (de forma consciente ou não), não demonstrando, no entanto, satisfação ou integração a nenhum dos seguimentos, nem o surdo, nem o ouvinte.¹²

¹¹ A autora tornou-se surda aos treze anos.

¹² Pontuamos aqui que as tipologias de identidades acima, apresentadas por Perlin (1998), costumam ser problematizadas. Vale ressaltar que identidades são complexas, heterogêneas e estão em constante movimento, como nos revela Neves (2006).

1.3. Discursos sobre a surdez: formações discursivas em embate

As pessoas que ouvem jamais mudaram por nós. Sempre nos estigmatizaram e rebaixaram a uma deficiência da vida, a uma inferioridade marginal numa sociedade que designam dominada por eles. Então temos duas escolhas apenas. Podemos escolher nos submeter ou podemos escolher não nos submeter. Os surdos submissos seguem a trilha da cura de sua deficiência, da “reabilitação”, da assunção da identidade do “colonizador”, da mutilação de seus corpos em prol da adaptação ao ideal daquele que coloniza o ouvinte. Os surdos não submissos reagem. Se auto afirmam como o que são e sempre foram, enaltecem o orgulho e a auto estima por serem o que são e resistem bravamente até o fim, firmes em seus objetivos de serem aceitos e reconhecidos pelo que são. Depoimento de surdo militante citado por Rezende & Pinto (2007, p. 207)¹³

A epígrafe acima pode ser considerada como uma amostragem do que veremos neste trabalho: distintos posicionamentos discursivos sobre a surdez. No texto acima, a oposição se dá entre surdos ouvintizados (tidos como submissos) e surdos não-ouvintizados (não-submissos e, portanto, reativos). Poder-se-ia dizer que a oposição do texto acima estabelece uma relação orgânica entre discursos antigos e modernos sobre a surdez.

Como podemos perceber, os discursos sobre a surdez vêm se movimentando e alterando ao longo do tempo. É possível dizer que essa “nova” concepção de surdez, cultural, identitária e não-patológica, foi inicialmente fundamentada e possibilitada pelo reconhecimento tanto político quanto lingüístico da LS como língua genuína, de expressão e vivência do povo surdo e, posteriormente, pela ascensão da filosofia bilíngüe na educação de surdos. Foi, principalmente, a partir da década de 1980 que a politização e o fortalecimento da comunidade surda conseguiram conferir uma nova representatividade ao Movimento Surdo. Nessa época, as pesquisas sobre as LS já havia

¹³ Esse discurso foi colhido pelos autores no site de relacionamentos *Orkut* da comunidade *Surdos Oralizados*.

consolidado o valor de língua de tais línguas e a filosofia de educação bilíngüe¹⁴ para surdos ganhou força e expressão renovada.

Toda essa dicotomia entre línguas e culturas faz emergir da surdez discursos diversos que nos mostram que “o significado de ser surdo tem mudado ao longo do tempo”, como nos diz Perlin (2003). Ser surdo significou, em um passado nem tão distante, apenas se desenvolver como o avesso da norma. Era aceitar o espaço e o lugar que lhe eram atribuídos, convalecendo-se de sua própria existência. Certamente, se perguntássemos a um surdo comum do século XIX ou do início do século XX sobre o significado de ser surdo, sobre o significado da sua experiência de vida surda, a sua resposta, provavelmente, não destoaria dos saberes sociais e científicos em relação à surdez difundidos em sua época, e sua experiência de vida não poderia, em contrapartida, estar à frente daqueles saberes. Em outras palavras: um surdo, naquela época, dificilmente poderia interpretar a sua “diferença” como igualdade e completude, uma vez que esses saberes (e essa vivência) ainda não eram difundidos em seu tempo.

Nas últimas décadas, no entanto, assistimos à reinvenção da surdez, e certamente o significado de ser surdo vem sendo alterado por ela: como podemos observar, os surdos têm sido deslocados do campo clínico para o campo lingüístico e cultural, tanto no universo acadêmico, quanto nas práticas sociais. Na universidade, pode-se dizer que o interesse por questões relacionadas à surdez cresceu horizontalmente (quantitativamente), fazendo aumentar a incidência de pesquisas em

¹⁴ Para Sánches (1990), o modelo de educação bilíngüe parte do reconhecimento de que os surdos estão em contato com duas línguas e que uma delas é a língua de sinais. Cabe ressaltar que o bilingüismo não traz apenas implicações lingüístico-pedagógicas, mas também conotações políticas e ideológicas em relação ao reconhecimento e ao respeito ao povo surdo. A importância da filosofia bilíngüe deriva do fato de que ela não supõe apenas o convívio pacífico das duas modalidades de língua (língua oral e língua de sinais) no ambiente escolar. Supõe, antes de tudo, compreender que quando se aceita uma língua, se aceita também a cultura na qual essa língua está inserida, assim como as imagens identitárias do povo que a vivencia. O bilingüismo supõe heterogeneidade e multiculturalismo no contexto escolar, não apenas sistemas lingüísticos diversos.

diversas áreas, como a educação, a lingüística, a psicologia e a sociologia, demonstrando, nesses espaços, crescimentos agora verticalizados, isto é, qualitativos.

Na prática social, o lugar de ocupação surda tem comprovado esse deslocamento teórico: os surdos têm se deslocado das APAEs e das Escolas Especiais para as escolas comuns, das clínicas fonoaudiológicas para as cadeiras das universidades. Esse deslocamento parece acontecer em rede, ocasionando rupturas e realocações outras, reorganizando as relações de saber-poder da surdez na sociedade e da surdez consigo mesma.

Contudo, pode-se observar que discursos modernos e tradicionais sobre os surdos coexistem lado a lado, tanto entre os profissionais que lidam com o grupo, quanto entre os próprios sujeitos, demonstrando assim que a surdez não é um “objeto” uno, tampouco homogêneo.

Para que se compreendam os discursos sobre a surdez correntes no meio surdo¹⁵, é preciso levar em conta, antes de mais nada, que conceituar a surdez tem gerando certa polêmica (discursiva) entre diferentes áreas de conhecimento: certamente, não há exatamente um consenso teórico entre as ciências da saúde, a educação, a antropologia e as ciências da linguagem sobre o “objeto” surdez.

Se para alguns ela é tecida pela rede da identidade lingüística e cultural, tendo como implicação aceitar a sua ausência de sons e elevar a língua de sinais a um lugar privilegiado nas relações lingüísticas, educacionais e sociais que envolvam os surdos, para outros, ela passa pelo crivo do direito à “igualdade” (fisiológico-auditiva) e da reabilitação para a inclusão. Por esse prisma, os surdos precisam desenvolver suas potencialidades oral-auditivas como forma de garantir sucesso sócio-educacional. Trata-

¹⁵ “Meio surdo” refere-se aqui ao universo discursivo que lida com a surdez, seja entre os profissionais da área, entre os próprios surdos, ou no senso-comum.

se de formações discursivas (FDs)¹⁶ que se opõem e que emanam, muitas vezes, da própria “imagem” da surdez discursivamente construída na própria surdez, ou seja, os próprios surdos (e não apenas pesquisadores e educadores) elegem para si determinadas concepções de surdez. Enquanto alguns a rejeitam, outros fazem dela a sua força.

Apesar da polêmica, seria possível promover uma tentativa de sistematização de tais discursos sobre tal “objeto”, dividindo-os em pelo menos dois grandes blocos – ou duas FDs –, aos quais os diferentes grupos de profissionais das áreas citadas irão se filiar, promovendo as adaptações necessárias e especificando a sua relação com o objeto.

A primeira formação discursiva (FD) pode ser considerada como originária do domínio *clínico*. Nela, apresentam-se conjecturas e propostas baseadas em posturas e terapias capazes de fazer com que o surdo “supere”, contorne a surdez, como forma de alavancar o seu desenvolvimento lingüístico e social. Assume-se, assim, um discurso que pode ser considerado de *fundamentação ouvintista*. Práticas oralistas, que visam a levar o surdo a “falar” e a treinar a audição, podem ser consideradas as premissas básicas (mas não únicas) dessa FD. Resta compreender que princípios ou filosofias estão por detrás de tais práticas. Denominamos, assim, *FD clínica ou de fundamentação ouvintista* aquela que concebe a surdez como uma patologia que precisa ser tratada.

A segunda formação discursiva que, por sua vez, pode ser considerada como oriunda do domínio *lingüístico-antropológico*, postula que os surdos podem viver e se desenvolver na/pela surdez, sem combatê-la. Tal FD se ancora em princípios lingüísticos, culturais e identitários que especificam os *povos surdos*, ostentando um discurso que pode ser considerado de *fundamentação surda*. Denominamos, pois, *FD lingüístico-antropológica* ou de *fundamentação surda* aquela que compreende a surdez

¹⁶ A noção de *formação discursiva*, que será retomada no capítulo 2, foi primeiramente apresentada por Foucault e, posteriormente, reelaborada por Pêcheux no quadro da Análise do Discurso. Comumente define-se uma FD como o que pode e o que deve ser dito em uma dada conjuntura, determinando, ao mesmo tempo, certa regularidade e certa dispersão de sentidos.

a partir de seu reconhecimento lingüístico e cultural. *Antropológica* deve-se ao fato de que aqui os surdos são vistos a partir da sua condição humana (de povo específico) e não a partir da sua condição acústico-fisiológica. *Fundamentação surda*, por sua vez, deve-se ao fato de que esse discurso parece buscar o reconhecimento da surdez a partir dela mesma, isto é, é desejo de seus locutores ressignificar esse conceito na sociedade. Para tanto, partem de si e se fundamentam mais em questões relativas ao funcionamento interno do grupo do que em questões externas a ele.

Apesar da descrição das FDs acima evocar, em alguma medida, a dicotomia oralistas *versus* bilingüistas no quadro educacional da surdez, cabe ressaltar que tais discursos não partem de princípios educacionais, mas de filosofias que definem uma concepção de surdez, seja na educação, seja na lingüística ou mesmo no senso comum, o que, por sua vez, irá determinar a semântica global de cada discurso.

Ressaltamos ainda que o discurso do bilingüismo, em voga na atualidade, vem se transformando em modismo vazio e costuma ser usado sempre que a língua de sinais se faz presente na educação de surdos, fato que não é suficiente para caracterizar tal prática. De forma análoga, diante das “marcas de agressão” deixadas na comunidade surda pelo oralismo, dificilmente algum profissional se apresenta como adepto a ele, apesar de a *práxis* pedagógica ou discursiva às vezes revelar exatamente o contrário.

Diante dessas evidências, dizemos aqui que dados discursos são de *fundamentação* ouvintista ou de *fundamentação* surda, e não oralistas ou (bi)lingüistas em si mesmos.

Reconstituindo a rede interdiscursiva e as determinações sócio-históricas e ideológicas que atravessam essas FDs poderemos levantar hipóteses sobre a filiação de dado discurso a essa ou aquela base, ainda que seus locutores não o admitam explicitamente, uma vez que, na perspectiva teórica que assumimos para este trabalho –

a da chamada análise do discurso de tendência francesa –, os não-ditos também significam.

Com base em Skliar (1999, p. 9), esclarecemos ainda que a temática da surdez na atualidade configura-se como um território de representações que não podem ser facilmente delimitadas em “modelos sobre a surdez”. Como alerta o autor, é preciso pensar não apenas nas oposições decorrentes dos “modelos clínicos” e dos “modelos antropológicos”, mas “também nos matizes, nos espaços vazios, nos interstícios, nos territórios intermediários que não estão presentes nesses modelos,” transitando e fluando entre eles, “como por exemplo as significações lingüísticas, históricas, políticas e educacionais”.

Isso implica que, apesar de o modelo clínico ser compreendido como “o disciplinamento do comportamento e do corpo para produzir surdos aceitáveis para a sociedade dos ouvintes”, em algumas representações ditas antropológicas o discurso parece ser exatamente o mesmo. A língua de sinais, em ambos os casos, parece ser um meio eficaz de resolver a questão da oralidade dos surdos, mas não, por exemplo, “um caminho para a construção de uma política das identidades surdas”. Da mesma maneira, determinadas representações sobre a educação bilíngüe se apresentam como uma ferramenta conservadora e politicamente eficaz que reproduz uma prática voltada para o monolingüismo: “utilizar a primeira língua do aluno para acabar rapidamente com ela, com o objetivo de alcançar a língua oficial”. (SKLIAR, 1999, p. 10). O que almejamos, ao recortar determinado espaço discursivo no campo discursivo¹⁷ da surdez não é, portanto, buscar “modelos definidos de surdez”, encontrando a “verdade” por detrás deles, mas justamente deslindar os diferentes matizes, os possíveis interstícios, os

¹⁷ As noções de *campo* e *espaço* discursivo, bem como outras noções a que se faz referência nesta seção, como, por exemplo, a de *semântica global*, a de *interincompreensão* ou a de *interdiscurso*, serão reapresentadas e discutidas no capítulo 2, que trata da fundamentação teórica.

entrelugares discursivos que podem ser apreendidos a partir do sujeito surdo, vislumbrando significações lingüísticas, históricas e político-ideológicas de base. Dizendo de outra maneira, refletiremos sobre as manifestações discursivas desse espaço, partindo do princípio da interdiscursividade e de uma semântica global (MAINGUENEAU, 2005) que controlaria todas as dimensões do discurso, funcionando como uma rede de restrições e determinando as possibilidades discursivas de cada posicionamento.

Voltando à questão dos discursos sobre a surdez, cabe-nos inquirir (antes de focalizar nosso objeto de estudo: os discursos construídos pelos surdos) quais seriam as concepções de surdez para os profissionais que lidam com surdos, uma vez que eles são responsáveis, em grande medida, pela difusão e propagação de discursos sobre a surdez em diversas esferas sociais (incluindo aí, porque não, a própria comunidade surda).

Podemos responder a essa questão olhando mais de perto para o congresso do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos – realizado em 2005, no Rio de Janeiro.

O INES é um órgão do Ministério da Educação que tem 151 anos de existência e pode ser considerado um centro de referência nacional na área da surdez¹⁸. Os anais do congresso, ocorrido em 2005, podem ser tomados como uma amostragem interessante, uma vez que os títulos dos trabalhos podem nos indicar posicionamentos discursivos e ideológicos. Conferências como “*Conseqüências da privação auditiva no*

¹⁸ Em 1857, durante o Império de D. Pedro II, o professor francês surdo Hernet Huet fundou no Brasil, com o apoio do imperador, o *Imperial Instituto de Surdos Mudos*. Na época, o Instituto era um asilo, onde só eram aceitos surdos do sexo masculino (cf. www.ines.org.br). Atualmente, o INES é um órgão do Ministério da Educação que objetiva produzir, desenvolver e divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez no território nacional. Devido ao seu tempo de existência, o INES presenciou vários dos desdobramentos da história dos surdos, assistindo à construção e à desconstrução de inúmeras “verdades” sobre a surdez.

processo evolutivo” ou “*Implante coclear*”¹⁹ certamente são subordinadas à FD clínica ou de fundamentação ouvintista, ao passo que trabalhos como “*LIBRAS nas Universidades*” ou “*Comunicando e expressando com o teatro surdo*”, são condizentes com a FD lingüístico-antropológica ou de fundamentação surda.

Explicamos uma vez mais: os adeptos da primeira FD acreditam que a surdez (falta de audição) é o grande problema dos surdos, e que, portanto, os sujeitos que não ouvem precisam ser reabilitados, “consertados” e “polidos”, de forma a se aproximarem o máximo possível do padrão de “normalidade”, que é a audição. Os estudos realizados nessa vertente versarão, portanto, sobre o não-ouvir e os problemas e/ou soluções que derivam desse estado. Os que se inserem na FD lingüístico-antropológica ou de fundamentação surda, por sua vez, já não discutem a surdez (falta de audição), mas ao contrário, postulam uma “nova” surdez, que definiria um povo, uma cultura e uma língua. Os trabalhos se voltarão, portanto, para questões que tentarão definir os surdos como um povo específico, com identidade própria, que não vê na surdez um problema e que busca a melhor forma de se encaixar no mundo *com* essa surdez. Trata-se de formações discursivas que se opõem, o que nos permite postular um “espaço discursivo”, como será definido mais adiante.

E quanto ao grupo de enunciadores possíveis em cada formação discursiva? Quem fala e de onde fala? Seria arriscado dizer que apenas determinados profissionais enunciam do primeiro grupo e apenas outros, do segundo. O mais apropriado seria dizer que os enunciadores típicos da primeira FD são profissionais da saúde (médicos ou fonoaudiólogos, por exemplo) e alguns educadores que apregoam modelos clínicos para

¹⁹ O implante coclear é um aparelho eletrônico, implantado na parte interna do ouvido, que é capaz de oferecer informação sonora a indivíduos com perda auditiva profunda. Alguns segmentos surdos o caracterizam como o fim do “direito de ser surdo”, enquanto outros o caracterizam como uma contribuição possível à reabilitação.

o “tratamento” da surdez, seja na linguagem, seja na educação²⁰. Por seu turno, os enunciadores típicos da segunda FD seriam profissionais que centram suas atividades mais na diferença (lingüística e cultural) e menos na dita “deficiência”, como sociólogos, lingüistas, alguns psicólogos e demais educadores.

Observemos os exemplos abaixo, extraídos do Congresso mencionado anteriormente:

A - Se considerarmos que a expressão do pensamento depende muito das palavras e que a comunicação interpessoal de hoje em dia é do tipo audiovisual, bem podemos entender o dano enorme que a perda auditiva produz no menino SURDO. O OUVIDO, realmente, veicula informações essenciais na imagem que o menino vai construindo da sua própria pessoa, do mundo ao seu redor e da sua integração com esse mundo. (CESÁRIO, 2005, p. 24, grifos do original).

B - O teatro surdo é muito mais que uma “prova” de que sujeitos “deficientes” possam realizar façanhas superiores [...] uma vez que os olhares voltados para os alunos surdos são olhares com as visões política e cultural da surdez. (FARIA, 2005, p. 149).

No excerto A, as figuras do “ouvido imperioso” e do “ouvido doente” são evocadas quando o autor sugere que as informações essenciais ao sujeito só são acessíveis através do ouvido e, portanto, das palavras faladas. Se só são acessíveis por esse meio, o suposto déficit se destaca: “ouvido” e “palavra” aparecem aqui como as principais figuras na comunicação. Considerando a expressão do pensamento como dependente das palavras (e não dos signos, que podem ser orais ou visuais) o locutor, médico (otorrinolaringologista), compreende, assim, a surdez como um processo danoso ao sujeito, filiando-se, portanto, ao discurso de fundamentação ouvintista e, muito provavelmente, mostrando-se supostamente coerente com os discursos de sua classe profissional. O excerto A, bem como o restante do texto, mostra-se alheio à existência das línguas visuais. No entanto, é através da LS que o sujeito surdo constrói a imagem

²⁰ Essas parecem ser, aliás, concepções que também circulam no discurso do senso comum (aqui entendido como o discurso dos leigos), como veremos mais adiante.

da sua própria pessoa, do mundo ao seu redor e da sua integração com esse mundo. Trata-se de uma substituição, não de uma falta.

O excerto B, ao contrário, já não concebe a surdez como deficitária, o que é condizente com a ideologia que subjaz à FD lingüístico-antropológica. Usando de ironia, o locutor do excerto B recupera, de alguma forma, termos empregados pelo discurso contrário (o discurso ouvintista). Recupera para negá-los, como revelam, por exemplo, as aspas em termos como “prova” e “deficiente”, marcando a alteridade, a “voz” do outro. Isso quer dizer que, quando se pensa no nível das possibilidades semânticas, admite-se um espaço de troca, e não de identidade fechada, como veremos adiante.

É lançando mão de uma *competência interdiscursiva* que os falantes reconhecem a incompatibilidade semântica das formações do espaço discursivo que constituem o seu outro, da mesma forma que interpretam, traduzem esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições (MAINGUENEAU, 2005). Isso quer dizer que aqueles que enunciam de cada uma das FDs em jogo parecem não conclamar o “outro”, senão para estabelecer com ele uma relação polêmica.

Pode-se perceber, assim, que cada grupo de enunciadores irá tratar os temas relacionados à surdez segundo a sua própria semântica global e o sistema de restrições que emana dela. Em relação aos discursos produzidos pelos próprios surdos, o mesmo poderá ser percebido. A diferença fundamental, no entanto, é que agora a discussão não se dará sobre o outro (como no caso dos profissionais que falam do surdo e da surdez), mas sobre o próprio sujeito que vivencia a surdez e sobre as suas escolhas de vida.

Tomemos, por exemplo, este trecho de uma entrevista concedida à Revista *Sentidos*²¹ pelo acadêmico deficiente auditivo²² Bruno Galante:

²¹ A Revista *Sentidos* (www.sentidos.uol.com.br) é uma revista eletrônica mensal, cujo subtítulo explicita o seu conteúdo: “*Revista Sentidos - a inclusão social da pessoa com deficiência*”. Em suas páginas pode-

P. Acha importante para um deficiente auditivo a língua de sinais?

C - R: Eu não acho importante, muito menos necessário, pois isso faz com que o deficiente auditivo faça mais parte do mundo de deficientes do que do mundo normal. É por isso que há rejeição e discriminação. A Libras dificilmente é aceita pelos ouvintes e por isso os deficientes auditivos têm que se contentar com um mundo criado só para eles: ter apenas amigos com a mesma deficiência, sofrer com as rejeições e com as dificuldades impostas pelo mundo. Ninguém entende uma pessoa que só se comunica em Libras. A partir daí, começa a se sentir solitário por não existir alguém que o compreenda. Já os empregos, em geral, buscam apenas essas pessoas por causa da diversidade, o que é um preconceito. Por isso que eu prefiro o oralismo que abre inúmeras portas em igualdade de oportunidades.

Nesse trecho, encontramos um posicionamento discursivo que claramente se filia ao discurso de fundamentação ouvintista. Se pensarmos nas categorias de identidades surdas apresentadas por Perlin (1998), poderíamos classificar a identidade apresentada acima como *identidade surda incompleta*, ou seja, caso em que os surdos, com suas especificidades, são negados em prol de uma tentativa de aproximação e igualdade para com a sociedade ouvinte. Partindo de sua experiência para desconsiderar a importância da Libras para os demais surdos, o sujeito parece generalizar a sua experiência como a mais adequada para o grupo, sugerindo ainda que a rejeição e a discriminação são decorrentes do uso da Libras e não da intolerância, quando diz que ela “faz com que o deficiente auditivo faça mais parte do mundo de deficientes do que do mundo normal. É por isso que há rejeição e discriminação”.

O entrevistado ainda toma o mundo como cindido em duas partes: o “mundo dos deficientes” e o “mundo dos normais”, apresentando a Libras como o elemento divisor. Diante dos universos cindidos, apresenta argumentos que demonstram a sua intenção de fazer parte do mundo “classe A” dos normais: “a Libras dificilmente é

se ler em língua portuguesa, assistir em Libras ou ouvir em forma de locução matérias que priorizam a inserção dos deficientes nos mais diversos setores da sociedade.

²² “Deficiente auditivo” é a forma pela qual a revista caracteriza o estudante. É ainda a forma como o próprio entrevistado se qualifica.

aceita pelos ouvintes”, “ninguém entende uma pessoa que só se comunica em Libras”, “Já os empregos, em geral, buscam apenas essas pessoas por causa da diversidade, o que é um preconceito”, demonstrando implicitamente (vide parte sublinhada) que as questões que o fazem optar pelo “mundo dos normais” não estão nos deficientes, mas nas percepções e imposições dos ouvintes. Esse último fragmento nos permite perceber ainda que ele já não se considera como pertencente ao grupo dos chamados deficientes (“essas pessoas”), mas integrado ao mundo dos ouvintes, e isso tudo, dirá ele, graças ao “oralismo que abre inúmeras portas em igualdade de oportunidades”.

Ao apresentar um discurso muito próximo daquele que pessoas leigas costumam construir sobre a surdez, por um lado, e, por outro, em consonância com o discurso de fundamentação ouvintista, esse sujeito deixa transparecer a rede interdiscursiva milenar que sustenta o seu discurso. Se atentarmos para a seleção lexical que compõe o seu texto, perceberemos um léxico que há décadas, para não dizer séculos, permeia o discurso do senso comum sobre a surdez, classificando-a como um quesito de sofrimento: “rejeição”, “sofrer”, “deficiência”, “solitário”.

Percebemos, no excerto apresentado, o empenho do sujeito entrevistado na construção de um efeito de sentido de objetividade, que generaliza e amplia (apresentando escolhas como “verdades”, falando de “outros” e não de si). Porém, no trecho final, resgata-se o caráter subjetivo que também abriu o seu turno de fala, o que nos faz lembrar que suas colocações são resultantes de suas escolhas, não de verdades. O acadêmico ainda projeta sobre si uma imagem de sujeito “bem resolvido” (ele se diz oralizado, ou seja, usuário da língua portuguesa) quando atribui aos surdos, usuários de Libras, sentimentos como os expressos em “começa a se sentir solitário por não existir alguém que o compreenda”, “sofrer com as rejeições”, “Ninguém entende uma pessoa que só se comunica em Libras”.

Por outro lado, podemos encontrar, na comunidade surda, posicionamentos discursivos radicalmente opostos ao que foi mostrado acima, como ilustra o fragmento a seguir, retirado da página pessoal de uma surda, na época, universitária²³:

D - Eu tive de passar por muita coisa para ter identidade própria, a de ser surda, tive de lutar, combater para chegar aqui, antes eu era mais como “cópia de ouvinte”, muito submissa no poder dos ouvintes, estas histórias de ouvintes que acham que ali e aquilo é certinho para o surdo, por exemplo, é preciso falar bem e ler lábios para ter o mesmo “patamar” que os ouvintes, justamente por isso que a educação de surdos no Brasil e no mundo andam tão mal, tudo isso porque os surdos são muito sacrificados para serem “reabilitados”, os surdos são “medicalizados”. Por mais absurdo que seja, o objetivo da maioria das “escolas especiais” de surdos é reabilitar e não educar.

Esse fragmento, condizente com o discurso de fundamentação surda, indica uma identidade surda considerada militante e consciente. Não aborda o tema do trabalho, como faz o fragmento anterior, mas apresenta o percurso semântico de luta – *lutar, combater, submissa, poder* – e de vitória “Eu tive de passar por muita coisa para ter identidade própria [...] combater para chegar aqui”.

Nesse fragmento, a recorrência das aspas, enquanto marcas da heterogeneidade mostrada, chamou a nossa atenção. No dizer de Maingueneau (2008, p. 159), o locutor²⁴ delega ao destinatário, através das aspas, “a tarefa de compreender o motivo pelo qual está chamando assim a sua atenção e abrindo uma brecha no seu próprio discurso”. Acreditamos que em discursos politicamente marcados, como podem ser considerados os discursos sobre a surdez, o emprego das aspas pode mostrar-se como uma estratégia eficaz de persuasão, uma vez que elas mobilizarão o destinatário no exercício do papel de “co-enunciador”, levando-o a preencher as lacunas, o que contribuirá para a construção de sentidos do texto, implicando, quem sabe, uma adesão a eles. E para que

²³ <http://www.geocities.com/HotSprings/7455/patricia.html>. Acesso em: junho de 2008.

²⁴ Nessa obra, Maingueneau emprega o termo *enunciador*. De nossa parte, para evitar confusões com a distinção que Ducrot faz entre *locutor* e *enunciador*, distinção essa que o próprio Maingueneau assume em outros momentos, preferimos utilizar aqui o termo “locutor”.

as lacunas sejam preenchidas corretamente, alerta Maingueneau (2008), é necessária alguma convivência entre as partes, ou seja, por um lado, será a partir da representação que faz de seus destinatários que o locutor construirá seus argumentos e deixará brechas preenchíveis; por outro, o destinatário precisará construir certa representação do universo ideológico do locutor para co-enunciar ao seu lado.

Lançamos algumas possíveis interpretações para a primeira expressão entre aspas do excerto: “cópia de ouvinte”, projetando diferentes leitores para diferentes lugares interpretativos. Se imaginarmos que, a princípio, o leitor-modelo seria alguém que parece transitar com desenvoltura entre os universos surdo/LS e ouvinte/LP, poderíamos supor que as aspas demarcariam, ainda que intuitivamente, o universo em que tal expressão pode ter se originado ou, pelo menos, aquele em que ela certamente circula com maior propriedade: o universo surdo/LS. As aspas denotariam, então, uma expressão oriunda da Libras e muito comum no universo surdo, cuja tradução em português se deu provavelmente de maneira direta, despreziosa (em Libras, seria a junção do sinal COPIAR + o sinal OUVINTE).

Na mesma linha de raciocínio, poder-se-ia dizer ainda que se destacou tal expressão por ela já ser demasiadamente conhecida, cristalizada em dada comunidade de fala, e isso poderá evocar sentidos prévios, pondo em cena a memória discursiva dessa comunidade. O leitor-modelo, por essa via interpretativa, seria, portanto, o próprio povo surdo. Por via interpretativa complementar, podemos também supor que se destaca tal expressão justamente por antever que nem todos os leitores serão capazes de resgatar os desdobramentos de sentidos possíveis, sinalizando que se trata de uma expressão já usual e projetando agora um leitor-modelo iniciante nas questões surdas. Essa última hipótese poderia justificar os enunciados seguintes, que mais parecem algum tipo de esclarecimento para a expressão enunciada.

Nas próximas quatro palavras/expressões aspeadas do excerto, o locutor faz uso da ironia para compor sua argumentação. Em “patamar”, “reabilitados”, “medicalizados” e “escolas especiais” percebemos uma espécie de “divisão interna da instância da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 178), pois aquilo que o locutor assume, no plano do enunciado, é negado por um enunciador no plano da enunciação, ou seja, o locutor subverte a sua própria enunciação, ao apontar nela elementos estranhos que remetem a uma outra “voz”, a um outro discurso a que se opõe (ou, mais precisamente, a cujo simulacro se opõe). Em outras palavras, o locutor assume as palavras, mas não o ponto de vista que representam (que deve ser atribuído a um outro “espaço enunciativo”). Na última expressão, “escolas especiais”, as aspas parecem também representar um comentário implícito do locutor sobre a sua própria enunciação, o que poderia ser chamado de uma “não-coincidência do discurso consigo mesmo”, no dizer de Authier-Revuz (1998), ou seja, substituindo as aspas poderíamos encontrar uma expressão como *as chamadas* escolas especiais. Nesse caso, a ausência da expressão em destaque (substituída pelas aspas) não acarreta perdas significativas de sentido.

Por fim, é apresentada a temática da educação como um desdobramento da discussão em torno da expressão “cópia de ouvinte”. Ao atribuir a má qualidade da educação de surdos no Brasil e no mundo à reabilitação, o locutor se coloca como um conhecedor dos problemas da educação de surdos não só do seu país, mas do mundo, construindo uma imagem de autoridade e sabedoria diante das questões que pontuou.

Se focalizarmos a cena enunciativa como um todo, entenderemos que a motivação de fala dos sujeitos se relaciona ao ingresso na universidade. Na entrevista, esse tema pode ser apreendido desde o subtítulo da matéria: “Estudante de comunicação na FAAP, deficiente auditivo, afirma que o mais importante é acreditar em si mesmo” (grifos nossos), enquanto, na página pessoal da estudante surda, esse mesmo tema pode

ser percebido em suas narrativas autobiográficas.

Pode-se dizer que ambos os fragmentos (**C** e **D**), como recortes de textos maiores, apresentam, portanto, “receitas para o sucesso”, que é visto aqui como o ingresso na universidade. Enquanto o primeiro sujeito acredita que o caminho é manter-se em conformidade com os padrões esperados (os dos não-surdos), alcançando, assim, melhores “oportunidades”, o segundo acredita que a vitória deve vir da ruptura com essa “submissão” que, no seu entender, seria justamente querer-dever estar em conformidade com os padrões mencionados, ignorando a possibilidade de criação de uma nova norma, no caso, a norma surda.

Como podemos perceber a partir dos exemplos apresentados, ouvintistas (surdos ou profissionais) defenderão um “tratamento” para a surdez, verão a língua de sinais como acessória (uma vez que o mais importante será o aprendizado da língua portuguesa) e tomarão a educação como uma espécie de terapia que irá melhorar o sujeito. O sistema de restrições dessa FD indicará temáticas silenciadas, como a questão da cultura. Em contrapartida, aqueles que partem de um discurso de fundamentação surda verão na surdez um fator identitário, elegendo a língua de sinais como a língua natural e advogando em favor de uma educação que, calcada nessa modalidade de língua, ofereça ao surdo condições de desenvolvimento específicas à surdez. Os temas silenciados serão aqueles relacionados a uma visão clínica da surdez.

O esquema a seguir sintetiza as idéias mais recorrentes em cada FD e o tratamento que cada uma delas confere a determinadas temáticas:

Temas	1 – FD clínica	2 – FD lingüístico-antropológica
Surdez	Tratamento, reabilitação	Identidade
Língua de Sinais	Fator acessório, metodológico	Constitui o sujeito e é a 1ª língua
Educação	Modelo terapêutico	Questão desvinculada da Educação Especial
Língua portuguesa	Oral e escrita	Escrita
Cultura e Identidade	Silenciamento	Específicas e fundamentadas na surdez
Reabilitação e terapia	Diminuem os efeitos da surdez	Silenciamento

Quadro 1

A partir do quadro I, podemos perceber como quase antagônicas as abordagens que cada FD confere às temáticas acima, ocasionando, por vezes, entre os partidários de cada discurso, o fenômeno da *interincompreensão* discursiva. Mas é possível que tais formações, não sendo consideradas fechadas em si mesmas, possam imbricar-se e reorganizar-se em determinados pontos, dando origem a outras FDs, a posicionamentos fronteiriços e a interstícios preenchidos pelas mais variadas vivências e crenças. Verificaremos, adiante, como essas questões se estabelecem no *corpus* da pesquisa.

1.4. Notas sobre a escrita de surdos

Como vimos, a LS é considerada a primeira língua (L1) da população surda. No contexto brasileiro, ao português é reservado um estatuto de segunda língua (L2); ele é considerado uma língua estrangeira (LE)²⁵ para os surdos, enquanto a língua brasileira de sinais (Libras) é reconhecida como a língua materna e natural do povo surdo. A distinção entre L1 e L2 não diz respeito aqui apenas à seqüência temporal de

²⁵ A exemplo de Ellis (1998), usaremos segunda língua (L2) e língua estrangeira (LE) indistintamente.

aquisição lingüística. Para muitos autores, a LS sempre terá o *status* de L1 para o surdo, ainda que a sua apropriação tenha ocorrido posteriormente à aquisição da língua oral. A explicação não podia ser mais simples: a LS constitui-se como a língua viável aos surdos, tanto em relação aos processos articulatórios (os olhos captam a mensagem e as mãos a produzem), quanto em relação aos processos cognitivos e criativos, uma vez que, em LS, o surdo se vê capaz de criar e agir sobre o sistema lingüístico.

Em relação à constatação do estatuto de segunda língua do português na surdez, comumente se costuma pensar que surdos estariam em uma condição privilegiada para o processo de aprendizagem da L2, uma vez que eles dividem com os falantes nativos da língua o mesmo espaço social, ou seja, os surdos estariam *imersos* em um ambiente propício a aquisição dessa língua.

Mas, ao contrário do que se pode supor, conforme relata Quadros (1997), os surdos não se encontram imersos em um ambiente natural e propício para a aquisição da língua oral. Nas palavras da autora:

Pensando na realidade dos surdos brasileiros, poder-se-ia supor que o ambiente fosse caracterizado como natural, pois quase todas as pessoas com quem eles convivem usam a língua portuguesa, isto é, os surdos estão “imersos” no ambiente em que a língua é “falada”. No entanto, a condição física das pessoas surdas não lhes permite o acesso à língua portuguesa de forma natural. Na verdade, nestes casos não há “imersão”, no sentido em que o termo é empregado nas propostas de aquisição de L2 com base no enfoque natural (programas de imersão). Portanto, o ambiente de aquisição/aprendizagem da L2 para os surdos não é natural. (QUADROS, 1997, p. 15).

Por não estarem “imersos” na comunidade de fala da língua portuguesa, adquirindo tal língua apenas na modalidade escrita, sem referência à sua existência fonético-acústica e partindo de uma língua de modalidade visual-espacial como referência, a aquisição da linguagem escrita²⁶ tem-se revelado um processo árduo para

²⁶ “Leitura/escrita” e “fala” são habilidades distintas e independentes. No Brasil, por exemplo, em muitas escolas especiais, o aprendizado da leitura e da escrita da LP costumava ocorrer concomitantemente ao

os aprendizes-surdos e como um desafio teórico e prático para educadores e linguistas. A maioria dos surdos, como os congênitos ou os pré-lingüísticos, só terão acesso satisfatório à língua oral (no nosso caso, o português) através da escrita; será por esse único meio que eles passarão pela experiência da enunciação em uma língua de modalidade oral-auditiva, daí a complexidade e a importância dessas questões.

Assim, os surdos trazem para o processo de escrita *marcas* específicas, advindas tanto da sua língua sinalizada quanto do seu padrão correspondente de processamento lingüístico-cognitivo. Ao longo do tempo, na literatura especializada, *marcas surdas*²⁷ na escrita têm sido compreendidas de diferentes maneiras, elencamos algumas delas: a) como consequência de processos educacionais e/ou metodologias ineficientes; b) como característica do estágio de aprendizagem em que o sujeito se encontra, manifestando distintos estágios de interlíngua; c) como “problemas” ou “desvios” de escrita.

Discutiremos, de maneira sucinta, os vieses teóricos apresentados acima, pontuando as implicações de ordem prática decorrentes de cada um deles. Buscaremos discutir mais detalhadamente a letra *c*, pois esta ainda é a posição mais recorrente e, como se verá, a mais inadequada das três.

O primeiro viés (letra *a*) compreende as características da escrita surda como resultantes, em grande medida, de práticas pedagógicas ineficientes, que podem ser decorrentes, por exemplo, da concepção de *educação* e de *sujeito* correntes nas escolas especiais. Essas escolas foram vistas como um misto de “clínicas” e de “instituições de ensino”, culpabilizadas, portanto, pelo fracasso escolar dos surdos, sendo a sua validade

aprendizado da fala, fato que acarretava prejuízos à aquisição da escrita. Nas chamadas “escolas inclusivas”, e em muitas escolas especiais modernas, essa prática já não existe.

²⁷ *Marcas surdas* referem-se aqui às características de escrita que podem (ou não) aparecer em textos escritos por surdos, como, por exemplo, verbos no infinitivo, ausência de preposições, etc.

educacional por vezes colocada em dúvida. Comumente se diz que nessas escolas o ensino não protagoniza a história vivenciada pelo sujeito, mas divide a cena com práticas terapêuticas que visam à sua [do sujeito] “normalização”. Com isso, o tempo destinado a práticas de letramento e ao ensino-aprendizagem de conteúdos curriculares fica drasticamente reduzido.

A partir da ascensão da chamada *educação inclusiva*, reflexões sobre a inclusão de alunos surdos no ensino regular têm lançado novas luzes às pesquisas sobre educação de surdos no Brasil. E, após a estabilização dessa conquista, muitos estudos têm realizado um balanço da situação.

Autores como Souza & Góes (1999) e Lacerda (2006), por exemplo, examinam o processo de inclusão de surdos com criticidade e responsabilidade, revelando, entre outras coisas, que muitas escolas ditas inclusivas desconhecem implicações educacionais básicas relativas à surdez, fato que se observa tanto frente à não-ocorrência de adaptações curriculares (que seriam necessárias), quanto em relação à ausência ou inadequação de estratégias metodológicas direcionadas aos surdos, o que proporciona, na verdade, a *exclusão educacional* do aluno surdo na sala de aula dita inclusiva. Por esse viés, questões de ensino determinariam os níveis de leitura e escrita dos surdos, levando-os ao sucesso ou ao insucesso no processo de aprendizagem.

O segundo viés (letra *b*) compreende a especificidade da escrita surda a partir de teorias da aquisição lingüística, considerando que a apropriação de uma segunda língua não acontece de maneira imediata, mas como um processo que se desenvolve em etapas sucessivas e ao longo do tempo.

Assim, autores como Brochado (2003, p. 174) argumentam que a língua utilizada pelos sujeitos no período de aprendizagem da LE costuma ser caracterizada por “marcas de instabilidade” que demonstram que uma língua não é aprendida

mecanicamente, mas que o sujeito se mobiliza no uso de estratégias várias na construção de hipóteses sobre a língua-alvo (BROCHADO, 2003, p. 174). Tais “marcas de instabilidade” caracterizam, portanto, uma língua paralela e provisória que se sustenta em um período da aquisição da LE.

Essa “língua” instável, com estrutura gramatical própria, que não pertence nem à língua-fonte, nem à língua-alvo, pode ser chamada, entre outros nomes, de *interlíngua*, como propôs Selinker (1972, citado por BROCHADO, 2007). Para autores como Figueiredo (2005), a interlíngua é um processo natural que evidencia o desenvolvimento lingüístico do aluno entre a língua-fonte e a língua-alvo, uma vez que ela reflete padrões sistemáticos de estratégias e erros que virão a desaparecer se o aluno receber um *input* suficiente e adequado.

A partir daí, Brochado (2003) & Quadros e Schiedt (2006) sustentam que na escrita de surdos podem ser observados distintos estágios de interlíngua. Reconhecer esse fenômeno pode resultar em novos investimentos no ensino de línguas a essa população, uma vez que, segundo esse viés teórico, as *marcas surdas* na escrita são compreendidas como transitórias e características da fase de aprendizagem em que o sujeito se encontra.

O terceiro e último viés (letra *c*) compreende a escrita de surdos como “problemática” e a caracteriza como errônea. Nos primeiros estudos sobre questões de escrita na surdez, era essa a perspectiva mais recorrente e, ainda hoje, ela se mostra produtiva. Comumente buscam-se descrever “os problemas de escrita” dos surdos, discutindo as implicações educacionais a eles relacionadas. É o que fizeram, por exemplo, Fernandes (1990) e Góes (1996), no Brasil.

Coube a Góes (1996) nos alertar que, de maneira geral, mesmo após anos de escolarização, pessoas surdas continuam apresentando “sérias dificuldades” no uso da

modalidade escrita da língua portuguesa. Coube a Fernandes (1990) descrever e enumerar alguns “problemas de escrita” comumente encontrados nas produções de surdos. Estudos como os citados foram de fundamental importância para a compreensão da linguagem escrita na surdez e contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento de uma concepção lingüística desse fenômeno.

No estágio em que estamos, no entanto, descrever e apontar supostos “erros” ou “problemas” não é mais suficiente. As pesquisas que o fizeram desempenharam um papel de pioneirismo, como podem ser considerados no Brasil os estudos citados acima.

A nosso ver, é preciso considerar essa fase como superada. Os novos estudos sobre a escrita de surdos precisam abordá-la a partir de novas perspectivas, precisam fazer girar a engrenagem do tempo. Não se trata aqui de desmerecer os estudos que compreendem as características da escrita surda como “dificuldades de escrita”, mas de buscar compreender o processo de evolução das pesquisas sobre tal fenômeno.

As pesquisas sobre fenômenos lingüísticos na/da surdez parecem acompanhar o processo de desenvolvimento das pesquisas sobre questões sócio-culturais e políticas do grupo. A concepção de erro, por exemplo, parecia fazer sentido no quadro epistemológico da “deficiência”. Se o sujeito apresenta um déficit (sensorial), naturalmente apresentará, como consequência, “problemas”, “dificuldades” e “inadequações” de ordens diversas. Por outro lado, conceber os povos surdos como grupos sócio culturalmente estabelecidos é um convite aberto a novas formas de se compreenderem as manifestações lingüísticas desses grupos.

Karnopp (2005) e Pereira (2003) aceitam esse convite quando sustentam a idéia de que a produção escrita dos surdos é estigmatizada. Para Karnopp (2005), uma das maiores contribuições que lingüistas e educadores podem prestar atualmente é

“varrer” a ilusão da “deficiência verbal” atribuída à escrita surda, apresentando noções mais adequadas sobre as relações entre língua portuguesa e língua de sinais.

É a partir da perspectiva dos autores citados que propomos a nossa forma de conceber a escrita de surdos no presente trabalho. Nele, atravessaremos o plano de expressão (verbal) do texto para estudar mais detidamente o plano de conteúdo²⁸ (o discurso), já que nosso objetivo é chegar à imagem de surdez construída discursivamente pelos próprios sujeitos surdos através da escrita. É nosso desejo demonstrar que o que chamamos de “escrita surda” não supõe apenas uma forma de expressão (a ser avaliada e corrigida pela modalidade “padrão” da língua escrita), mas também um conteúdo (um discurso) que não pode, pois, ser ofuscado pelo ideal da escrita “higienizada”.

Considerando que uma língua é um objeto pluriforme e multifacetado, tomaremos a escrita surda como uma variedade lingüística entre outras. O que estamos propondo, portanto, é que se compreenda a escrita surda no âmbito da variação lingüística.

O fenômeno da diversidade e da variação no *interior de uma língua* não é novidade e não causa estranhamento. Tal fenômeno, no entanto, parece restringir-se à modalidade oral. Isso quer dizer que, geralmente, admitem-se variações na fala, desde que a escrita procure espelhar o “bom uso” da língua. É essa postura que contestamos aqui. Assumir a tese da *variação* implica execrar a noção de erro, de insuficiência e de incapacidade lingüística do surdo na língua escrita. Implica também repensar as práticas pedagógicas que, implícita ou explicitamente, partem desse princípio. Não nos deteremos nessa questão, pois não se trata do nosso objetivo no presente estudo.

²⁸ Conforme propõe a semiótica greimasiana, todo texto é dotado de um plano de conteúdo (o do discurso, em que se projetam as idéias) e de um plano de expressão (em que os conteúdos são manifestados verbalmente ou não). Ver a esse respeito Fiorin (1995).

Lançamos, no entanto, a semente de uma posição lingüística – e política – que pode (ou não) mostrar-se fértil futuramente, posição essa que será considerada por nós na análise dos textos apresentada no Capítulo 3.

Nesse sentido, reafirmamos que a escrita surda não é nem menos correta nem menos elegante do que outras variedades (sobretudo a padrão), mas apenas específica, já que se prende a um dado grupo social (o dos surdos), com características próprias. Dizendo de outra maneira: neste estudo, consideraremos a escrita surda como uma variedade sócio-cultural específica, como o *socioleto*²⁹ dos surdos do Brasil. Com isso queremos propor, como faremos no Capítulo 3, que o movimento de compreensão da escrita surda ocorra do plano de conteúdo para o plano de expressão, privilegiando mais o que está sendo dito do que a forma de dizê-lo, pois, como afirmamos, muitas vezes as especificidades encontradas no plano de expressão não comprometem o plano de conteúdo. Esse movimento pode acontecer também no ensino, isto é, antes de se preocuparem em ensinar formas corretas aos surdos, os professores deveriam se preocupar em desenvolver o raciocínio e elaboração de argumentos nos alunos, mas isso é discussão para um outro momento (um outro trabalho).

Em síntese, acreditamos que insistir nos chamados “erros” e relegar a um segundo plano as idéias que subjazem ao texto pode estar sendo uma tarefa inócua para muitos professores. Não queremos dizer com isso que os supostos “erros” devam ser ignorados, pois, muitas vezes, eles prejudicam a coerência e, conseqüentemente, a construção de sentidos do texto. O que estamos dizendo (e que procuraremos demonstrar mais adiante) é que a atividade de escrita mobiliza habilidades que vão muito além da adequação ou inadequação formal à variedade padrão da língua.

²⁹ De acordo com Barthes (1998), *socioleto* é a variedade de língua falada por dada classe ou dado grupo social. Nisto, diferencia-se do *dialeto*, que é a variedade peculiar a uma certa região.

CAPÍTULO 2 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1- A constituição do *corpus*

O *corpus* do presente estudo foi constituído de textos escritos por surdos universitários. Entre outros motivos, esse nível de ensino foi escolhido pela importância histórica, política e social da chegada dos surdos à universidade³⁰. Assim, pretendemos delinear a imagem da surdez produzida por surdos universitários, averiguando como ela é discursivamente produzida em português escrito, de modo a buscar compreender o(s) posicionamento(s) de uma “nova” classe de surdos (os surdos universitários) sobre a condição da surdez.

Devido em grande medida a políticas de expansão do ensino superior e a programas de apoio à inclusão educacional, a expressão *surdos universitários* tem-se tornado uma realidade em ascensão no Brasil. Surdos que, há décadas, mal sabiam ler e escrever, hoje frequentam faculdades e formam-se como professores, advogados, dentistas, etc. Integram-se a programas de mestrado e doutorado e produzem ciência. Gladis Perlin, atualmente professora do Departamento de Educação da UFSC e a primeira surda a doutorar-se no Brasil em 2003, tornou-se uma figura histórica – diríamos mesmo, lendária – para os surdos brasileiros. Um exemplo a ser sempre citado e seguido pelas comunidades surdas do Brasil.

A nosso ver, pelo menos três conquistas parecem ter contribuído para a chegada dos surdos à universidade: a) a melhoria da educação básica; b) a expansão do ensino

³⁰ As inúmeras dificuldades encontradas na coleta de dados também contribuíram para essa escolha. Mesmo assim, como se verá adiante, nossa tarefa não foi fácil. Se tal “recorte”, por um lado, delimitou o *corpus*, tornando nossa pesquisa mais restrita, por outro, nos forneceu dados relevantes para compreender melhor o discurso do povo surdo ou, pelo menos, de uma parte significativa dele. De qualquer forma, o campo permanece aberto para pesquisas mais abrangentes e/ou profundas.

superior; e c) a politização das comunidades surdas.

A primeira delas está intimamente relacionada ao uso e à difusão da língua de sinais (LS) nas escolas, sejam elas inclusivas, exclusivas para surdos ou especiais. O incremento consistente da LS nas escolas (através do profissional intérprete) representou uma via de acesso ao conhecimento para os alunos surdos, além de ter proporcionado um melhor aproveitamento das suas potencialidades intelectuais. A segunda conquista foi possibilitada pela expansão do ensino superior no Brasil, representada pelo crescimento do setor privado nesse domínio e pelo conseqüente aumento do número de vagas. Somase a essas duas questões o fortalecimento político do povo surdo que, agora mais consciente de si e do mundo, se engaja em movimentos classistas pelo reconhecimento, às vezes aparentemente contraditório, de seus direitos e de sua “normalidade³¹”. Apesar de o número de surdos universitários no Brasil ser provavelmente baixo, não podemos nos esquecer de que ele é historicamente significativo.

Nessa perspectiva, para apreender os discursos que nos permitiriam chegar à(s) (auto)imagem(ns) do ser surdo na condição de surdez, optamos por aplicar um questionário a surdos universitários. Como se verá, trata-se de um questionário semi-aberto, ou seja, com duas questões fechadas e uma aberta. A opção pelo questionário como fonte de dados deve-se, principalmente, ao fato de não haver manifestações discursivas de surdos universitários disponíveis *a priori*.

É preciso registrar aqui que a constituição do *corpus* foi uma etapa difícil da pesquisa: foi necessário, inicialmente, fazer um levantamento da localização e da concentração de surdos universitários no Brasil. Pensamos em delimitar uma região

³¹ Contraditório porque, ao mesmo tempo em que o povo surdo espera poder um dia se livrar do estigma da “deficiência”, defendendo a co-existência de uma “civilização surda” no mundo, eles lutam também pela defesa de seus “direitos surdos”; direitos que os enquadram no rol das deficiências. Para alguns líderes surdos, esse duplo movimento não é contraditório, mas visa equilibrar uma balança historicamente desequilibrada.

específica para a coleta de dados, como o estado de Minas Gerais, por exemplo, mas comprovamos a inadequação dessa variável ao iniciar os contatos com as instituições, pois algumas delas não manifestaram interesse algum pela pesquisa. Uma delas, inclusive, após meses de negociação, disse que a nossa entrada não havia sido autorizada pela administração, mas que a própria instituição poderia se encarregar de aplicar e recolher os questionários. Como era de esperar, esse esquema não deu certo por inúmeros fatores, que não cabe aqui elencar, e os questionários nunca chegaram às nossas mãos.

Assim, delimitar uma região específica não nos pareceu nem necessário nem pertinente, pois as chances de sucesso na coleta de dados dependeriam mais do apoio da instituição do que da região em que ela se localiza. Por fim, chegamos à conclusão de que, diante das limitações de tempo determinadas para uma dissertação de mestrado, o mais produtivo seria procurar instituições que promovessem *programas de apoio à inclusão educacional*, uma vez que ali poderíamos encontrar uma maior concentração de surdos por instituição, o que agilizaria o processo de coleta de dados e, ao menos hipoteticamente, permitiria contar com algum apoio institucional.

Com isso, iniciamos os contatos com duas instituições conhecidamente engajadas na inclusão de alunos surdos, uma localizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e a outra, em Canoas (RS). Por motivos éticos, asseguramos anonimato às instituições e aos sujeitos participantes na exposição dos dados. Esse quesito foi, sem dúvida, um fator determinante para a colaboração das instituições, uma vez que elas não poderiam se responsabilizar pelos discursos dos sujeitos e temiam comprometer, de alguma forma, a sua imagem institucional. Além disso, como o número de surdos universitários no Brasil ainda é relativamente baixo, preservar a instituição significa preservar também os sujeitos.

Contatar IES engajadas na inclusão de alunos surdos, no entanto, não se revelou mais vantajoso, pois, se por um lado, a recepção do nosso estudo foi calorosa, por outro, questões burocráticas acabaram protelando por meses a aplicação dos questionários. Ilustramos isso relatando que, antes de podermos entrar em uma das IES escolhidas, foi necessário ter o nosso projeto de pesquisa cadastrado e aprovado na instituição para, somente depois, serem iniciadas as negociações sobre a dinâmica da coleta de dados. Além dessa questão, preocupava-nos ainda pensar como seríamos recebidos pelos estudantes surdos, uma vez que, em um breve estudo de sondagem, realizado por nós na cidade de Belo Horizonte, cujo principal objetivo foi testar a formulação do questionário, pudemos perceber que alguns sujeitos não se sentiam seguros ou à vontade diante da figura incógnita de um “pesquisador”. Faziam perguntas e nos olhavam com desconfiança. O que fazer, então, diante desses impasses?

Foi, então, que pensamos em uma figura fronteira, que lida com surdos diariamente, intermediando a comunicação no ambiente educacional: o intérprete de Libras. No estudo de sondagem, percebemos que a simples presença do intérprete educacional no momento da apresentação do questionário parecia prover segurança aos sujeitos (na maioria das vezes, nos dirigíamos diretamente aos surdos, sem a intervenção do intérprete).

Diante dessas evidências, ocorreu-nos a idéia de contar com a participação de intérpretes de Libras para a aplicação dos questionários. Entramos em contato com inúmeros profissionais e escolhemos aqueles que têm ou já tiveram algum envolvimento com pesquisa. Um deles, inclusive, atuava na própria instituição onde os dados deveriam ser coletados.

Assim, coube a **Gildete da Silva Amorim**, fonoaudióloga, intérprete de Libras e mestrande em Ciências da Educação pela Universidade Plínio Leite, e a **Kelen Munari**

Dolejal, graduanda em Letras/Libras pela UFSC e intérprete profissional, a tarefa de aplicar e recolher os questionários.

Pelo menos uma das intérpretes realizou a coleta institucionalmente³², ou seja, após a resolução dos trâmites burocráticos, ela entrou na instituição e entregou o questionário diretamente aos alunos, coletando, ao fim de duas semanas (do mês de maio de 2008), cerca de 25 questionários respondidos.

Apesar de a segunda instituição não ter levado adiante a negociação referente a uma coleta de dados institucional, a outra intérprete, por trabalhar justamente na IES escolhida, teve a oportunidade de entregar pessoalmente o questionário a todos os sujeitos com os quais ela tem contato (profissional ou pessoal) na instituição, coletando, ao fim de duas semanas (também no mês de maio de 2008), cerca de 17 questionários respondidos³³.

No referido questionário, os sujeitos deveriam responder às seguintes questões:

1 – Você se classifica como:

- A () surdo B () deficiente auditivo
C () parcialmente surdo D () ouvinte

2 – Em relação ao uso das línguas, você se considera:

- A () usuário de Libras
B () não-usuário de Libras
C () parcialmente usuário de Libras
D () usuário de Língua Portuguesa

- A () oralizado
B () não-oralizado
C () parcialmente oralizado.

³² “Coleta institucional” está sendo compreendida aqui como o tipo de coleta em que a instituição se vê, de alguma forma, envolvida no processo.

³³ Esclarecemos que cerca de cinco informantes preferiram receber o questionário por e-mail, respondendo-o, portanto, através do computador.

3 - Escreva livremente sobre a questão a seguir:

Para você, qual é o significado de ser surdo? O que você tem a dizer a respeito da surdez na sua vida? Escreva sobre a experiência de vida surda.

Cumpramos esclarecer que o foco da análise estará sobretudo na questão 3. Será a partir dos textos produzidos pelos sujeitos que vislumbraremos os discursos sobre o ser surdo e surdez. Para elaborar tal questão, partimos de três requisitos indispensáveis: a) o enunciado deveria ser redigido de forma **simples**, podendo ser compreendido por sujeitos com diferentes níveis de leitura; b) o enunciado deveria ser **amplo e abrangente**, de forma a minimizar ou excluir quaisquer possíveis direcionamentos de respostas, estimulando o sujeito a manifestar idéias próprias; c) o enunciado deveria ser redigido de forma a **encorajar** o sujeito a escrever, sem a determinação de gênero, de tipo textual ou de qualquer outro tipo de formatação prévia.

Tais aspectos foram pensados a partir de características comumente encontradas em surdos, sejam universitários ou não. Muitos ainda apresentam reação à escrita, seja devido a práticas pedagógicas falidas, seja devido a uma crença – propagada pelos professores e absorvida pelos sujeitos – sobre “dificuldades de escrita” na surdez. O fato é que, cientes disso, buscamos minimizar um possível estranhamento ou descontentamento do sujeito em relação ao questionário. A expressão “escreva livremente”, que fornece instrução à resposta da questão 3, por exemplo, visou justamente mostrar que não havia um modelo de texto esperado, ou seja, que a nossa preocupação era, primeiramente, com o discurso apresentado.

Apesar de o nosso foco de análise estar centrado, sobretudo, na questão 3, justificamos que as duas primeiras questões foram elaboradas como forma de subsidiar as análises dos dados fornecidos pela questão 3, uma vez que elas nos fornecem informações relevantes sobre os sujeitos produtores: eles usam Libras? Consideram-se

surdos? São oralizados? Tais informações compõem um quadro que nos permitirá compreender melhor a semântica global dos discursos em análise. Além disso, elas servirão para endossar ou refutar algumas posições correntes sobre a surdez, tanto no meio surdo quanto no meio acadêmico, como, por exemplo, aquela que afirma que o sujeito oralizado dispensa a Libras e que não se considera surdo, ou ainda a que diz que a expressão “deficiente auditivo” é desprezada pela maioria dos surdos engajados.

De acordo com os dados obtidos no quadro 2, os sujeitos informantes, em sua maioria, consideram-se “surdos”, são usuários de Libras e, em alguma medida, oralizados (apenas dois sujeitos informaram não ser oralizados)³⁴. É importante considerar ainda que quatro sujeitos não responderam à questão referente à oralização, provavelmente por distração ou por razões específicas, como, por exemplo, um eventual descontentamento diante da questão, seja devido à não-compreensão de sua pertinência, seja devido ao desejo de resguardo.

Esclarecemos que a opção “parcialmente surdo” da questão 1 objetivou justamente averiguar se os sujeitos estariam preocupados, em alguma medida, com a classificação clínica da surdez, isto é, se fariam referência ao seu índice de audição. No entanto, nenhum sujeito marcou essa opção, fato que sugere, portanto, que as respostas fornecidas (às perguntas 1 e 2) baseiam-se em questões identitárias. Nas análises que virão, poderemos averiguar se existem (ou não) características comuns aos locutores de cada FD e se os “mitos” apontados acima se mantêm.

³⁴ Dada a faixa etária dos informantes da pesquisa (certamente acima dos vinte anos), ser em alguma medida oralizado é um fato previsível, uma vez que o fortalecimento da Libras e a popularização do profissional intérprete são conquistas recentes. Além disso, normalmente, ser oralizado (ou não) não é, a princípio, uma escolha do sujeito, uma vez que é ainda em tenra idade que tal prática se inicia.

Questões 1 e 2 do questionário ³⁵											
Textos	1 - Você se classifica como:				2 - Quanto ao uso das línguas, você se considera:						
	Surdo	Defici. auditivo	Parc. surdo	Ouvinte	Usuário de Libras	Não-usuário de Libras	Parci. usuário de Libras	Usuário de LP	Oralizado	Não-oralizado	Parc. Oralizado
A		X					X				X
B	X				X			X	X		
C	X				X						X
D		X			X				X		
E	X				X				X		
F	X				X				X		
G	X				X				X		
H	X				X						X
I	X				X					X	
J	X				X						X
K	X				X			X	X		
L	X				X			X	X		
M	X				X				N. R. ³⁶		
N	X				X			X	N. R.		
O	X				X					X	
P	X	X			X				N. R.		
Q	X				X						X
R	X				X						X
S	X				X						X
T	X				X				N. R.		
U	X				X						X

Quadro 2

Ressaltamos ainda que estudantes de pós-graduação³⁷ também foram aceitos como informantes, uma vez que ser graduando ou pós-graduando não nos pareceu uma

³⁵ A partir de critérios de restrições específicos (que serão explicitados adiante) foi possível delimitar, para as análises, um *subcorpus* constituído por 21 questionários respondidos.

³⁶ Não respondeu.

³⁷ Dos 42 questionários coletados, três foram respondidos por estudantes de pós-graduação.

diferenciação determinante para os objetivos da pesquisa.

Informamos, por fim, que atendendo às exigências do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMG, todos os sujeitos informantes assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (vide modelo em anexo), cedendo as informações fornecidas para uso em pesquisa.

2.2. A Análise do Discurso como referencial teórico-metodológico

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos. Michel Foucault (2006, p. 48).

Neste estudo, trabalharemos com esse objeto que “reverbera verdades” de que nos fala Foucault: o discurso. Faremos brotar por sobre as palavras dos surdos a palavra segunda do comentário. A Análise do Discurso será o suporte teórico através do qual pensaremos a linguagem e as relações (inter)discursivas estabelecidas nos discursos sobre a surdez que serão analisados.

Inicialmente, é preciso determinar a qual “análise do discurso” nos referimos, uma vez que tal expressão, de acordo com Maingueneau (2006b, p. 46)³⁸, pode apontar, atualmente, para diferentes definições: algumas *muito amplas*, costumam considerá-la genericamente como correlata a “estudos do discurso”, podendo, assim, referir-se à “análise da conversação”, à “etnografia da comunicação”, à “sociolinguística interacional”, enfim, a diferentes disciplinas que tomam o discurso como objeto de análise; outras definições, mais apropriadas e restritivas, no entanto, reservam tal expressão para uma disciplina específica.

Quanto à constituição dessa disciplina, Maingueneau (2006, p. 9-10) defende

³⁸ Trata-se do verbete “Análise do discurso”, apresentado pelo autor no dicionário organizado por ele e por Patrick Charaudeau (2006).

que a Análise do Discurso (AD) apresenta a particularidade de não se referir a um gesto fundador – pois para ela não houve um Durkheim ou um Saussure –, mas a “reavaliação de práticas de análise textual mais antigas e a convergência progressiva nos anos 1980 e 1990 de correntes européias e anglo-saxãs”. *Convergência*, esclarece o autor, não no sentido de uma homogeneização, mas no sentido da “constituição de um verdadeiro campo”.

Apesar de, segundo Maingueneau (2006), não ser possível falar em teorias ou autores fundadores, julgamos relevante pontuar que Michel Pêcheux tem sido considerado, por vários pesquisadores, como a principal figura na história da AD. É o caso, por exemplo, de Ferreira (2007, p. 16), que aponta Pêcheux como fundador da AD francesa. Controvérsias à parte, julgamos suficiente reservar a ele um lugar de destaque na história da disciplina.

Apesar de estar se tornando cada vez mais difundida em todo o mundo, em várias áreas do conhecimento, a AD ainda luta para se livrar de alguns atributos que põem em questão o seu estatuto disciplinar. De acordo com Maingueneau (2006b, p. 46), sabe-se que alguns costumam vê-la como um “espaço transitório”, um “campo parasitário” de ciências como a lingüística, a sociologia ou a psicologia. É comum também pensá-la como um “espaço crítico”, “lugar de interrogação e reformulação” para o qual podem confluir os problemas que outras disciplinas, como as citadas, podem encontrar. Mas “tanto em um caso quanto no outro, trata-se menos de uma verdadeira disciplina do que de um espaço de problematização”, contesta o autor (p. 46). Todavia, ao longo dos anos, a Análise do Discurso vem demarcando com propriedade a sua especificidade conceitual e garantindo o seu estatuto de disciplina consolidada, pois a sua história, desde os anos 1960, comprova a sua solidificação, como afirma Maingueneau (2006b p. 46):

Se é indiscutível que, no seu início, ela teve, sobretudo, um olhar crítico, progressivamente alargou seu campo de estudo para o conjunto das produções verbais, desenvolveu um aparelho conceitual específico, fez dialogarem cada vez mais suas múltiplas correntes e definiu métodos distintos daqueles da análise de conteúdo ou das abordagens hermenêuticas tradicionais. [...] Pela primeira vez na história, a totalidade dos enunciados de uma sociedade, apreendida na multiplicidade de seus gêneros, é convocada a se tornar objeto de estudo.

Dentro desse quadro, a expressão *escola francesa de Análise do Discurso* designa a corrente da análise do discurso dominante na França nos anos 1960 e 1970, tendo como expoente máximo a figura de Michel Pêcheux. Fortemente inspirada na releitura de Marx feita por Althusser e na de Freud proposta por Lacan, além da releitura de Saussure realizada pelo próprio Pêcheux, essa escola foi claramente marcada por influências psicanalíticas e classistas na ordem do discurso. A esse “sentido estrito” da Análise do Discurso, Maingueneau (2006, p. 10) irá opor um outro, mais abrangente, chamado por ele de *tendências francesas da Análise do Discurso*.

“Tendências francesas”, a nosso ver, agregariam estudos que são, de alguma forma, tributários dos primeiros estudos em análise do discurso, mas que se dissociam deles quando apresentam proposições renovadas e verdadeiramente abrangentes sobre o objeto discurso. “Tendências francesas”, para Maingueneau (2006b, p. 202), pode referir-se, de maneira ampla, a estudos interessados em: a) examinar *corpora* relativamente restritos, onde se cristalizam embates históricos; b) analisar propriedades da língua, não apenas das funções discursivas das unidades; c) apreender relações privilegiadas com as teorias da enunciação lingüística; d) compreender o papel central do interdiscurso, refletindo “sobre os modos de inscrição do sujeito em seu discurso”, entre outras possibilidades.

Quanto à relação entre as duas correntes, o autor relata que, a partir dos anos 1980, a primeira corrente da AD, em sua forma originária, foi sendo progressivamente “marginalizada”, de forma que atualmente “não se pode mais falar em escola francesa”,

segundo ele, mas, sim, em *tendências francesas* da análise do discurso (pag. 202).

Recebemos tal posição com alguma desconfiança, pois, com isso, a impressão que temos é que a “escola francesa de Análise do discurso” ficou restrita ao passado, sem correspondência ou uso no presente. Se, por um lado, essa pode ser a realidade na França, por outro, no Brasil, existem núcleos de pesquisa de cunho pecheteano fortemente alicerçados na prática que caracterizou os estudos franceses das décadas de 1960 e 1970 (como muitos estudos realizados no âmbito da UFRG ou da UNICAMP, por exemplo). Esses estudos costumam filiar-se explicitamente à “escola francesa de análise do discurso”, sem demonstrar tensões ou apresentar maiores explicações, uma vez que tal expressão é corrente em estudos de base pecheteana no Brasil.

Além das correntes francesas, há ainda a análise do discurso de origem anglo-saxã (*Critical Discourse Analysis*), que se posiciona mais no terreno da antropologia do que no terreno da lingüística. Essa prática analítica, fortemente marcada por engajamentos políticos e ideológicos na ordem do discurso, vem sendo designada no Brasil de “Análise Crítica do Discurso” (PAGANO; MAGALHÃES, 2005) ou “Análise de Discurso Crítica” (MAGALHÃES, 2005), visando a garantir a sua especificidade tanto prática quanto teórica, dissociando-se, assim, em certa medida, das demais “análises” do discurso. Fairclough (1992) pode ser considerado como um dos maiores nomes nessa corrente de estudos.

Como se pode perceber, apesar de tais correntes convergirem para a criação de um campo de estudo específico, elas não são homogeneizadas por ele, conservando traços ao mesmo tempo comuns e singularizadores. A abertura de um diálogo entre as diferentes correntes da AD e entre as diferentes disciplinas que trabalham com o discurso tem ocasionado uma descompartmentalização das pesquisas em AD. Com isso, os *corpora* do campo têm se tornado progressivamente diversificados. Apesar disso, seria possível,

no dizer de Maingueneau (2006b, p. 45), distinguir alguns “grandes pólos” de estudos nesse campo, como: (1) trabalhos que tomam o discurso prioritariamente como interação social; (2) estudos que priorizam as situações de comunicação e os gêneros; (3) trabalhos que visam à articulação entre os funcionamentos discursivos, as condições de produção e os posicionamentos ideológicos; 4) trabalhos que priorizam o estudo da organização textual e das marcas de enunciação.

Considerando a complexidade das questões discutidas acima e, ao mesmo tempo, visando a simplificar a nossa opção teórico-metodológica, esclarecemos que os princípios que sustentam o presente trabalho situam-se, principalmente, nos estudos desenvolvidos por Maingueneau (1998, 2005, 2008), contemplando a vertente (3) descrita acima. O autor, ao que tudo indica, dá preferência à segunda denominação – “tendências francesas” – na atualidade, o que contraria, de certa forma, a posição assumida por ele em trabalhos anteriores (ver, por exemplo, a obra *Novas tendências em análise do discurso*, publicada, no Brasil, em 1993).

Em função disso e para evitar maiores delongas, esclarecemos que, em nosso trabalho, não nos furtaremos a estabelecer um diálogo entre as diferentes vertentes da área, sendo a designação “escola francesa” ou “tendências francesas” uma questão de menor importância. Assim, procuraremos, num primeiro momento, em apresentar e discutir os conceitos que se mostram pertinentes para o desenvolvimento deste trabalho para, em seguida, buscar aplicá-los nos discursos que compõem o *corpus* da pesquisa.

2.3 Discutindo alguns conceitos

Refletindo sobre a gênese e o funcionamento dos discursos, Maingueneau (2005, p. 79) sustenta que o discurso, na multiplicidade de suas dimensões, é regido por uma

semântica global. Pensando na apreensão de sentidos, pode-se dizer que um procedimento analítico que se funda nesse conceito não privilegia um plano em detrimento de outro, mas os enlaça em um mesmo movimento. Isso implica dizer que os sentidos não se encontram em uma parte específica do texto, mas emanam do conjunto (temas, *ethos*, vocabulário, dêixis enunciativa, etc.) e são organizados de acordo com um mesmo conjunto de regras: a *semântica global*. Essa coerência geral entre todas as dimensões do discurso tornará o sistema (discursivo) relativamente simples para os sujeitos falantes: a *competência discursiva* se relaciona justamente à simplicidade do sistema.

Em outras palavras, a partir do conceito de *semântica global* o autor irá opor-se à idéia de se definir um plano discursivo como sendo o lugar em que a “essência” do discurso se condensaria de maneira privilegiada. Ao contrário, para ele não é apropriado distinguir o “fundamental” do “superficial”, o “essencial” do “acessório” no sistema discursivo. Além de levar a um impasse de difícil resolução analítica, essa posição poderia ainda levar a falsas impressões sobre determinado discurso justamente por compreendê-lo a partir de planos e não do conjunto.

Apesar de se referir a “sistema” ou a “regras” em alguns momentos de sua reflexão, Maingueneau (2005) esclarece que em seus estudos não está sendo proposta uma “gramática do espaço discursivo” – até porque, para ele, não existe uma “língua” específica para um discurso, mas enunciados de uma dada língua que obedecem a certas *restrições semânticas* que fazem com que eles integrem um dado discurso e não outro. Acreditamos que restrições de ordem semântica corroboram com a construção identitária do discurso e podem ser de origens diversas (histórica, política etc.) sendo, muitas vezes, responsáveis pela instauração/determinação de uma formação discursiva (FD) específica.

Restrições visam ainda definir “operadores de individuação” em uma mesma FD, como é o caso, por exemplo, de vertentes diferentes em um mesmo discurso.

Esse sistema de restrições semânticas e o princípio *de uma semântica global* darão corporeidade à noção complementar de *competência discursiva*: os sujeitos, inseridos em dada formação discursiva, colocam em cena uma *capacidade* de interpretar e de produzir enunciados inéditos, assim como reconhecer enunciados como não integrantes do seu discurso. Maingueneau (2005, p. 53) sugere que talvez essa noção possa resolver, de alguma maneira, a problemática do assujeitamento³⁹, uma noção clássica da “escola francesa”. A partir do conceito de competência discursiva os sujeitos não seriam mais vistos como “ceras moles” que se deixariam dominar por um discurso “todo-poderoso” (como poderia sugerir a noção de assujeitamento), mas como sujeitos capazes de interiorizar a complexidade e o funcionamento de dado discurso, sendo este imposto pelo laço que parece existir “entre a natureza desse discurso e o fato de pertencer a tal grupo ou classe”. A competência discursiva, então, permite que os sujeitos compreendam, internalizem e produzam enunciados compatíveis com o funcionamento dos discursos correntes em seu meio, assimilando inclusive as incompatibilidades semânticas do espaço discursivo do seu outro.

Vale dizer que, no curso de sua vida, o indivíduo pode inscrever-se em competências discursivas distintas, às vezes até mesmo de maneira sucessiva e/ou simultânea, isto é, a possibilidade de abandonar determinados discursos, assumindo outros, também é prevista na teoria. Isso se evidencia quando pensamos que “os sujeitos estão tanto menos presos a um ‘paradigma’ quanto mais o acesso a um novo paradigma discursivo é formalmente fácil” (MAINGUENEAU, 2005, p. 55). Mas não se pode

³⁹ Noção corrente na “escola francesa”. Nas palavras de Araldi (2005): “o processo pelo qual o indivíduo reconhece e aceita o pré-construído como sendo seu sentido, chama-se *assujeitamento*, o qual é condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito”.

pensar que tal competência é uma questão de crença ou descrença em dado discurso; é preciso compreendê-la como um *fato discursivo*. É necessário considerar a natureza interdiscursiva dessa competência, levando-se em conta as regularidades historicamente definidas.

Trazendo essa discussão para a presente pesquisa e levando em conta a relação polêmica que se estabelece entre os discursos sobre a surdez (como vimos no Capítulo 1), podemos supor que, compreendendo a semântica global do seu próprio discurso, os sujeitos lancem mão de uma *competência interdiscursiva* e reconheçam a incompatibilidade semântica das formações do espaço discursivo que constituem o seu outro, da mesma forma que interpretam, traduzem esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições. Em outras palavras: os atores de cada subconjunto de FDs (ou espaço discursivo) parecem não conclamar o outro senão para estabelecer com ele uma relação negativa, uma negação polêmica, como pôde ser verificado na análise ilustrativa feita no Capítulo 1.

No *corpus* da pesquisa a discussão acima alicerçará as seguintes questões: como funcionaria a semântica global de cada FD apreendida? Seria possível formar grupos de textos, segundo a forma como estes se filiam à semântica global das FDs propostas? Podem-se perceber contradições e/ou incompatibilidades semânticas em determinados discursos? Quais seriam as temáticas que o sistema de restrições semânticas exclui em cada FD?

Até agora, a noção de *formação discursiva* vem sendo utilizada em nosso trabalho sem nenhuma problematização (embora tenha sido rapidamente explicada na nota 15 do Capítulo 1). Cumpre-nos, agora, esclarecer os motivos pelos quais esse termo, tão característico da escola francesa, vem sendo empregado em nosso estudo.

Característico de tal escola por um lado, mas amplamente usado em todas as correntes do campo e até mesmo fora dele, é preciso ressaltar.

Mainueneau (2006, p. 09) esclarece que a noção de FD, embora muito valorizada na história da AD francófona, demonstrou um claro declínio a partir dos anos 1980, sem, no entanto, se apagar. Apesar de ainda muito produtiva, tal noção apresenta, desde a sua origem, segundo o autor, um estatuto que não é muito claro, de difícil determinação. Comumente remete-se ao primeiro postulado de Foucault (1986, p. 136) sobre o conceito, na tentativa de defini-lo:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Reinterpretadas por Pêcheux, no campo da AD, como componentes das formações ideológicas, as formações discursivas “determinam o que pode e o que deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares, no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 166-167).

Mas a noção de FD apresenta um alto nível de maleabilidade conceitual. Mainueneau (2006b, p. 242), por exemplo, a define como aquilo que permite designar “todo conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito que pode relacionar-se a uma identidade enunciativa”, como o discurso comunista, o discurso dos patrões ou da administração, por exemplo.

Na verdade, várias seriam as formas de definir tal noção (dentre as quais citamos duas, no quadro da AD). Toda essa plasticidade conceitual, no dizer de Mainueneau, acaba por empobrecer tal noção. Percebemos, no próprio autor, certa

inconstância em relação ao uso e à teorização das FDs: pode-se perceber em seus diversos momentos teóricos um misto de encantamento e de aversão a essa noção. Apesar de ser um conceito muito requisitado na obra *Gênese dos discursos* (edição francesa: 1984), por exemplo, Maingueneau irá justificar em nota à edição brasileira (2005) que tal conceito foi usado de maneira frouxa na obra e que hoje ele usaria, preferencialmente, o termo *posicionamento* no lugar do controverso conceito de formação discursiva.

A mesma intenção é colocada no verbete que define tal conceito no dicionário que co-dirigiu com Patrick Charaudeau, onde claramente se vê a noção de FD sendo substituída pela de “posicionamento”. Em *Cenas da Enunciação*, no artigo *Unidades tópicas e não-tópicas*, onde o autor retoma e refina a noção de FD, refletindo sobre os amplos, diversificados e até inconsistentes empregos dessa noção, o autor admite que

Esse embaraço não é próprio de um ou outro pesquisador; quando redigi o verbete “formação discursiva” para o *Dictionnaire d’analyse du discours*, co-dirigido com P. Charaudeau, eu mesmo substituí “formação discursiva” por “posicionamento”, devido à incapacidade em que me encontrava de atribuir-lhe um estatuto bem claro. (MAINGUENEAU, 2006, p. 14).

Apesar da discussão acerca da noção de FD, reafirmamos que essa categoria apresenta-se operatória em nossa pesquisa, seja devido à falta de um conceito melhor, seja devido à sua maleabilidade conceitual. Atualmente, afirma Maingueneau (2006b, p. 242), “tende-se a empregá-la, sobretudo, para posicionamentos de ordem ideológica”, isto é, fala-se mais facilmente de FD em discursos políticos ou religiosos do que em discursos publicitários ou administrativos.

Como podemos perceber, no estágio atual de suas teorias, Maingueneau tem revisitado tal noção. Em *Cenas da Enunciação* (2006), no artigo referido, ele ressalta que, para que seja possível atribuir um estatuto mais claro à noção de FD, é necessário, inicialmente, levar em consideração o conjunto dos termos e das categorias (relacionadas

a esse conceito) com as quais a AD trabalha. Para tanto, ele se propõe a distinguir duas unidades discursivas: a) as unidades tópicas e b) as unidades não-tópicas.

As *unidades tópicas* podem ser divididas em unidades territoriais e em unidades transversais. *Unidades discursivas territoriais* correspondem a espaços já predeterminados pelas práticas verbais, podendo tratar-se de determinados tipos de discurso atribuídos a certas atividades sociais, como o discurso pedagógico, o discurso político, o acadêmico, etc. São tipos de discurso correntes na sociedade. Tais tipos são vistos ainda em sua relação com os seus gêneros. As *unidades transversas*, por sua vez, “são aquelas que atravessam o texto realçando os múltiplos gêneros do discurso” (MAINGUENEAU, 2006, p. 15). São, portanto, registros definidos a partir de critérios: lingüísticos, funcionais ou comunicacionais. Como não enfocaremos, em nosso estudo, unidades discursivas tópicas, limitamo-nos a apresentá-las de maneira sucinta.

As *unidades não-tópicas* são aquelas que não se apresentam previamente estabelecidas pelas práticas verbais, mas são construídas pelo pesquisador (distinguindo-se, assim, das unidades territoriais), agrupando enunciados inscritos profundamente na história (fato que as distingue das unidades transversas). Para o autor, as FDs são um tipo de unidade não-tópica, uma vez que elas têm as suas fronteiras estabelecidas pelos pesquisadores que trabalham com esse conceito, devendo ser delimitadas historicamente.

Unidades discursivas como “o discurso racista” ou “o discurso patronal”, no dizer do autor, “não parecem poder ser delimitadas por outras fronteiras senão aquelas estabelecidas pelo próprio pesquisador”, devendo ser, para tanto, historicamente argumentadas (p. 16). É justamente para esse tipo de unidade (as unidades não-tópicas) que a noção de FD será especialmente requisitada, na visão do autor.

Em alguns estudos com unidades não-tópicas, é possível perceber que, por trás da diversidade de posicionamentos que aparentemente se apresenta no *corpus* da pesquisa,

parece operar a “onipresença” de um “sentido único” (nem sempre consciente) que rege a fala dos locutores. É o caso, por exemplo, de pesquisas sobre “o discurso racista”, onde muito provavelmente os dados indicarão uma vocalidade única, um mesmo princípio escondido (nesse caso, o racismo) em todos os textos. Existem ainda casos opostos, em que as formações discursivas não são estabelecidas a partir de um único foco, mas se ligam por diversas outras razões; razões que devem ser devidamente explicitadas pelo analista. Acreditamos que este seja o caso do nosso estudo: distintas formações discursivas que se encontram no espaço discursivo da surdez, sendo a primeira uma FD clínica (ou de fundamentação ouvintista) e a segunda, uma FD lingüístico-antropológico (ou de fundamentação surda), como explicamos no Capítulo 1.

Assim, para o estudo das unidades não-tópicas, Maingueneau (2006, p. 17) propõe discutir dois tipos de FD: as *unifocais* (o discurso racista, por exemplo) e as *plurifocais* (as manifestações discursivas sobre a surdez, por exemplo). Essa posição teórica está claramente vinculada à polifonia bakhtiniana e algumas incursões por ela podem ser requisitadas mais adiante.

Ressaltamos que entre “discurso racista” e “discursos sobre a surdez” há uma distinção fundamental: no primeiro caso, percebe-se de antemão a convergência dos posicionamentos para questões racistas, ou seja, já determinadas pela escolha lexical (racista); uma unifocalização típica, pelo menos a princípio. Por outro lado, em “discursos sobre a surdez” não se pode perceber convergência alguma, e a escolha lexical não diz muito de antemão (surdez). Concordamos, no entanto, que o caráter *plurifocal* também não está dado; será exatamente o estudo do *corpus* que confirmará a plurifocalidade ou unifocalidade em nossos estudos. Por outro lado, se no lugar de “discursos sobre a surdez” apresentássemos a expressão “discursos surdos”, certamente estaríamos conduzindo a nossa pesquisa ao estudo de FDs unifocais, uma vez que é

sabido que, quando o termo “surdo” adjetiva algum substantivo (escrita *surda*, arte *surda*, discurso *surdo*, etc.), o objetivo é justamente demarcar um lugar de enunciação que parte do Movimento Surdo, entendido aqui como um movimento social que visa a promover melhorias político-sociais para o grupo, equilibrando as relações de poder entre surdos e não-surdos, ou seja, seria uma posição homogeneizadora.

Voltando ao estudo dos dois tipos de FD, constatamos que Maingueneau (2006, p. 18) alerta que, para que seja possível falar de FDs plurifocais, é preciso ir além da simples comparação de conjuntos discursivos. É a orientação dada à pesquisa que irá determinar se se trata de uma simples comparação ou de uma verdadeira plurifocalização.

Na nossa pesquisa, quando estabelecemos um espaço discursivo constituído por unidades não-tópicas, não era nosso objetivo simplesmente verificar e comparar a ocorrência de distintos posicionamentos no campo discursivo da surdez, mas, ao contrário, queríamos justamente compreender de que forma esses discursos e esses saberes se relacionam nesse campo, como de delimitam, se evocam e se refutam naquele espaço discursivo.

Se, por um lado, abordar unidades discursivas não-tópicas (unifocais ou plurifocais) possibilita ao pesquisador trabalhar com discursos que, embora não estejam previamente delimitados por práticas sociais específicas, atravessam a sociedade e possibilitam algum grau de liberdade do pesquisador em sua organização, por outro, é bom lembrar que a construção desse percurso não se submete apenas aos caprichos do pesquisador, uma vez que existe “um conjunto de princípios, de técnicas que regulam esse tipo de atividades hermenêutica” (MAINGUENEAU, 2006, p. 22).

Assim, ainda segundo Maingueneau (2006, p. 20), para que o trabalho com unidades discursivas não-tópicas seja bem sucedido, é preciso colocar em primeiro plano as interrogações inicialmente produzidas pela pesquisa, uma vez que tais unidades

mostram que o pesquisador parece justamente “construir uma certa configuração de textos para constranger o universo do discurso a responder às questões que ele elaborou.”

Dessa maneira, refletindo sobre o *corpus*, surge a questão: como poderíamos operacionalizar e organizar as manifestações discursivas (unidades não-tópicas) que serão estudadas neste trabalho? Uma das maneiras de responder a essa questão aponta para a tríade *universo, campo e espaço discursivo*, apresentada por Maingueneau (2005). Valeremo-nos desses três conceitos complementares para conceber discursivamente o *corpus* da presente pesquisa.

Segundo Maingueneau (2005) em meio a um dado *universo discursivo*⁴⁰, isto é, em meio a um conjunto de discursos de todos os tipos que interagem em uma conjuntura dada, é possível construir, via recorte, domínios susceptíveis de ser estudados pelo analista: os *campos discursivos*, em que posicionamentos diversos encontram-se em concorrência e se delimitam, portanto, em determinada região do universo discursivo. *Concorrência* deve ser entendida aqui, alerta Maingueneau (2005, p. 36), em seu sentido amplo, incluindo tanto o confronto aberto quanto a aliança ou a neutralidade aparente entre discursos que, possuindo a mesma função social, divergem apenas sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode se tratar do campo devoto (MAINGUENEAU, 2005) ou do campo da língua (LARA, 2008), entre outros. O recorte em campos não define zonas insulares, mas estabelece uma abstração necessária que deve permitir abrir múltiplas redes de troca. A constituição dos discursos no interior de campos determinados precisa acontecer em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes.

⁴⁰ Maingueneau (2005, p. 35) esclarece que “universo discursivo” refere-se a um conjunto sempre finito, ainda que a sua apreensão pelo pesquisador não seja possível. Tal conceito “é de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados, os ‘campos discursivos’”.

Assim, torna-se necessário ao analista isolar, em um dado campo discursivo, subconjuntos de FDs: os *espaços discursivos*, constituídos por pelo menos duas FDs ou dois posicionamentos discursivos distintos que mantêm relações privilegiadas, relações essas que o analista julga pertinentes para o seu propósito.

Pensando nas categorias acima, podemos projetar, para a presente pesquisa, o *campo da surdez*, no qual várias formações discursivas se encontram em concorrência e delimitam-se reciprocamente. Nesse campo discursivo, julgamos oportuno recortar um espaço discursivo constituído por dois subconjuntos de FDs que se opõem: uma FD clínica (de fundamentação ouvintista) e uma FD lingüístico-antropológica (de fundamentação surda), compreendendo a primeira FD, conforme foi visto no Capítulo 1, como manifestações do discurso da “deficiência”, da “falta”, do “desvio”, enquanto na segunda, percebemos o discurso da “diferença”, da “identidade”, da “língua e da cultura específicas”. Veremos, então, as manifestações discursivas que dialogam no campo da surdez ser reordenadas a partir do *espaço discursivo* da surdez como deficiência ou como diferença, dizendo de maneira simplificada.

Vale lembrar que a delimitação do universo em campos e em seus respectivos espaços não é de forma alguma fixa ou evidente, mas obedece a objetivos específicos, tornando-se maleável à interpretação de cada analista. O espaço discursivo construído para esta pesquisa, por exemplo, não era previamente dado, mas resultou de escolhas e hipóteses guiadas, sobretudo, por observações e análises prévias, registradas no Capítulo 1. Se, por um lado, tal espaço não era previamente dado, tampouco foi estabelecido, de forma aleatória, pelo analista, cabe ressaltar. O analista não estabelece, não “inventa” o espaço, mas o coloca em evidência ao tentar compreender o seu funcionamento discursivo, segundo determinados critérios.

Para Maingueneau (2005), quando se recorta em dado campo um espaço

discursivo, é preciso ainda pensar quais outros discursos do campo podem ser citados ou recusados pelo discurso primeiro e/ou segundo, ou seja, a delimitação em espaço não exclui outras referências discursivas, mas ao contrário, as evidencia. Isso quer dizer que, quando se pensa “no nível das possibilidades semânticas”, admite-se um espaço de troca, não de identidade fechada. Nas palavras do autor:

Na medida em que, cronologicamente, é o discurso precisamente chamando “segundo” que se constitui através do discurso primeiro, parece lógico pensar, então, que esse discurso primeiro é o Outro do discurso segundo, [mas] o discurso primeiro não permite a constituição de discursos segundos sem ser por eles ameaçado em seus próprios fundamentos. (MAINGUENEAU, 2005, p. 41)

Lara (2008, p. 113-114), referindo-se aos estudos desenvolvidos por Maingueneau, ressalta que não cabe “estudar as diferentes formações discursivas que atravessam um dado discurso de forma independente e isolada, mas, sim, apreendê-las nas relações que estabelecem umas com as outras”, ou seja, “a identidade discursiva se constrói na interação com o Outro”. No espaço que delimitamos para esse estudo, lançamos a hipótese de que o discurso primeiro é o da deficiência, “cientificamente” e historicamente determinado, reservando ao discurso segundo, o da diferença, o lugar da reação e da resistência contra o discurso da deficiência. Observaremos, portanto, em que medida tais discursos são reorganizados, refutados ou endossados nos dados coletados.

Ao apresentar os conceitos de universo, campo e espaço discursivo, Maingueneau (2005) procura mostrar que eles podem substituir, ou pelo menos operacionalizar, a noção de *interdiscurso*, tornando-a menos vaga. De acordo com Maingueneau (2006b p. 286), em um sentido restritivo, o *interdiscurso* “é também um espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo, ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros”. Nesse sentido restritivo, a constituição de um discurso se dá a partir de diálogos

estabelecidos no interior de um campo particular ou entre campos afins. Isso quer dizer que as relações interdiscursivas não são estabelecidas de qualquer maneira, mas se dão ou no interior de campos discursivos específicos ou através das relações estabelecidas entre eles.

Essa não é, no entanto, a definição mais corrente dessa noção. Comumente ela é definida de maneira mais ampla, sem referência à questão dos espaços ou campos. Mais amplamente, o interdiscurso é entendido como um conjunto de unidades discursivas com as quais um discurso estabelece relação explícita ou implícita. Por essa via, a natureza ou funcionamento dessas relações parecem não ser devidamente explicitadas.

Apesar de a definição ampla ser a mais corrente, acreditamos que a definição restritiva apresente vantagens sobre ela, pois, quando pensamos a interdiscursividade a partir de diretrizes específicas, não nos vemos diante de um “vale-tudo discursivo”, mas cientes do percurso que articula e engendra os discursos. Em nossa pesquisa, portanto, será a partir desse sentido restritivo de interdiscurso que pensaremos as relações dialógicas entre os discursos.

Tendo estabelecido as diferenças entre a concepção ampla e a concepção restritiva de interdiscurso, cumpre-nos, agora, apresentar definições mais específicas sobre as operações que possibilitam a ocorrência desse fenômeno.

Compreendendo o discurso como estrutura e como acontecimento, Pêcheux (1990) relaciona o interdiscurso à memória discursiva, a um conjunto de dizeres coletivos que sustentam todo ato enunciativo. É como se os sujeitos estivessem filiados a um saber discursivo que não se aprende, mas que os constitui e produz efeitos nas tramas discursivas.

O interdiscurso, assim, recupera o pré-construído e o já-dito. Os pré-construídos correspondem ao “sempre-já-aí”, pois os sujeitos falam sempre a partir de posições já

formuladas, ou, nas palavras de Possenti (2003, p. 255), “algo sempre fala antes e alhures”, quer dizer, estamos sempre expostos a uma contínua “enunciação comunitária”, a um conjunto de dizeres que constituem e são constituídos pela sociedade, cuja produção e absorção individual acontecem de maneira não-consciente.

Para Possenti (2003, p. 253), o princípio da interdiscursividade pode aparecer sob diversos nomes – polifonia, dialogismo, heterogeneidade, intertextualidade – cada um implicando um viés específico, mas fazendo sempre referência à problemática *do outro no discurso*. É nesse sentido que Silva (2007, p. 30) afirma que os discursos já nascem imbricados em relações dialógicas e interdiscursivas com o seu outro. O que parece central, então, nessa discussão, é *como o outro constitui o mesmo*.

A questão da interdiscursividade aponta para uma conhecida tese da AD: o primado do interdiscurso sobre o discurso, elegendo-se, pois, o interdiscurso como a unidade de análise pertinente. A afirmação de tal primado, em nossa pesquisa, exclui colocar em contraste formações discursivas consideradas independentemente uma das outras, como afirma Lara (2008), uma vez que “a identidade de um discurso é indissociável de sua emergência e (de) sua manutenção através do interdiscurso”, completa Maingueneau (2006b, p. 286).

A metáfora do coro ilustra com propriedade esse conceito: o discurso parece ser composto por um emaranhado de vozes distintas, apresentadas em uníssono e nem sempre claramente recuperáveis, fato que dissimula o reconhecimento das partes, ou seja, o interdiscurso é dissimulado no intradiscurso, entendido aqui como a relação entre os constituintes de um mesmo discurso, um simulacro material do interdiscurso.

Impossível seria pensar o interdiscurso dissociado da noção de heterogeneidade do discurso. Os discursos quase nunca são homogêneos, como nos diz Maingueneau (2006b, p. 261). Geralmente, podem-se perceber neles diversos tipos de seqüência

textuais, modalizações, registros de língua e de gêneros discursivos variados.

O fenômeno da heterogeneidade nos mostra que os *ingredientes* lingüísticos de cada discurso (palavras, enunciados, etc.) carregam a memória de outros discursos, são atravessados por várias formações discursivas, o que nos levará a buscar, no nosso objeto de estudo, tanto a heterogeneidade constitutiva, quanto a mostrada, sobretudo a marcada (ironia, uso de aspas, discurso relatado, pressuposição, etc.), considerando que é nela que se apreende, de forma clara e inequívoca, a “voz” do outro. Maingueneau (1998, p. 75), inspirado em Authier-Revuz, afirma que a heterogeneidade mostrada “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação”, enquanto a constitutiva “aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva”.

Lembramos que essas duas formas de heterogeneidade do discurso – a constitutiva e a mostrada –, embora representem duas ordens de realidades diferentes, são articuláveis e solidárias entre si. Assim, nas análises, a ocorrência de algumas marcas da heterogeneidade (mostrada) serão verificadas, como, por exemplo, os índices de polifonia, os marcadores de pressuposição, a negação, o discurso relatado, as palavras entre aspas, a parafrase, etc; além de algumas formas da heterogeneidade mostrada (não marcada), como a ironia, por exemplo. Essas noções serão discutidas de acordo com sua ocorrência nos dados analisados.

Na presente pesquisa o interdiscurso, como fenômeno da heterogeneidade enunciativa, poderá ser revelador de uma rede discursiva já existente antes de os sujeitos informantes se manifestarem, mas certamente exposta à contínua reformulação da história, dos sistemas ideológicos e do poder.

Isso nos remete a Foucault (2006), autor que muito influenciou a AD. Para ele, o poder se dá através da palavra, do discurso. Palavra às vezes controlada e delimitada, como pode ser considerada a voz do povo surdo. Para esse autor, o discurso pode ser objeto de desejo. O discurso não seria, assim, “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, *o poder do qual nos queremos apoderar*” (FOUCAULT, 2006, p. 10, grifos nossos).

Aos surdos, então, talvez reste o desejo de sustentar os discursos, saberes e poderes em relação ao seu próprio grupo. Surdos manifestando-se cientificamente sobre “questões surdas”, uma prática nova no Brasil que nos permite refletir sobre as tramas da autoria e da política na ciência, ilustra com propriedade esse desejo. Certamente, a entrada de surdos na chamada “comunidade científica”, através de programas de mestrado e doutorado, possibilitou a alguns membros do grupo sustentar discursos ditos científicos sobre si mesmos. Mas é preciso lembrar que essa operação não se dá de maneira simples, pois, em termos discursivos, nem tudo parece ser previamente legitimado ou permitido. A produção do discurso não é totalmente livre, mas, em alguma medida, controlada, como nos diz Foucault (2006, p. 9):

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2006, p. 9).

O controle na produção do discurso pode ser ilustrado por aquilo que Foucault (2006) chamou de “procedimentos de exclusão”. O mais evidente e familiar seria a *interdição*, seguida da *separação* e da *rejeição*. O primeiro procedimento nos lembra que nem tudo pode ser dito por qualquer um. É o caso de se pensar o que a sociedade reconhece como legítimo de ser sustentado por um surdo. Um surdo pode sustentar os saberes sobre o seu grupo? Pode-se tornar-se um pensador? Criticar a sociedade?

Em relação à separação e à rejeição, Foucault pensa mais precisamente na oposição razão *versus* loucura e na palavra nula dos loucos, rejeitada tão logo proferida. Ora, o mesmo verifica-se em relação aos surdos, logo tachados de mudos⁴¹, aqueles que não podem falar ou nada têm a dizer, ou, se considerados falantes, são falantes menores. Os loucos de Foucault começam a ser ouvidos, pelo menos pela medicina, a partir do século XVIII. E os surdos, quando é que começam a ser ouvidos?

Mas é preciso lembrar que “é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce” (p. 13). Seriam hoje os surdos ouvidos (se ouvidos) apenas a partir da grelha da “diversidade”? Do “politicamente correto”? De onde o povo surdo enuncia e qual é o jogo de imagens suscetível de ser construído por essa enunciação?

Ainda no que diz respeito aos procedimentos de exclusão, Foucault (2006, p. 10) propõe que pensemos na oposição entre o verdadeiro e o falso e na *vontade de verdade* relacionada à *vontade de saber*. Ora, as “verdades” sobre os discursos da surdez, até muito pouco tempo atrás, estavam alocadas exclusivamente nos tratados de medicina e de audiologia. O deslocamento e a relativização dessas “verdades” abalaram a hegemonia do poder ouvinte sobre os surdos. E como nos sugere a lógica nietzscheana, o que está em jogo por trás de todo saber é *a luta pelo poder*, ou seja, o saber vai se constituindo pelo signo do poder. Ora, surdos graduados, pós-graduados, tornam-se, por essa via, “donos de seu próprio nariz”; conquistam um poder oportunizado pelo saber. Constroem e professam uma imagem de si que pode ser radicalmente diferente da representação da surdez no/pelo senso comum.

Por séculos os surdos foram disciplinados a reconhecerem em si um mal orgânico que os colocava na linha da insuficiência perante os não-surdos. Esses eram os

⁴¹ Cabe ressaltar que surdos não são mudos. Primeiramente por que os surdos falam, não a língua oral-auditiva, mas a sua, visual-espacial. Segundo, porque não existe na surdez qualquer característica fisiológica que impeça a expressão oral.

saberes difundidos como verdadeiros em uma época nem tão distante da nossa. Médicos, filósofos, educadores e familiares (re)produziam esse discurso e, aos surdos, em seus lugares de “mudos”, só restava aceitar. O que queremos dizer com isso é que a imagem da surdez produzida pelos surdos, há algumas décadas, parecia estar em consonância com os saberes sobre os surdos dominantes naquela época. Com a instauração paulatina de um novo discurso sobre a surdez é possível que a imagem de si, produzida pelo grupo, tenha não apenas acompanhado esse novo caminho, como também possibilitado a sua construção, pois é também a partir da observação da realidade empírica que os saberes se constituem.

É o caso de se pensar na(s) imagem(ns) que o surdo constrói de si mesmo nas manifestações discursivas que analisaremos adiante. É importante que se pense em tal imagem, não apenas no nível do enunciado (o que o surdo diz de si mesmo), mas também no nível da enunciação (*ethos*), do “tom” do discurso. Qual seria, então, a imagem de si duplamente construída (no nível do enunciado e no da enunciação) por surdos universitários em seu discurso? Seria possível depreender a construção de uma “imagem coletiva”, de um “*ethos* comum”?

O *ethos* é entendido como a imagem de si que o locutor constrói no seu discurso. Originada da retórica aristotélica, essa noção foi retomada e reelaborada no campo da AD principalmente nos estudos desenvolvidos por Dominique Maingueneau (1998, 2005b, 2008).

Em suas origens, tal noção faz parte da trilogia aristotélica dos meios de prova retórica, juntamente com as noções de “*pathos*” e de “*logos*”, sendo considerada como a mais importante das provas. A prova pelo *ethos* consiste em engendrar o discurso (*logos*) de forma a se causar boa impressão e empatia (*pathos*), podendo, assim, convencer o auditório da “causa” defendida (EGGS, 2005, p. 29).

Em Aristóteles, o *ethos* apresenta um sentido duplo: o primeiro estabelece que características morais (como a prudência, a virtude e a benevolência) podem garantir credibilidade ao orador, colaborando sobremaneira para a adesão do auditório. O segundo sentido assume uma dimensão social, postulando que o orador é mais convincente quando se exprime de modo apropriado ao seu tipo social, como afirma Maingueneau (2006b, p. 220).

O *ethos* estudado pela análise do discurso, é preciso que se esclareça, não é exatamente o mesmo *ethos* aristotélico. Se, por um lado, na AD ele conservou o seu traço originário de convencimento e adesão, de ser construído na e pela enunciação, por outro, ele foi aqui reelaborado dentro de problemáticas que extrapolam os limites da retórica.

No quadro da AD, especificamente nos estudos de Maingueneau (2005b, 2008b), questões de *ethos* não são pensadas apenas a partir de discursos orais ou marcadamente eloqüentes, mas se estabelecem em toda troca verbal, tanto oral quanto escrita, uma vez que toda manifestação discursiva possui uma vocalidade específica que permite relacioná-la a determinada fonte enunciativa que apresenta certo caráter e certa corporalidade. Isso significa que o *ethos* se deixa apreender também como uma voz e um corpo, ou seja, a enunciação leva o co-enunciador a conferir um *ethos*, uma imagem ao seu fiador, dando-lhe um corpo.

Apesar de o *ethos* ser construído na e pela enunciação, de acordo com Maingueneau (2008b, p. 15), é preciso levar em conta que o auditório também pode construir representações do locutor antes mesmo que ele fale. Trata-se da noção de *ethos* pré-discursivo (ou prévio), entendida pelo autor como a imagem de si que o locutor “desperta” no auditório antes mesmo do seu turno de fala. A produção de imagens prévias do locutor, como manifestação da memória discursiva do auditório, parece

apoiar-se nas estereotípias que determinado grupo ou classe social pode evocar. É o caso de se pensar, no nosso estudo, se, em alguma medida, os discursos analisados visam combater algum *ethos* prévio despertado pela figura do surdo.

Como se pode perceber, o *ethos*, desenvolvido por Maingueneau, no quadro da AD, não está explícito no enunciado. São imagens evocadas e construídas a partir da enunciação. Se, por exemplo, por alguma razão, um sujeito quer se mostrar culto, narrar alguns trechos de obras clássicas da literatura latina certamente será muito mais eficaz do que dizer “eu sou culto”. No entanto, não podemos perder de vista que o dito (o enunciado) também se articula ao dizer (à enunciação) na construção da imagem de si, projetada no discurso, razão pela qual abordaremos o *ethos* de sujeitos surdos não só pelo viés da enunciação, mas também pelo do enunciado, alargando, assim, a aplicabilidade dessa noção.

Talvez seja possível pensar que a projeção do *ethos* no discurso carrega em si aparatos ideológicos – isso, pelo menos, é o que nos parece diante dos discursos das minorias. É a partir de determinado sistema de crenças que o sujeito julga apropriado apresentar-se desta ou daquela maneira, visando, como fim último, à adesão do auditório.

Em nosso estudo, questões de ordem ideológica poderão ser eventualmente consideradas, mas sempre a partir de sua versão pós-marxista. Conceito por vezes controverso, a *ideologia* é considerada por muitos como o carro-chefe da AD de 1960 e 1970, compreendida, sobretudo, a partir da releitura althusseriana de Marx.

Para Brandão (2004, p. 20), o termo ideologia aparece em Marx com uma carga semântica negativa, restritiva e particular, e se reduz a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social, ditada sempre pela classe dominante. A ideologia a que ele se refere é um instrumento de dominação.

Já em Ricoeur (1985), o conceito de ideologia aparece, em alguns momentos, pretensamente desvinculado de Marx, sem endossá-lo ou criticá-lo explicitamente. De acordo com Arend (2003), o estudo da ideologia em Ricoeur se insere no momento da preocupação em considerar os efeitos das representações na formação do “si mesmo” e da compreensão do outro. Ela está ligada à necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma (auto)imagem, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar.

Para esse autor, a ideologia desempenha a função geral de *integração* e seu estatuto não é primordialmente reflexivo, mas operatório (RICOEUR, 1985). Nesse sentido, a ideologia opera “atrás de nós”, nos guia, nos move, e não o contrário, isto é, não se trata apenas de um sistema de idéias explícitas, mas de uma ação que nos move no mundo. É a partir dela que pensamos e agimos, sem, necessariamente, trazê-la ao nível da consciência. Ao questionarmos sujeitos surdos sobre a condição da surdez, buscamos exatamente trazer à tona questões ideológicas vivenciadas pelo povo surdo. Esses sujeitos tentarão traduzir em palavras a ideologia que, pelo menos em tese, governa suas vidas.

Brandão (2004, p. 27), comentando sobre a função geral da ideologia em Ricoeur, afirma que

A ideologia é dinâmica e motivadora. Ela impulsiona a práxis social, motivando-a, e “um motivo é ao mesmo tempo aquilo que justifica e que compromete”. Por isso, “a ideologia argumenta”, estimula uma práxis social que a concretiza. Nesse sentido, ela é mais do que um simples *reflexo* de uma formação social, ela é também *justificação* (porque sua práxis é movida pelo desejo de demonstrar que o grupo que a professa tem razão de ser o que é) e *projeto* (porque modela, dita as regras de um modo de vida). (grifos da autora).

Diante do que nos propomos a fazer neste trabalho, o conceito de ideologia proposto por Ricoeur (1985, p. 75) parece ser o que melhor nos atende. Interessa-nos,

em especial, a função *de integração e prática social*, o “desejo de demonstrar que o grupo que a professa tem razão de ser o que é”.

Pêcheux & Fuchs (1990, p. 163-179) também contribuem com a nossa discussão através do conceito de formação ideológica (FI), articulado à noção de FD. Uma FI é, assim, considerada “como um conjunto de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (grifo dos autores), sendo “materializada” pelas FDs que a constituem.

Lembra Fiorin (1988) que, embora haja numa formação social tantas FIs quantas forem as classes que a compõem, a ideologia socialmente dominante é a da classe dominante: é ela que impõe seus valores, idéias, conceitos e preconceitos como se fossem os melhores para a todos. Assim, pensaremos a ideologia pelo viés da coesão de um dado grupo: o dos surdos (universitários), sem perder de vista a ideologia dominante na sociedade atual, isto é, será preciso focalizar não apenas a imagem de si que os sujeitos projetam em seus discursos, mas também o jogo de imagens intercambiadas entre surdos e não-surdos.

Para pensar o jogo de imagens estabelecido nas relações discursivas na surdez, adotamos as contribuições de Pêcheux (1998). No seu entender, o discurso não deve ser visto como uma simples transmissão de informações, mas como *efeito de sentidos* entre **A** e **B**, que são lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares esses que estão representados por uma série de formações imaginárias: a imagem que o falante tem de si, a que tem do seu ouvinte, etc. Portanto, para Pêcheux (1998, p.82), “existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)”.

É verdade que todo processo discursivo parece pressupor esse jogo de imagens, mas o maior ou menor grau de pertinência dessa instância para a compreensão de dado evento discursivo parece depender das condições sociais postas previamente pelos sujeitos produtores e receptores, além, é claro, dos objetivos de cada pesquisa.

O quadro abaixo, adaptado de Pêcheux (1998, p. 83), sintetiza uma parte do que podemos explorar em nossas análises:

Formação imaginária	Questão implícita
Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele lhe fale assim?”
Imagem do lugar de A colocado para o sujeito B	“Quem é ele para que me fale assim?” ⁴²

Quadro 3

Tal jogo de imagens é revelador de uma rede imaginária subjacente que também determina a produção discursiva, ou seja, que intervém nas condições de produção do discurso. Para a nossa análise, de primordial importância será “a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A”, o que se relaciona à projeção do *ethos* discursivo, como foi dito anteriormente.

2.4. Contribuição dos Estudos Surdos

Além da Análise do Discurso, contaremos ainda, para a compreensão e a análise dos dados, com a contribuição dos *Estudos Surdos*, definidos como uma recente área do conhecimento para a qual confluem os estudos realizados acerca do “objeto” surdez nas

⁴² Esse “jogo de imagens” inclui também o *referente* (o contexto, a situação na qual aparece o discurso), uma vez que se trata de um “objeto imaginário” e não da realidade física (cf. PÊCHEUX, 1998, p. 82). Entretanto, como já dissemos, privilegiaremos, em nossa análise, a imagem que o sujeito constrói de si no discurso.

Ciências Humanas, partindo sempre do reconhecimento sócio-político dos surdos na sociedade.

Os Estudos Surdos são compreendidos como uma área interdisciplinar de estudos que tem como grande área os *Estudos Culturais*, estabelecendo-se, de maneira ampla, como um percurso teórico que estuda, nas comunidades de surdos, questões de ordem lingüística, educacional, histórica, comunicacional, política, etc.

No Brasil, os Estudos Surdos têm-se desenvolvido, sobretudo, a partir da ancoragem no campo da educação, motivo que leva Skliar (1998, p. 5) a definir tal área como “um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político”.

Como se pode perceber, os Estudos Surdos moldaram a concepção de surdez que assumimos neste trabalho. O primeiro capítulo, por exemplo, valeu-se, em grande medida, desse referencial teórico, razão pela qual nos eximimos de reapresentar, aqui, seus princípios e conceitos.

Os Estudos Surdos nos apresentaram os caminhos teóricos que têm tomado as pesquisas sobre os surdos e a surdez no Brasil, englobando postulações lingüísticas, sociais e educacionais, entre outras. Para essa condução pelo mundo surdo, elegemos alguns autores como norteadores:⁴³ Ana Cláudia B. Lodi (2004, 2005); Carlos B. Skliar (1998, 1999); Nídia L. Sá (2006); Ronice M. Quadros (1997; 2004;) e Gladis Perlin (1998, 2003), entre outros. Esses profissionais, além de produtivos, encontram-se todos explicitamente engajados no Movimento Surdo. A partir deles, é possível pensar: a)

⁴³ Todos os autores escolhidos são brasileiros (com exceção de Carlos B. Skliar – argentino radicado no Brasil). Apesar de certamente haver inúmeros nomes estrangeiros que poderiam figurar na lista, a escolha de brasileiros deve-se ao fato de que cada realidade e cada povo surdo apresentam, de alguma forma, especificidades em relação à sua história e ao seu desenvolvimento, embora, certamente, haja pontos comuns entre os vários povos surdos do mundo.

relações lingüísticas e discursivas na surdez, ou seja, questões relacionadas à relação dos surdos com as práticas lingüísticas e discursivas; b) relações sociais e educacionais, isto é, em que medida questões de ordem educacional e/ou social determinam a relação do surdo com a surdez; c) relações culturais-identitárias, revelando aspectos sócio-antropológicos teoricamente difundidos no meio acadêmico, que poderão ser citados, refutados ou ignorados nos dados coletados.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS: COMO OS SURDOS SE MANIFESTAM EM PORTUGUÊS ESCRITO SOBRE O SIGNIFICADO DE SER SURDO?

3.1 – Delimitando o *corpus*

Conforme relatamos no capítulo anterior, para a realização da presente pesquisa, 45⁴⁴ questionários respondidos chegaram às nossas mãos. Diante das dificuldades iniciais decorrentes da coleta de dados, a quantidade de questionários coletados superou a nossa expectativa.

No entanto, como se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa – e não quantitativa –, julgamos não ser viável analisar todos os textos coletados. Nessa perspectiva, fatores relacionados ao tempo e aos objetivos da pesquisa nos obrigaram a fazer escolhas. Elaboramos, portanto, dois critérios que contribuiriam para a delimitação e a operacionalização do *corpus*. A partir deles, pudemos eliminar os textos que se revelaram pouco úteis à pesquisa. Eliminamos, portanto:

- Os questionários cujas respostas não satisfizeram às questões propostas⁴⁵;
- Os questionários cujas respostas não se mostraram claras ou coerentes para a pesquisa⁴⁶.

⁴⁴ 42 questionários foram aplicados a partir de intérpretes de Libras. Outros três questionários, no entanto, chegaram às nossas mãos por vias distintas (como e-mail, por exemplo), a partir do interesse dos sujeitos diante da pesquisa.

⁴⁵ Eliminamos aqui os questionários cujas respostas se mostraram muito aquém (não contemplando, assim, de maneira satisfatória a questão proposta) ou muito além (extrapolando e desviando-se, portanto, da questão proposta).

⁴⁶ Eliminamos aqui os questionários cujas respostas não nos permitiram realizar um trabalho de compreensão satisfatório, fato esse que poderia comprometer as análises.

A partir desses critérios, foi possível chegar a um *corpus* formado por 21 questionários. Será a partir deles que buscaremos delinear a imagem do ser surdo e da surdez produzida no âmbito da surdez. Esclarecemos que nossa análise se concentrará, sobretudo, em “recortes” feitos a partir desses 20 questionários, isto é, trechos que nos pareceram mais pertinentes para responder às perguntas inicialmente propostas. No entanto, o “movimento da análise” consistirá num vaivém dos trechos selecionados para os textos completos, que serão reproduzidos no final (ver anexo).

No que se refere às decisões tomadas para a composição do *corpus*, lembramos, com Greimas (1976, p. 7), que a relação do analista com o texto, que ele interroga e manipula, não é jamais inocente, e a ingenuidade das perguntas que ele – o analista – faz ao texto não passa de dissimulação. Isso nos remete à questão de que a leitura de um dado discurso não escapa ao “olhar” próprio e peculiar de cada leitor e que, portanto, a análise que faremos será marcada, num certo sentido, pela nossa subjetividade.

Também no que tange à opção por analisar principalmente trechos (e não textos completos), assumimos que tais “recortes”, na medida em que não são dados a priori, mas produzidos por nós, não se esquivam, portanto, da nossa subjetividade. Entretanto, como destaca Fiorin (1988, p.19), ao contestar a neutralidade científica, não se trata de uma subjetividade pura, que qualificaria apenas um dado indivíduo, mas de uma *subjetividade objetiva*, resultante de condicionamentos sociais e, portanto, exteriores à consciência individual, que fundam uma visão de mundo. Assim, na realidade, o que estamos propondo é uma leitura, entre outras possíveis, do material que nos chegou às mãos; leitura essa condicionada pela nossa (do nosso grupo social) visão de mundo.

A exemplo de Fiorin, Possenti (1988, p. 6) reafirma a subjetividade como inerente a toda e qualquer investigação. Como bem observa o autor, a objetividade

absoluta é impossível visto que

não se estudam fenômenos, mas dados, entendendo-se por fenômeno o que ocorre efetivamente no mundo, e por dado o que é previamente circunscrito e determinado enquanto tal por um certo ponto de vista, vale dizer, por uma determinada assunção teórica e metodológica.

Diante do que foi exposto, parece legítimo concluir que as decisões tomadas, a partir da nossa subjetividade, não se mostram problemáticas, mas características de uma análise entre outras possíveis.

3.2. Procedimentos de análise

Partindo das questões teóricas discutidas no Capítulo 2 e das proposições relativas ao “universo surdo” apresentadas no Capítulo 1, os dados foram analisados tendo em vista os objetivos que estabelecemos para esta pesquisa (ver Introdução). Assim, elaboramos um roteiro que determina alguns procedimentos analíticos que foram seguidos na pesquisa. Não se trata de um esquema fechado, mas de uma base a partir da qual as análises foram construídas. Em muitas ocasiões, o texto analisado nos conduziu a lugares não previstos nesse roteiro. O que apresentamos, então, não é um roteiro estático, fechado em si mesmo, mas, antes, um “objeto” flexível, dotado de movimento. Nos discursos, focalizamos principalmente:

1. as relações interdiscursivas, pensadas a partir da delimitação em campos e espaços discursivos, verificando a ocorrência (ou não) da oposição discursiva determinada para tal espaço e buscando apreender as “marcas” da presença do “outro” em cada uma das FDs consideradas;
2. a construção da imagem de si (*ethos*) projetada nos discursos, assim como a possível ocorrência de um *ethos* prévio que se busca combater ou, ao contrário, confirmar;
3. o tratamento temático e lexical;

4. os principais aspectos ideológicos defendidos e combatidos nesses discursos;
5. a presença de um discurso hegemônico nos textos coletados, considerando-se os discursos hegemônicos que circulam em nossa sociedade;
6. a forma como tais discursos visam equilibrar as relações de poder entre surdos e não-surdos;
7. a semântica global de cada discurso, verificando a existência de grupos de textos regidos pela mesma semântica discursiva, bem como as temáticas que o sistema de restrições semânticas exclui em cada FD.

3.3. O que dizem da surdez aqueles que a vivenciam?

Nos capítulos precedentes, apresentamos a construção de um campo discursivo da surdez, formado por um espaço constituído por duas unidades discursivas não-tópicas – uma FD clínica ou de *fundamentação ouvintista* e uma FD linguístico-antropológica ou de *fundamentação surda*. Defendemos, ainda, a ocorrência de uma semântica global que agencia todas as dimensões do discurso, não permitindo que os sentidos se condensem em um plano específico, mas que se construam a partir da interação entre os planos⁴⁷. A validade e a aplicabilidade dessas questões, no tocante ao *corpus* da pesquisa, poderão endossar ou refutar as hipóteses que construímos até aqui.

A primeira delas diz respeito à polêmica constitutiva que percebemos na base dos discursos sobre os surdos e a surdez, a exemplo da análise realizada no Capítulo 1 (ver item 1.3). Tal hipótese foi construída a partir de teorias discursivas e de um

⁴⁷ Os planos apresentados por Maingueneau, no livro *Gênese dos Discursos* (2005), são: a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estudo do estatuto do enunciador e do destinatário, o modo de enunciação e o modo de coesão. O autor ressalta que esses são alguns dos planos possíveis, e não os únicos ou os mais importantes.

conhecimento empírico (social) sobre os surdos. Resta-nos, agora, compreender em que intensidade essa mecânica discursiva opera (e se realmente opera) nos dados coletados.

Outra questão que merece destaque é o esclarecimento da utilização da noção de semântica global. O recurso a tal noção, no presente estudo, não parte da intenção de utilizá-la tão somente como uma ferramenta analítica. Entendemos a semântica global como um princípio discursivo, um modo de se conceber a produção de sentidos em um discurso. Refletir textualmente a partir dela implica eliminar pretensões como a de se atingir a “significação exata”, a “verdade de Descartes” dos discursos, uma vez que os sentidos serão construídos a partir da associação de várias hipóteses, ou melhor, a partir da interação de vários planos discursivos.

A nosso ver, o recurso a essa noção possibilita um modelo de análise ao mesmo tempo abrangente e específico. Abrangente porque, como foi dito, recusa a idéia de se pensar que a “essência” do texto pode estar em um plano específico que mereça, portanto, investimentos analíticos reforçados. E específico porque, ao postular tal caráter “democrático” para a análise textual, não se pretende, com isso, realizar uma análise exaustiva e minuciosa de todos os planos discursivos, mas prever que a análise pode partir de um plano ou de outro, ir até ali ou avançar até acolá, de acordo com o que nos demanda o próprio texto. Além disso, a interação de dois planos poderia confirmar hipóteses, sem que haja a necessidade de comprová-la em muitos deles. Com isso, esclarecemos que o roteiro de análise que elaboramos para esse trabalho não será seguido à exaustão, ou seja, não é porque a noção de *ethos*, por exemplo, o compõe que ela deverá constar em todas as análises. O texto fala e nos indica caminhos analíticos a ser seguidos. A nossa tarefa, aqui, será ouvi-lo.

Lembramos que, em decorrência das características do *corpus* e das razões já apresentadas no item 3.1., não julgamos oportuno examinar textos completos (salvo

exceções). A nosso ver, as análises tenderiam a se tornar repetitivas, mostrando, assim, pouca produtividade para atender aos objetivos propostos. Assim, estudaremos os textos a partir de um tipo de organização temática que visa delinear as imagens do ser surdo e da surdez construídas nos discursos.

3.3.1 – As palavras e os sentidos

Pensando em um dos feixes constitutivos da polêmica discursiva, o *posicionamento*⁴⁸, realizamos uma primeira leitura – mais abrangente – do *corpus* e observamos que a grande maioria de seus textos parece filiar-se ao discurso de fundamentação surda (doravante DFS), assumindo os poucos textos restantes uma conduta discursiva condizente com o discurso de fundamentação ouvintista (doravante DFO). Análises mais atentas e o decorrer da pesquisa, contudo, poderão nos dizer mais sobre essa impressão inicial. Essa primeira constatação não invalidaria a hipótese do espaço discursivo (polêmico) que configuramos anteriormente, visto que a presença do outro no discurso pode não estar evidente, devendo ser explicitada por mecanismos analíticos específicos ao domínio da AD. É o que acontece com o fragmento 01 (a seguir), que pode ser tomado como uma manifestação discursiva (quase explícita) do DFO.

As análises que seguem focalizarão o comportamento das palavras nos discursos, a forma pela qual os signos podem se revestir de ideologia e compor um discurso. Do ponto de vista do Círculo de Bakhtin, as palavras nunca são ideologicamente neutras e nunca apresentam uma significação estável ou unitária. Para Bakhtin/Voloshinov (2006, p. 36), a palavra é o fenômeno ideológico por natureza.

⁴⁸ *Posicionamento* pode ser entendido como a instauração e a manutenção de certa identidade enunciativa.

Cereja (2007, p. 204), refletindo sobre os estudos desses teóricos, afirma que “palavra é também história, é ideologia, é luta social, já que ela é a síntese das práticas discursivas historicamente construídas”. Dessa maneira, focalizar, inicialmente, as palavras e as suas possibilidades semânticas em determinado discurso parece-nos um ponto de partida interessante, uma vez que será principalmente a partir delas que constataremos posicionamentos discursivos e ideológicos, compreendendo melhor as formações discursivas⁴⁹. Observemos o trecho a seguir:

01. Ser surdo é ter um mundo só meu, é conviver com a “solidão” permanentemente, é ter como companheiro o silêncio que muitas vezes é opressor, deprimente, sufoca, que revolta, outras vezes é calmo, acalenta, faz com que eu pondere sobre minhas atitudes. (Texto A)⁵⁰

No trecho acima, a palavra “silêncio” parece ser o eixo do que se enuncia. A partir dela, derivam-se outros atributos de vida, como a *solidão permanente* e o *mundo só meu*. A solidão a que o sujeito se refere não parece ser nem física nem afetiva, mas, sim, sensitiva, uma solidão de sons, ocasionada pela companhia do silêncio, que acaba por manter o sujeito em um mundo só seu. O lexema *solidão*, aqui, não foi usado apenas em razão de suas virtualidades de sentido na língua, mas em razão de seus *efeitos de sentido no campo*, ou, mais especificamente, na formação discursiva referente ao DFO. As aspas podem nos indicar a intenção de se produzir um sentido específico, que destoa, em certa medida, do seu emprego usual.

⁴⁹ É preciso observar, contudo, que não estamos dizendo que uma FD pode ser definida pelo vocabulário. Não há sentido em dizer que um discurso possui um vocabulário específico a ele, até porque, muitas vezes, discursos opostos dividem o mesmo vocabulário, cada um conferindo a ele um tratamento específico, como ressalta Maingueneau (2005, p. 85).

⁵⁰ Como analisaremos os discursos principalmente a partir de seus trechos, julgamos oportuno indicar, através de uma enumeração que seguirá as letras do alfabeto, as partes que compõem um texto na íntegra. Por exemplo, todos os trechos do texto A (alguns textos foram divididos em dois trechos, poucos, em três), contarão com essa letra para identificá-los e assim por diante. Quando o texto aparecer na íntegra, essa informação acompanhará a identificação por letras. Esclarecemos também que reproduzimos os textos dos sujeitos “*ipsis litteris*”, isto é, tal como foram produzidos originalmente.

O mesmo parece ocorrer com a palavra *silêncio*, entendida nessa FD como disfórica, ou seja, como um objeto de valor negativo que *é opressor, deprimente, sufoca, que revolta*, embora o sujeito se apresse em esclarecer que ele *outras vezes é calmo, acalenta, faz com que eu pondere sobre minhas atitudes*. Essa ressalva, no entanto, não impede que o sujeito se mantenha isolado, no seu próprio mundo, o que confirma, de certa forma, a conotação negativa do enunciado anterior.

O sentido (basicamente negativo) que tal lexema assume nessa FD não parece generalizar-se no campo, contudo. Como afirma Maingueneau (2005, p. 83), “o mais freqüente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais por diferentes discursos”, isto é, discursos opostos até podem fazer uso das mesmas unidades lexicais, cada um explorando, no entanto, uma faceta de suas possibilidades semânticas.

A semântica global (e seu sistema de restrições) poderá determinar os ângulos de exploração semântica de cada lexema, de acordo com a FD em que o discurso se insere. No trecho a seguir (02), por exemplo, observamos o lexema “silêncio” produzindo um efeito de sentido diferente, estabelecendo uma relação de oposição com o texto (01).

02. Ser surdo significa pertencer ao mundo do silêncio, mas com cultura e identidades próprias, tendo também a Libras como língua materna que possa se expressar em tudo: nas comunicações do dia a dia, piadas, política, moda, etc... (Texto B)

Nesse discurso, o locutor afirma pertencer ao “mundo do silêncio”, demonstrando, ao mesmo tempo, as virtudes desse mundo, como cultura e identidade específicas, além de uma língua materna que lhe permite expressar-se. Isso desconstrói no leitor um saber (inter e pré) discursivo que poderia levá-lo a entender tal mundo (do silêncio) como um objeto de valor negativo. Sendo assim, o silêncio, nesse fragmento,

não é solitário, como no fragmento anterior (01), mas povoado pelo tema da cultura, da identidade e da língua própria, opondo-se, portanto, ao silêncio do texto (01), que mantém o sujeito em um mundo só seu. É interessante notar, ainda, que o sujeito se apressa em esclarecer que, com a Libras, ele pode tanto contar piadas quanto discutir política, sugerindo que a versatilidade das línguas também incide sobre a Libras e demonstrando, assim, o desejo de desconstruir no destinatário uma suposta imagem prévia que qualificaria as LS como restritas.

Pensando ainda no uso das palavras, o texto abaixo, continuação do trecho (01), pode nos indicar uma oposição de termos que resulta de uma forma específica de compreender o lexema “normal” no DFO:

03. A surdez é uma deficiência invisível, que ao mundo não é notada, como a deficiência física ou visual, talvez por isso seja dada menos importância pelas pessoas, exemplo disso é o direito ao passe livre nos ônibus as pessoas ficam olhando para o deficiente auditivo, tentando saber o porque deste direito se aos olhos dos outros você é uma pessoa “normal”. (Texto A)
--

Percebemos, no trecho acima, que o sujeito constrói uma clara oposição entre os termos “deficiente” e “normal”, sendo possível atribuir ao último lexema a mesma rotina interpretativa realizada para o termo “silêncio”, isto é, aqui também parece existir uma oposição entre “sentido da língua”/“sentido da FD”, uma vez que parecem existir distinções quanto ao uso do termo “normal” nessas duas instâncias.

O mesmo não poderia ser dito, contudo, em relação a “deficiência”, isto é, não parece ser possível projetar efeitos de sentido distintos para tal lexema em cada uma das FDs (a de fundamentação ouvintista e a de fundamentação surda), pois, a princípio, veicular tal termo já seria suficiente para caracterizar um discurso como filiado ao DFO, uma vez que o sistema de restrições do DFS busca tanto negar quanto excluir a temática da deficiência de seu sistema, como veremos adiante. Acreditamos, portanto, que seja

possível conferir a esse termo o valor de “signo de pertencimento” ao DFO, para usar um termo de Maingueneau (2005, p. 85), ou seja, a simples inserção desse lexema pode caracterizar um discurso como integrante do DFO. Veremos, contudo, como se essa hipótese se comporta no decorrer da análise.

Quanto ao termo “normal” e seus efeitos de sentido em cada FD, observemos as ocorrências a seguir, como manifestações discursivas do DFS (todos os grifos são nossos):

04. A vida pessoal minha é verdade viver difícil mas é *normal como* outros. (Texto C)

05. É muito importante para o surdo, os surdos são igualdade ouvintes.
É isso importante da vida tem respeito para os surdos.
A surda tem a voz e tem fala é *normal igual* ouvinte, não tem diferente ouvinte e surdo.
(Texto D)

06. Ser surdo é que não ouve, mas falar sim. Na vida surda é *normal como* outra pessoa ouvinte, capaz fazer qualquer coisa. (Texto E)

07. Eu sou surda é *normal como* ouvinte mas nossa diferença mas só tem um problema ouvindo, surdo e ouvinte são iguais. (Texto F)

08. Pra mim surdo é como comum como nós humano, acho entre ouvinte e surdo são quase iguais. Como menos ouvir. Somos humano. (Texto U)

09. Sou surda normal não tem diferença como ouvinte somos iguais, porque só que não podia ouvir mas tenho os olhos (visual). [...] Essas as pessoas não entende porque ser surdo e acha que ele (surdo) são problema e defeito como as pessoas “deficiente”, esse eu não concordo precisamos respeitar que o surdo somos iguais só é diferença da audição, não o corpo defeito e capaz estuda e trabalhar *normal como* ouvinte. (Texto G)

A figura “normal”, nos fragmentos acima, parece estar sendo utilizada em sua faceta de comparação, visando evidenciar o caráter “comum”, de mesmo “peso e medida”, de “igualdade” dos sujeitos. Os locutores buscam reafirmar essa valoração igualitária. Observemos que a conjunção comparativa “como” ou o adjetivo “igual”

sempre acompanham tal lexema, no intuito de reforçar esse efeito de sentido de equivalência (vide grifos).

No excerto (03), em contrapartida, congruente com o DFO, o termo “normal” apresenta um efeito de sentido contrário. As aspas sugerem que ele está sendo utilizado no sentido de reafirmar a diferença, não a igualdade. Diferença – observamos – com valoração negativa, como insuficiência, como negação do preceito de igualdade. O sujeito que se expressa em (03) quer ser visto como deficiente, não como “igual”, pois a igualdade a que ele se refere está no domínio da alteridade, está entre aspas, é inatingível, pertence aos outros, como ilustra o fragmento *se aos olhos dos outros você é uma pessoa “normal”* [apesar de não ser]. O enunciado que colocamos em colchetes é meramente ilustrativo e visa apenas demonstrar que essa poderia ser uma continuação desse fragmento, uma vez que esse é o efeito de sentido que construímos quando o locutor diz, com algum pesar, que as pessoas nem sempre o vêem como “deficiente auditivo”, mas como uma pessoa “normal”. Partindo daí, ele constrói sobre si uma imagem de “deficiente”, diferente dos “normais”, que quer ser reconhecido como tal, recebendo da sociedade a devida “importância” pela sua “deficiência”. De tal modo, ele projeta sobre si um *ethos* de “sofredor” e de “coitado”, que aceita as nossas condolências⁵¹. Nesse caso, ele confirma o *ethos* prévio da deficiência que sujeitos surdos poderiam supostamente evocar. A imagem de surdez construída nesse discurso é a da desolação, que necessita da compaixão alheia.

Examinando, mais de perto, a ocorrência do lexema “normal” nos trechos de (04) a (09), acreditamos que os sujeitos produtores possivelmente anteciparam a

⁵¹ É interessante notar que, na questão 01 do questionário, o sujeito afirma considerar-se deficiente auditivo. Afirma ainda ser parcialmente usuário de LS e parcialmente usuário de LP. Essas informações, associadas ao texto produzido pelo sujeito, podem nos indicar uma identidade surda flutuante, de acordo com a tipologia de Perlin (1998).

representação que, hipoteticamente, ouvintes em geral fazem dos surdos; representação que costuma ser estereotipada e que se baseia no DFO, uma vez que esse discurso é o mais difundido socialmente.

As temáticas da “normalidade” e da “deficiência” parecem, pois, surgir nos textos a partir do desejo de os sujeitos se afirmarem como “normais”, negando-se, ao mesmo tempo, como “deficientes”.

Pensando nas contribuições de Pêcheux (1998) em relação à estrutura das formações sociais e no jogo de imagens intercambiadas entre surdos e não-surdos, damos-nos conta de que a imagem de A para o sujeito colocado em A é diferente da imagem de A para o sujeito colocado em B, ou seja, não-surdos não vêem os surdos da mesma forma que os próprios surdos se vêem. Cientes disso, os sujeitos precisarão desconstruir a representação que supostamente o outro faz dele. Se estamos falando de imagens prévias, parece-nos que os fragmentos acima visam combater justamente o *ethos*⁵² prévio (coletivo) da deficiência que poderia ser imputado aos surdos pela sociedade em geral.

Comparando o excerto (03) com os excertos de (04) a (09), podemos concluir que, no primeiro, a normalidade é vista como inatingível, enquanto nos últimos ela é considerada como dada a priori.

Mas a temática da igualdade não parece ser, a princípio, um tema importante no DFS, podem pensar com razão alguns. A era do “pós” (pós-modernismo, pós-colonialismo...) nos brinda com esforços renovados em direção à compreensão das

⁵² Quanto a essa categoria, é importante esclarecer que não nos parece adequado compreendê-la como um *traço momentâneo* que o orador incorpora. O *ethos* depende da semântica global que direciona o discurso a esse ou aquele lugar, quer dizer, é por estar inserido na FD clínica ou de fundamentação ouvintista que o sujeito se apresenta como “deficiente”. Não se trata, portanto, de um traço momentâneo e intencional, mas de uma “imposição” da FD. Como afirma Possenti (2008, p. 150), “a semântica global de um discurso também define um *ethos* característico (doce, duro, irônico...) e, em decorrência, em boa medida, seu léxico, que, por sua vez, é um dos elementos que dão concretude ao *ethos*”.

múltiplas formas do outro. Estamos em um momento político-acadêmico em que o conceito de diferença tem sido ressignificado, sobretudo nos estudos culturais. Por que, então, esses sujeitos, a partir da FD lingüístico-antropológica, exaltam a igualdade? Eles realmente ostentam um discurso de fundamentação surda? Como podemos explicar a insistência do preceito da igualdade nos fragmentos acima? Professa-se a igualdade perante quem? Faz-se necessário compreender melhor essa conduta discursiva.

O poético prefácio escrito por Perlin (2007) em *Estudos Surdos II* (e reproduzido como epígrafe do presente estudo) nos ajuda a entender que normalidade é essa, reivindicada pelos sujeitos ao mesmo tempo em que a diferença também o é:

Continuamos a ser diferentes em nossas formas. Continuamos a nos identificar como surdos. *Continuamos a dizer que somos normais com nossa língua de sinais, com o nosso jeito de ser surdos.* [...] então um grupo cultural à parte. Um grupo que realmente investe na decisão de ser diferente. *De transformar o anormal em normal no cotidiano da vida.* (grifos nossos).

Inicialmente, é preciso compreender que a normalidade ou o caráter de “ser comum” reivindicado pelos surdos é reafirmado perante os ouvintes, o “outro” dos surdos, os colonizadores que se julgam (ou, pelo menos, se julgaram) superiores. Notemos, todavia, que a afirmação de igualdade, nos discursos sobre a surdez, não parece querer eliminar as diferenças. Como veremos no decorrer deste estudo, diversos serão os momentos em que o tema da diferença (surda) será requisitado.

O que a autora nos declara na citação acima, portanto, é que a diferença surda não deve ser vista como anormalidade. Ela nos fala sobre a normalidade da diferença e sobre a diferença na normalidade. Para um surdo, normal pode significar *poder ser surdo*, utilizar a LS, conviver com quem a utiliza, fazer uso de intérpretes e de legendas na TV, etc.

A autora sugere que olhemos o surdo a partir do próprio surdo, a partir do que

nos diz a sua “norma surda”, de forma a “transformar o anormal em normal no cotidiano da vida”. Chiella & Lopes (2005, p. 03) concordam com essa posição e defendem que seria a partir do entendimento de uma “norma surda” que se poderia produzir algum padrão a partir da qual seria possível “avaliar” e determinar aqueles que se enquadram dentro (ou fora) do que o grupo entende como normal, problemático, anormal, etc. Assim, os fragmentos acima parecem querer determinar que a “normalidade surda” é equivalente à “normalidade ouvinte”.

E se nos trechos acima os sujeitos se antecipam como normais, é justo perguntar se alguém os acusou do contrário. A partir desse questionamento, chegamos a uma segunda hipótese interpretativa. Complementando a hipótese do “jogo de imagens”, defendemos agora que os fragmentos em análise, de (04) a (09), constituam um contradiscurso, um tipo de contra-argumentação antecipada. Se nos lembrarmos que o espaço discursivo deve ser considerado como uma *rede de interação semântica* e que o DFO se baseia, sobretudo, em preceitos médicos sobre a surdez que tomam o não ouvir como uma disfunção, veremos que os fragmentos acima contra-argumentam o discurso de fundamentação ouvintista⁵³, uma vez que, como afirma Maingueneau (2005, p. 41), “na medida em que, cronologicamente, é o discurso precisamente chamando ‘segundo’ que se constitui através do discurso ‘primeiro’”, parece lógico supor, então, que esse discurso primeiro (DFO) é o outro do discurso segundo (DFS).

Mas ainda assim seria justo pensar: ao afirmar a igualdade, não se estaria negando a diferença? Mas a diferença que é negada pelos locutores é a diferença como

⁵³ Seguem alguns exemplos de manifestações discursivas (médicas) do DFO. Todos os grifos são nossos:
I - “Protetizar os deficientes auditivos [...] para que os *portadores dessa patologia* sejam efetivamente beneficiados com a *última tábua de salvação* que a equipe tem a oferecer” (CARVALHO, 2003).
II - “...o sentido da audição, sem o qual *não é possível qualquer contato verdadeiramente humano*. Simpático ou antipático, [o surdo] é uma pessoa que *sofre* por tão *humilhante patologia*” (CARVALHO, 2002).
III - “O surdo-mudo congênito tem a face pálida, a physionomia morta, o olhar fixo, a caixa torácica deprimente...” (LEITE, 1881, p. 04).

anormalidade, haja vista o texto que citamos de Perlin. “A normalidade surda e a normalidade ouvinte são equivalentes, não há diferenças que nos coloquem na linha da insuficiência”. É isso que os fragmentos de (04) a (09) buscam dizer. E se confrontarmos essa posição enunciativa com os desdobramentos históricos sobre a surdez (vide Capítulo 1), entenderemos a importância de se mostrar normal, no sentido humano da equivalência. Refutam-se, portanto, a partir da tradução feita pelo DFS, os traços que o DFO atribui aos surdos, nesse caso, o traço da anormalidade.

Em (04), por exemplo, refuta-se que **dificuldades de vida** possam decorrer da surdez quando se afirma que *a vida pessoal minha é verdade viver difícil mas é normal como outros*. Em (05), refuta-se a **falta** ao afirmar que “*a surda tem a voz e tem fala é normal igual ouvinte*”. Em (06), a refutação incide sobre uma suposta **incapacidade** gerada pela surdez, ao afirmar que o surdo é *capaz fazer qualquer coisa*. Em (07), refuta-se que **as diferenças vão além do não-ouvir**, pois *nossa diferença [...] só tem um problema ouvindo*. Em (09), refuta-se a **diferença como falta** quando o sujeito diz que apesar de não ouvir, tem *os olhos (visual)*, assim como o **defeito do corpo** e a **incapacidade** para o estudo ou trabalho são negados, determinando que *precisamos respeitar que surdos somos iguais (...) não o corpo defeito e capaz estuda e trabalhar*.

Foi a partir da “tradução” do DFO que tais enunciados foram construídos. Por enquanto, a nossa hipótese de se conceber o termo “deficiência” e seus derivados como um “signo de pertencimento” ao DFO tem sido confirmada. Vemos, por exemplo, que em (09), uma variação do termo aparece, mas vinculado ao discurso contrário (o DFO).

Os sujeitos negam, assim, as postulações do seu outro no espaço discursivo. Antecipam-se como “iguais” para negar o caráter “anormal” que, pelo menos hipoteticamente, costuma ser evocado por esse outro. O outro, aqui, claro, é o discurso de fundamentação ouvintista, que aloca o ser surdo em lugares desprivilegiados.

Na relação que se estabelece entre discurso tradutor e discurso traduzido, Maingueneau (2005) propõe que se distinga *discurso-agente* de *discurso-paciente*, reservando ao primeiro termo a posição de tradutor e, ao segundo, a de traduzido. Vale lembrar que é sempre a partir do discurso chamado primeiro (na presente pesquisa, DFO) que se exerce a atividade tradutória, uma vez que foi a partir dele que o discurso segundo (DFS) se constituiu.

É preciso não perder de vista, no entanto, que as afirmações que o DFS (discurso-agente) combate não são as afirmações empíricas produzidas pelo DFO (discurso-paciente). Combate-se uma tradução, um simulacro (entendido como uma “representação”) do discurso contrário, pois “para construir e preservar a sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele” (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Produzir enunciados competentes na sua FD e não compreender o outro são, portanto, facetas do mesmo fenômeno, ou seja, para se produzirem enunciados condizentes com as regras da sua FD é preciso entender o outro a partir da sua própria competência discursiva. Segundo Lara (2008), a tradução e a construção de simulacros são mecanismos necessários, ligados à própria constituição das FDs. Não se trata, assim, de um arranjo isolado, mas de um dispositivo que faz parte da gênese dos discursos. Sobre esse processo de tradução do outro, esclarece a autora, inspirada em Maingueneau:

O que ocorre, então, é que cada discurso interpreta os enunciados de seu Outro – ou do simulacro que dele constrói – através da sua própria “grelha semântica”. Tenderá, pois, a “traduzir” esses enunciados nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema, mostrando-se, dessa forma, a “tradução” como um mecanismo necessário e regular, ligado à própria constituição das FDs (LARA, 2008, p. 115).

Em curso ministrado no *XVIII Instituto de Lingüística da ABRALIN*, realizado pela Faculdade de Letras/UFMG, em março de 2007, o professor Sírio Possenti assim

apresentou o processo de tradução do outro e da construção de simulacros entre discursos que dividem o mesmo espaço discursivo: se o discurso S1 fala A e o discurso S2 fala B, por exemplo, S1 tenderá a ler B como um não-A explícito, isto é, como a negação de seu próprio princípio, donde se pode concluir que cada FD concebe o outro a partir de si mesmo, postulando que “se o outro não está por mim, está contra mim” e deverá, pois, ser combatido. Ilustrando com a nossa própria pesquisa, podemos supor que quando o DFO classifica o surdo como “portador de patologia”, por exemplo, adeptos do DFS traduzirão essa informação como uma acusação de “anormalidade”, de “aberração”, um quesito de “não-humanidade” que precisa ser combatido.

Nos trechos a seguir, de (10) a (12), essa relação pode ser percebida pelo caráter conflituoso dos enunciados, que parecem querer negar algum tipo de afirmação (anterior) ou conhecimento partilhado. Dessa vez, a negação se tornará explícita através do uso do operador de negação (um índice de polifonia, como explica Ducrot, 1987). Vejamos:

(10) Ser surdo é a pessoa não ouve porém sente feliz. Ser surdo não é subhumano como exemplo os animais. A vida dos surdez essa faz parte classe superior por que existe a inteligência e a sabedoria [...].
O que acontece minha prosperidade sou estudante no ensino superior até sou orador isso não é a pessoa falta QI ou inferioridade. (Texto C)

(11) Para mim o significado de ser surdo é aquele que não se preocupa com o preconceito, ficar imitando aos ouvintes, ir sempre para a clínica, etc. Ser surdo é orgulhosamente respeitado e um cidadão como todos. (Texto H)

(12) Minha opinião, significado de ser Surdo a diferença Surdo. Surdo é não tem direito língua⁵⁴, ausência de sons, clínica, obrigação método oral, incapacidade para articular a palavra. Surdo é significado viver mundo organizado, mas transformado, de um diferente, não é deficiência, sim, diferença. (Texto I)

⁵⁴ Esse enunciado pode induzir a erros interpretativos, se não for compreendido a partir das características formais da escrita surda. O texto na íntegra, assim como a compreensão de sua semântica global e algum conhecimento sobre a Libras, permitem-nos entender que o locutor procurou realizar uma dupla negação no enunciado que abre o texto, no caso, “*ser surdo [não] é não ter direito...*” .

Defendemos, nas ocorrências acima, como vínhamos procedendo, que o discurso agente (DFS) determina, ao mesmo tempo em que combate, o simulacro de seu outro (DFO) segundo a sua própria “grelha semântica”, para usar aqui um termo empregado por Lara (2008). A autora ainda esclarece que a compreensão do discurso do outro é feita a partir das “categorias do registro negativo de seu próprio sistema”, como ilustrou o exemplo apresentado por Possenti (2007).

Esse processo de tradução do outro caracteriza com propriedade o fenômeno da *interincompreensão*, proposto por Maingueneau e retomado por Lara (2008). Tal fenômeno pode ser compreendido como “a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas”, como nos diz Maingueneau (2005, p. 103), uma vez que enunciar em conformidade com as regras de sua própria FD e de não ‘compreender’ o discurso de outrem são “duas facetas do mesmo fenômeno”, estão interligadas e são interdependentes. Como temos percebido, a polêmica discursiva que apresentamos aqui (DFS *versus* DFO) se baseia nesse princípio.

Nesse processo de “tradução”, notemos que o *ser surdo*, nos trechos acima – de (10) a (12) – pode ser definido por seu avesso, ou seja, por aquilo que ele não é, ou melhor, pela negação daquilo que o *ser surdo* parece ser (pelo menos por meio do simulacro produzido pelo DFS) no DFO: *subhumano, imitando os ouvintes, ir sempre para a clínica, falta QI ou inferioridade, obrigação método oral*, etc.

Mas ao expor o seu “não-ser”, negando traços do DFO, os locutores acabam por definir o seu “ser”, apresentando traços que compõem o seu próprio discurso: humano, original, que não se “trata”, inteligente e igual, usuário de sinais, etc.

Ora, semanticamente, quando digo o que não sou, atesto o que sou. Tal estratégia discursiva mostra que os conteúdos implícitos à negação não constituem, em princípio, o verdadeiro objeto do dizer, e é essa característica que dota os enunciados de

eficácia argumentativa. O “ser surdo” não está aqui exposto de maneira direta, mas pode ser recuperado a partir de uma manobra semântica relativamente simples. Compreendemos, assim, que a surdez, nos discursos acima, é definida, sobretudo, pela conduta do sujeito diante dela, isto é, o ser surdo aqui é definido como um *cidadão como todos*, que estabelece a sua vida a partir da sua diferença, que não procura viver como se fosse ouvinte e tampouco se importa com o preconceito. A imagem que se constrói a partir desses fragmentos é a imagem de sujeitos independentes e libertos de amarras sociais que possam ditar comportamentos.

Enquanto (10) e (12) parecem querer combater o discurso sobre o surdo corrente na sociedade, investindo contra uma representação social que costuma se alicerçar em saberes médicos, como em *não é subhumano* (10) ou *não é deficiência* (12), o trecho (11), ao contrário, busca “golpear” um discurso sobre o surdo corrente no próprio grupo. Nesse trecho, o locutor combate uma forma de ser surdo que estaria em consonância com o DFO, que seria *aquele que se preocupa com o preconceito, ficar imitando aos ouvintes, ir sempre para a clínica, etc.* Aqui, o surdo projeta um outro para si, não apenas para o seu discurso.

Notemos, portanto, que os trechos acima se ancoram na negação de proposições que parecem ser, de alguma forma, previamente conhecidas, senão pelos interlocutores, pelo menos pelo locutor.

Ducrot (1987, p. 203), como afirmamos acima, apresenta a negação a partir da polifonia, que, por sua vez, compõe a noção de heterogeneidade discursiva, nesse caso, a de heterogeneidade mostrada (marcada).

De acordo com esse autor, é preciso distinguir, em um enunciado negativo, duas proposições, ou dois pontos de vistas opostos (atribuídos, portanto, a

enunciadores⁵⁵ distintos): o primeiro, positivo, e um outro, que o nega. Daí o caráter polifônico do fenômeno.

Numa primeira formulação, Ducrot (*op. cit.*) divide a negação em *descritiva*, que representa um estado de coisas, “sem que o autor apresente sua fala como se opondo a um discurso contrário”, e *polêmica*, “destinada a opor-se a uma opinião inversa”, para ficarmos apenas na parte da teoria que nos interessa neste momento. Nas ocorrências de (10) a (12) notamos, portanto, que a negação pode ser considerada *polêmica*, uma vez que o enunciador refuta enunciados (virtuais) contrários, como sabemos, advindos do DFO.

Em (11), apesar de o operador negativo incidir diretamente apenas sobre o primeiro termo da enumeração (*é aquele que não se preocupa com o preconceito, ficar imitando os ouvintes, ir sempre para a clínica, etc*), pode-se perceber que o efeito de sentido negativo se estende também sobre os demais termos da enumeração. Tais termos, isoladamente, poderiam ser considerados enunciados afirmativos; inseridos no discurso, no entanto, eles se tornam discursivamente negativos “[não é] *ficar imitando os ouvintes*”, “[não é] *ir sempre para a clínica*”.

O mesmo fenômeno pode ser percebido em (12): após apresentar o que a surdez no DFS não é – [não é] *ausência de sons*, [não é] *ir para a clínica*, [não é] *obrigação método oral* – apresenta-se o que ela é: *surdo é significado viver mundo organizado, mas transformado, de um diferente, não é deficiência, sim, diferença*. A figura da “diferença” aparece aqui como oposta a “deficiência”, sendo considerada como um argumento positivo para a compreensão da surdez.

⁵⁵ Lembramos que, para Ducrot (1987, p. 192-193), o *locutor* é o responsável pelo enunciado, enquanto os *enunciadores* são perspectivas, pontos de vista com os quais o locutor se identifica ou não.

3.3.2 – Controle e contracontrole⁵⁶

Pensando na refutação, cumpre-nos compreender, agora, porque alguns temas do DFO se mostram mais ameaçadores do que outros para os locutores do DFS, dignos, portanto, de ser combatidos. Indagamo-nos acerca dos motivos pelos quais alguns feixes do discurso-paciente merecem ser refutados mais do que outros. A não-normalidade, vista como inferioridade, por exemplo, parece ser um deles. Algo mais pode estar por trás desse embate discursivo? O crescimento ou fortalecimento social do DFO poderia acarretar perdas ou desvantagens para os defensores do DFS?

Supomos que sim. Perguntando-nos acerca da serventia do conceito de normalidade, ou melhor, questionando-nos sobre o interesse social de se querer “normalizar” corpos e consciências, encontramos em Pfeifer (2003, p. 55) parte da resposta. Para ela, “o conceito de normalidade tem uma única serventia: a de ser uma justificativa para que se exerça poder sobre os corpos dos ‘desviantes’”.

Ora, a polêmica discursiva que aqui apresentamos parece encerrar-se na definição de quem são os surdos: se são seres que precisam de tratamento, devendo, assim, ser conduzidos pela soberania de outros (ouvintes), ou se se trata de seres “prontos” e autônomos, uma cultura outra e paralela capaz de conduzir-se no mundo, ou até mesmo conduzir o próprio mundo. O que está em jogo, aqui, é definir os papéis dos sujeitos no mundo; e tais papéis podem ser cerceados ou autorizados pela prática discursiva que os legitima.

Este parece ser o centro propulsor do embate discursivo que aqui presenciamos: as relações de poder entre surdos e ouvintes (ou entre surdos e deficientes auditivos, como veremos a seguir). Aqueles que propagam o DFS querem ser vistos como normais,

⁵⁶ Como define Skinner (1982), “o *contracontrole* ocorre quando os controlados escapam ao controlador, pondo-se fora do seu alcance” (SKINNER, 1982 *apud* WEBER, 1989).

no sentido de ser e estar no mundo como cidadãos de mesmo valor e até mesmo, em alguns momentos, como superiores aos não-surdos.

Aqueles que enunciam a partir do DFS vêem no discurso contrário, de certa forma, uma ameaça a sua soberania e independência; vêem o controle e o disciplinamento como uma guilhotina constante sobre suas cabeças; vêem sua verdade sob risco de exílio. Em termos discursivos, seu procedimento é optar pela negação dos enunciados que lhe parecem mais ameaçadores.

Como afirma Lara (2008), o discurso, simultaneamente, responde aos golpes que, com frequência, recebe de outro(s) discurso(s) e dá golpes, escolhendo responder aos enunciados que lhe parecem os mais ameaçadores (pois “abalam” sua própria identidade). Nesse sentido, concentra-se em torno de alguns pontos-chave (como a oposição normalidade/deficiência ou ainda deficiência/diferença), que constituem para Maingueneau (2005, p. 113), “pontos de imbricação semântica que abrem um acesso privilegiado à incompatibilidade global dos discursos”.

Em termos sociais (e discursivos), o que está em jogo, aqui, é, portanto, a luta pelo poder. E assim como o DFO precisa dele para manter sob controle os “desviantes”, o DFS precisa dele para ver decretada, de vez, a sua “carta de alforria”, como fica sugerido no excerto (18), que será analisado mais adiante.

O poder, em Foucault (2006), é visto como uma relação de forças que se estabelece em todas as partes. Para ele, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e de saber, constituindo práticas e subjetividades que governam os sujeitos, determinando, inclusive, o “direito de fala” de cada um. Os efeitos de verdade sobre a surdez, como sabemos, foram sentidos na pele pelos surdos, pois a sociedade conferiu aos profissionais da saúde o poder de conduzir, segundo seus

princípios, saberes e valores, a vida dos surdos⁵⁷. Atualmente, nos grandes centros pelo menos, esse poder tem sido aos poucos transferido a intelectuais surdos, líderes que se engajam em movimentos acadêmicos e sociais que visam renovar e reconstruir saberes sobre a surdez, apresentando um movimento de independência que busca um contracontrole, que deseja ampliar na sociedade o “direito de fala” do povo surdo.

Sobre o controle no direito de fala, Silva (2004, p. 169-172) argumenta que, na sociedade, parece haver “uma política de silenciamento” daquilo que oferece “perigo”, que transgride a norma, que abala o conceito de normalidade. Aquilo que ameaça a ordem deve ser controlado, disciplinado, ou seja, o disciplinamento pode ser um instrumento de controle que serve ao poder. Para esse autor, tal instrumento trabalha os corpos, fabrica e manipula comportamentos, produzindo um tipo de sujeito adequado ao funcionamento da sociedade. O indivíduo acaba, assim, se tornando uma fabricação do poder.

O DFS pode ser considerado como uma forma de tentativa de esquiva desse controle, uma forma de reação a esse poder. Pode ser considerado como um investimento na instauração de um novo poder: o poder surdo.

É preciso que se especifique, no entanto, que não estamos falando aqui de uma disputa maniqueísta onde o monopólio dos poderes e saberes está sendo duramente pleiteado entre surdos e ouvintes, devendo pertencer a apenas um pólo, como nos lembra Teske (2008). O poder a que nos referimos pode estar em coisas simples, como o direito de *querer-se surdo*, por exemplo, de não ser ideologicamente “obrigado” a se ouvintizar, ou de não causar estranhamento ao dizer que, como surdo, acharia bom se seus filhos também o fossem.

⁵⁷ Dizemos isso porque cabia (ou ainda cabe, em alguns casos) a equipes da área da saúde determinar a condução da vida do sujeito: tipo de escola em que ele deve estudar, companhias que deve ter (surdos ou ouvintes), tipos de “tratamentos” que deve seguir (psicológicos, fonoaudiológicos, neurológicos, etc.), além de procederem a uma constante avaliação da “evolução” sujeito.

Esse último exemplo a que nos referimos foi retirado de uma reportagem publicada na BBC, em março de 2008, intitulada “Casal britânico quer direito de escolher embrião surdo” (ver anexo). A reportagem nos revela que o casal (que já tem uma filha surda) passaria em breve pelo processo de fertilização artificial e que gostaria de ter o direito de selecionar um embrião que desse origem a um bebê surdo. A posição do casal fomentou um grande debate sobre muitas questões filosóficas, mas, sobretudo, causou estranhamento em muitas pessoas. Diversos são os *sites* que os acusam de eugenia, ao passo que certamente ninguém acusaria um casal ouvinte que quisesse escolher um filho nas mesmas condições.

O *poder* pode ainda estabelecer-se através da linguagem, ou ser cerceado por ela, isto é, através da linguagem cria-se um sistema de imagens e referências que de fato pode imputar (ou limitar) poder a outrem.

Rezende & Pinto (2007, p. 200), pesquisadores surdos, relatam, por exemplo, uma ocasião em que as professoras da UFSC, Ronice Quadros, ouvinte, e Gladis Perlin, surda (ambas doutoras), foram convidadas a proferir palestra em uma universidade federal, recebendo, no entanto, tratamento diferenciado: a primeira era tratada por “doutora”, enquanto a segunda, por “senhora”. Ora, o poder acadêmico conferido a “doutora” certamente não é o mesmo que conferido a “senhora”. Tratando-a por “senhora” e não por “doutora”, roubam-lhe a autoridade acadêmica e destituem de legitimidade o seu dizer, ao mesmo tempo em que “folclorizam” a surdez por dotá-la de certa exotividade, numa representação cujos efeitos se refletem nas tramas do poder. A questão aqui é que a “senhora” participava do evento a partir do seu papel de “professora doutora”, bem mais do que do seu papel de surda. Através da linguagem, naquele momento, a professora surda foi prejudicada em sua relação de poder com o saber acadêmico.

No *corpus* da pesquisa pudemos verificar que alguns sujeitos, propagando um DFS, se mostram preocupados com a forma pela qual são designados. Encontramos ocorrências em que a designação, para os sujeitos, parece alterar a referência e, quem sabe, o poder que se estabelece a partir dele:

(13) Quero as pessoas falam certo “Surdo”, não quero vê que as pessoas falam “Deficiência auditiva (DA), surdo-mudo, mudinho...mas tudo natural. (Texto F)

(14) O que me sinto ruim na minha vida surdez é a falta de respeito aos surdos por chamar de surdo-mudo e debochar a língua de sinais (LIBRAS). O que é preciso para nos sentir bem e igualado? É respeitar os diferentes e conhecer algumas comunidades. (Texto J)

(15) Eu tenho cansado, sempre sociedade fala palavra deficiência, não é deficiência é diferente sua língua, precisa divulgar comunidade, lugares, e tal, poderá despertador clarezer palavra “Surdo”. Eu acordo Sacks e também Skliar afirma surdez é clínica, fonoaudiologia, médico, implante coclear, diferença Surdez, tem direito identidade Surda, não é modelo surdo, sim, identidade língua do surdo. (Texto I)

Os trechos acima nos indicam que a designação pode ser uma questão relevante para os sujeitos. Ao relatar o seu incômodo diante dos termos *deficiência auditiva*, *surdo-mudo* e *mudinho*, o locutor de (13) nos indica que o “certo” a se dizer, para ele, é *Surdo*. No decorrer do texto F (ver anexo), ele nos narra sua história de vida, mas não esclarece sua conduta discursiva, isto é, não nos dá indícios de que *Surdo* é esse de que nos fala.

O locutor de (14) revela que para ele a única coisa ruim na surdez não se relaciona com ela, mas com o comportamento dos outros diante dela. Classificando a expressão “surdo-mudo” como desrespeitosa (fato que subentende que outra designação seria mais respeitosa), o sujeito sugere que o desconhecimento alheio e a folclorização da LS ocasionem desrespeito e preconceito, impedindo-o de sentir-se bem.

O trecho (15), por sua vez, pode elucidar em parte a ocorrência do termo *Surdo* colocado em (13). Ao se mostrar farto do enquadramento social dos surdos no rol das

deficiências, o locutor de (15) afirma que a surdez é uma diferença (sobretudo lingüística) e não uma deficiência, reafirmando o que ele havia dito no trecho (12) que compõe o mesmo texto. Para ele, divulgar essa máxima pode despertar alguns e esclarecer o que vem a ser a palavra “Surdo”. Ele ainda nos apresenta uma interessante dicotomia entre surdez (com /s/ minúsculo) e Surdez (com /s/ maiúsculo), reservando à primeira versão o lugar da deficiência, e à segunda, o lugar da diferença, para sermos sucintos⁵⁸.

Duas importantes questões se colocam aqui. A primeira refere-se à semântica global do DFS. O sistema de restrições dessa FD procura eliminar tudo o que pode vir a diminuir socialmente o grupo, ou melhor, tal princípio faz parte da competência discursiva dos sujeitos falantes que se filiam a essa FD. Assim, segundo suas regras, os locutores devem “demolir” as imagens do grupo tidas como negativas (deficiência-auditiva, surdo-mudo, mudinho) – o tema da deficiência, assim, é eliminado. Ao instituir uma nova Surdez – e estabelecer um paralelo entre ela e outras possíveis – o locutor busca erigir um novo sujeito surdo a partir dela. Como fim último, pretende ver dissipado do agora o sistema de representação de outrora. Almeja que a imagem soberana do Surdo e da Surdez sobrepuje as demais.

A segunda questão refere-se ao sistema de referência que se estabelece a partir da linguagem. Certamente há distinções sociais entre um sujeito referenciado como deficiente auditivo, como surdo-mudo ou como mudinho. Seria possível projetar um referente específico (baseado em representações sociais) para cada uma dessas acepções. Seria possível ainda imaginar em que lugares e momentos cada uma dessas definições

⁵⁸ A dicotomia Surdez/surdez é apresentada em autores como Moura (2001) com o intuito de diferenciar a referência clínica da referência sociológica, digamos. Inicialmente, vista com desconfiança por muitos pesquisadores (devido à hipótese de que a letra maiúscula teria surgido em decorrência de um erro de tradução em um livro muito conhecido no meio), recentemente, no entanto, o /s/ maiúsculo tem sido empregado por muitos autores, como, por exemplo, Perlin & Strobel (2006).

seria plausível de ocorrer, refletindo sobre os efeitos de sentido nas ranhuras da história e nos sistemas ideológicos.

Refletindo sobre o relato de Rezende & Pinto (2007), podemos supor ainda que as relações de poder do surdo na sociedade podem ser repensadas a partir das imagens que os termos “deficiente-auditivo”, “surdo-mudo” ou “mudinho” podem evocar. Assim, ao primeiro termo, reservar-se-ia o poder das “cotas”, da folclorização da “diversidade” e do “controle social” que essas manobras podem permitir. Ao segundo termo, reserva-se o poder conferido aos “menores”, cedido pela compaixão àqueles que apresentam a “mente silenciosa”, uma vez que o vocábulo “mudo”, para autores como Lane (1997, p. 24), evoca também a imagem da “fraqueza da mente”. Ao terceiro termo, por fim, reserva-se o poder conferido aos “bobos da corte”, destinados a ser esdrúxulos, esquisitos, tendo o seu papel de anormal assegurado pelos demais.

Por outro lado, o poder que agora se institui a partir do Surdo e da Surdez aloca o grupo no campo político e dissipa a sua folclorização, alterando a relação da sociedade com a chamada diversidade. Tal redirecionamento tem levado o grupo a produzir ciência⁵⁹ sobre si mesmo, movimentando-se em direção às decisões do seu próprio destino, isto é, ao produzir saberes sobre si, o grupo não precisa mais se sujeitar apenas às “verdades” do outro sobre si.

O trecho (15) pode ser visto como a manifestação de uma *vontade de verdade*, para usar um termo de Foucault. Ao transparecer a dicotomia Surdez/surdez, o locutor fundamenta-se em citações indiretas, deixando transparecer um discurso acadêmico que confere autoridade ao seu dizer, ou seja, trazendo a voz daqueles autores para o seu próprio texto, por meio da intertextualidade, o locutor atesta a sua verdade por sugerir

⁵⁹ Rezende & Pinto (2007) pensam os surdos a partir do seu advento na pós-graduação e na pesquisa, concebendo-os como *intelectuais específicos* que produzem saber a partir de si mesmos.

que ela não parte apenas dele, mas de duas conhecidas figuras do universo surdo⁶⁰. Em termos globais, a citação, como fenômeno da intertextualidade, será definida pelo sistema de restrições da FD e, sobretudo, pela semântica global que a governa, isto é, para a inserção dessa citação nesse discurso, foi preciso primeiramente eleger o conjunto dos citáveis naquela FD e fazer o recorte específico, conferindo-lhe o tratamento necessário no âmbito do discurso citante.

3.3.3 – Um rito de passagem: de deficientes auditivos a surdos

A semântica global determina em um discurso não só o que deve ser dito, mas também o que *não deve* ser dito, conforme vimos. Como sabemos, tal procedimento se instaura através do estabelecimento de um sistema de restrições semânticas. Suponhamos, por exemplo, que dada semântica discursiva imponha à produção de certo discurso que “surdez” não seja uma categoria discutível, isto é, que não ela não possa ou deva ser colocada em evidência naquela FD. O sistema de restrições, assim, irá operar sobre tudo aquilo que se refere a tal temática de maneira direta, restando ao texto o artifício de ter de significar-se a partir de não-ditos e de silenciamentos.

Conforme dissemos no Capítulo 2, na perspectiva teórica que assumimos neste trabalho os não-ditos também significam, ou melhor, às vezes eles podem significar mais do que palavras. Orlandi (1995) critica o fato de muitas teorias lingüísticas excluïrem o silêncio enquanto matéria significante, uma vez que “o silêncio e também o interdito constituem-se como condições estruturantes e constitutivas para a existência da

⁶⁰ Os autores citados são Oliver Sacks e Carlos Skliar. O primeiro é um neurologista britânico que publicou o best-seller *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*, livro que apresenta a surdez a partir de uma perspectiva que desconstrói o senso comum sobre ela. O segundo é professor da UFRG, autor de inúmeros livros sobre surdez e educação, sendo considerado um dos maiores nomes dos Estudos Surdos no Brasil.

linguagem” (TFOUNI, 2008, p. 356).

É o caso de refletirmos sobre o texto (16) abaixo, no qual vemos que o sujeito, questionado acerca do significado da surdez, produz um texto esquivando-se dela⁶¹.

(16) Às vezes, eu sofro preconceito de pessoas que se afastam.
As pessoas às vezes tem problemas: são antipáticas, ciúme, sentimentos tristes.
Eu gosto de me cercar de pessoas educadas, simpáticas, isso é, famílias, parentes e amigos de verdade.
O mais importante é que Deus é fiel, ele ajuda as pessoas que possuem amor no coração.
(Texto K na íntegra)

Não diríamos que no texto acima a surdez seja uma temática silenciada, uma vez que ela “fala” de maneira indireta a partir de subtemas como o “preconceito”, por exemplo. Diremos, contudo, que a temática da surdez, no texto (16), sofre interdições através de silenciamentos variados.

Notemos a importância da figura “pessoas” no texto acima. A surdez aqui parece ser definida a partir de uma rede de interação existente (ou inexistente). O tema da rejeição, por exemplo, aparece de maneira implícita (*pessoas se afastam*), sendo justificada por problemas alheios ao sujeito surdo, portanto, da ordem do “outro” (*pessoas têm problemas*). As pessoas que não se afastam são *pessoas educadas (...)* *famílias, parentes e amigos de verdade*. Projetando no intradiscorso um (inter)discorso religioso (cristão) o locutor dá a entender que não se importa em demasia com as questões acima (*o mais importante é que...*), pois a “ajuda divina” incide sobre *as pessoas que possuem amor no coração*, no caso, o próprio locutor, deixando subentender, com isso, que nem todos o possuem, como provavelmente, as pessoas que se afastam.

⁶¹ Apesar de aparentemente o texto (16) parecer não responder às questões propostas no item 3 do questionário (fato que o excluiria do nosso *corpus*), compreendemos tal texto como uma tentativa de expressão interdita, que produz sentidos sobre a surdez a partir de múltiplos silenciamentos, o que pode ser característico de alguma vertente do DFO.

É possível ainda pensar que o tom cristão, que parece atravessar o texto, pode ser responsável por alguns dos silenciamentos previstos, pois, apesar de manifestar discordância perante algumas situações, o locutor não chega a manifestar indignação ou, pelo menos, o faz de maneira muito atenuada, o que é condizente com uma cenografia⁶² religiosa. Com isso, ele fortalece a imagem de “merecedor da ajuda divina”, pois se contém perante o “pecado da palavra”, projetando sobre si um *ethos* de ponderação⁶³.

Voltando à definição do ser surdo, podemos pensar que nem todo surdo “nasce” surdo, isto é, não estamos falando do processo fisiológico que determina a falta de audição desde o nascimento biológico, mas estamos dizendo que aqueles que se consideram surdos (nem deficientes auditivos, nem surdos-mudos, nem mudinhos) e professam um DFS, certamente não nascem com essa identidade, ou melhor, não a herdam geneticamente, tampouco no seu contexto social imediato. Uma ressalva pode ser feita aos surdos filhos de pais surdos, uma outra questão a se discutir. O que estamos trazendo para discussão aqui é a forma pela qual o sujeito se torna identitariamente surdo; como ele se “descobre” como tal e passa a assumir determinada identidade discursiva. Pensar nessa problemática se torna importante quando nos damos contas de que cerca de 95% dos surdos brasileiros (segundo dados obtidos em QUADROS, 1997) nascem em famílias ouvintes. Como acontece, então, essa transição do universo ouvinte, em que o sujeito nasceu, para o universo surdo, no qual ele será inserido? Esse questionamento só se faz importante perante os sujeitos que apresentam um DFS.

O momento de transição entre viver como um ouvinte, apenas em meio a também ouvintes e de (re)conhecer-se como surdo, convivendo com os seus iguais,

⁶² De acordo com Maingueneau (2005b, p. 96), a cenografia é, “ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que um discurso engendra; ela legitima um enunciador que, em troca deve legitimá-la, deve estabelecer que a cenografia da qual vem a fala é, precisamente, a cenografia necessária para contar uma história, denunciar uma injustiça, apresentar a sua candidatura em uma eleição, etc.”

⁶³ Este sujeito respondeu considerar-se “deficiente-auditivo”, conforme informa o quadro 2 da página 62.

aparece no *corpus*, refletindo um DFS, e é relatado como sendo um momento epifânico, de descobertas e realizações, como ilustram os fragmentos abaixo:

(17) Antes de conhecer os surdos, eu me considerava deficiente auditivo por não saber da existência da comunidade surda, do significado da surdez e da cultura surda. [...] eu sempre tentei ser incluído, respeitado e valorizado, mas sofri muita humilhação nas barreiras de comunicação nas escolas, na família e na roda de amigos. A partir de 19 anos, comecei a frequentar a Associação de Surdos, fui aprendendo a Libras e conhecimento a cultura surda no meio de convivência com os surdos. Hoje já consciente e resolvido, eu tenho a minha identidade surda que me auto valoriza. Eu sou surdo bilíngüe. (Texto L)

(18) Minha experiência na vida teve muitos sofrimentos proibindo o uso de Libras e foi obrigatoriamente oralizar e fazer leitura labial me sentindo um “OUVINTE ARTIFICIAL E FALSO”. Depois de participar nas comunidades surdas me senti livre e tive a corrente arrebatada e tirando os pesos nas costas, aprendendo a Libras naturalmente e crescendo independentemente. (Texto H)

(19) No início era um pouco difícil, não entender muitas coisas, aí eu fiz muitas fono e psicóloga para encontrar a melhor escola [...] então eu estudava numa escola regular, mas nessa escola que eu estudava os meu amigos fizeram sacanagem comigo, até que o dia que eu passei a estudar em uma escola de surdo.
Quando eu mudei de escola, eu fui numa escola que era eu tinha que estar antes, então entrei nessa escola a minha vida mudou muito, e conheci muitas pessoas que era igual eu que também não entendia muitas coisas e também fez muitas fonos e foi com elas que eu entendi que era surda [...].
Foi com os surdos que comecei fazer novos amigos e aprender como e o jeito de surdos, das brincadeiras e usar a legenda na TV, e também usar a língua de sinais.
Então hoje na minha vida melhorou muito agora eu já sei muitas coisas e aprendi muitos agora já sei Libras [...].
É surda que eu me sinto muito feliz e contente. (Texto M)

Temos percebido que o DFS supõe um locutor muitas vezes militante ou ardoroso, que mantém uma relação privilegiada com o saber moderno sobre o *ser surdo*. Tal locutor se coloca como integrado a uma comunidade e veicula certa dimensão institucional no seu dizer, tematizando, muitas vezes, de maneira direta ou indireta, a *coletividade*. O trecho colocado em (19), por exemplo, nos indica um locutor cuja *vida melhorou muito* após seu ingresso na comunidade surda, tanto no nível social quanto no educacional. A “voz” que nos fala parece ser alegre, denotando uma pessoa plenamente

satisfeita com o rumo que tomou a sua vida e projetando um *ethos* de satisfação consigo mesmo. *Ser surdo*, nesse trecho, só é possível entre os seus iguais.

Apesar de curto, o trecho (18) pode ser considerado como o mais contundente dos três. O recurso do locutor à letra maiúscula em UM OUVINTE ARTIFICIAL E FALSO parece indicar o desejo de expressar, de maneira veemente, seu repúdio àquela tentativa de normalização que acabou por subverter a sua natureza surda, fazendo-o sentir-se uma farsa. A vitória, que será alcançada a partir da idéia (implícita) de luta, será expressa pelas metáforas *corrente arrebatada* e *tirando os pesos nas costas*, que nos remetem, respectivamente, a um estado de clausura, submissão e controle vivenciado pelo sujeito na sua tentativa de ser ouvinte e à sua futura libertação, ao alívio de ser independente e de ter auto-decretado a sua “carta de alforria”.

Temos, aqui, um *ethos* de firmeza e determinação que pode ser percebido através do tom pungente a partir do qual o trecho é narrado. A impressão que temos é que se trata de uma voz forte e enfática. É importante frisar que o sujeito caracteriza a proibição da Libras⁶⁴ e a conseqüente obrigatoriedade da leitura labial e da oralização como quesitos de sofrimento na sua vida, justamente por fazê-lo situar-se fora de si mesmo.

Semelhante representação pode ser encontrada no texto (20). A partir da temática da língua, o locutor classifica “falar” (por oposição a “sinalizar”), como uma atividade que exige tensão e desconforto, fazendo-o sentir-se alheio a si mesmo:

⁶⁴ Até algum tempo atrás, muitas escolas acreditavam que o uso da LS deixava o surdo acomodado e preguiçoso diante da língua oral. Por esse motivo, o uso da Libras era proibido e a prática de oralização, reforçada, uma vez que se acreditava (e alguns ainda acreditam) que ela contribuía para a aquisição da escrita. A proibição da Libras pode vir também como uma orientação (ou imposição) da própria família.

(20) [...] sou oralizada e considero isso um ponto positivo porque durante a minha vida escolar, do segundo grau até a faculdade, precisei fazer muito o uso da fala, já que naquela época não existia intérpretes para me auxiliar. O ponto negativo é que tem momentos que fico cansada de “falar” e quero ser eu mesma, ficar à vontade para me expressar em Libras, relaxadamente. Gosto de ser surda e tenho orgulho disso! (Texto B).

O ponto positivo da prática da fala, no trecho acima, foi a interação comunicacional em uma época em que praticamente não existiam intérpretes escolares (se existissem, então, talvez a “fala” fosse dispensável). Nesse trecho, diferentemente de outros, como no (18), por exemplo, a oralização não chega a ser considerada como um fator de ouvintização, isto é, apesar de oralizado, o locutor não se deixou ouvintizar completamente, tendo na Libras a sua forma de comunicação genuína e saudável e, dessa forma, considerando-se satisfeito e orgulhoso diante da sua surdez. A LS, aqui, é um fator de identidade que promove o encontro do sujeito consigo mesmo; longe dela, no entanto, a alteridade parece sobrepor-se à sua identidade.

Voltando à trinca de trechos – de (17) a (19) –, é possível considerá-los como susceptíveis de ser divididos em um “antes” e um “após” o ingresso dos sujeitos no universo surdo. Nessa dinâmica social, no primeiro quadro temos um cenário de sofrimento e desolação, enquanto, no segundo, de crescimento e felicidade. Há uma passagem fundamental, de um “cenário” ao outro, que dota os indivíduos de qualidades. Essa imagem nos remete aos conhecidos “ritos de passagem”. Tais ritos, no entanto, tradicionalmente marcam mudanças de *status* de um indivíduo no seio de sua comunidade (haja vista os ritos indígenas ou tribais), enquanto nos trechos acima, é a mudança de comunidade que favorecerá a “evolução” de tais sujeitos. Os trechos acima descrevem não apenas o ingresso dos sujeitos no universo surdo, mas também a sua recepção (aceitação) nesse quadro social.

A passagem que sugerimos pode ser compreendida como a “ascensão” atingida pelos sujeitos quando estes passam de “deficientes auditivos” a “surdos”, como foi expresso em (17) – *Antes de conhecer os surdos, eu me considerava deficiente auditivo por não saber da existência da comunidade surda [...]. Hoje já consciente e resolvido, eu tenho a minha identidade surda que me auto valoriza. Eu sou surdo bilíngüe* – e sugerido no trecho (18) e (19).

Percebemos, aqui, que entre *deficiente auditivo* e *surdo* há um “critério de avaliação ideológica” determinante (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006). Para o primeiro termo, reserva-se a primeira parte da história, ou seja, quando o cisne (surdo), por pensar-se como pato (ouvinte) esquisito, e por assim ser visto por todos, acaba por ser rechaçado. Ao descobrir-se cisne (surdo), os problemas decorrentes desse equívoco, como *humilhação, sofrimentos* ou *não entender muita coisa*, não são mais vivenciados.

No dizer de Bakhtin/Voloshinov (2006, p. 31), um produto ideológico, que faz parte de dada realidade, reflete ou refrata uma outra realidade, que lhe é exterior, uma vez que “tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”. Partindo dessa posição, podemos pensar que a distinção entre surdo e deficiente auditivo apresentada em (17) – e sugerida nos outros trechos –, reflete um acontecimento ideológico reiterável na comunidade surda, ao passo que refrata um fazer dito científico em curso, senão na sociedade como um todo, pelo menos na área da saúde. Em outras palavras: enquanto os manuais de audiologia definem os surdos a partir de decibéis, surdos se definem a partir da sua conduta perante a vida. Esclarecendo um pouco mais: nos manuais de audiologia as diferenças entre surdos e deficientes auditivos se devem ao grau de perda auditiva, ou seja, define-se como surdo aquele que apresenta uma perda severa ou profunda, e como deficiente auditivo, aquele que apresenta perdas leves ou moderadas.

Em muitas comunidades surdas, no entanto, surdos são considerados aqueles que utilizam a LS e constroem em torno de si aquilo que pode ser chamado de *comunidade*. Deficientes auditivos seriam aqueles que não utilizam (ou pouco utilizam) a LS, privilegiando a leitura labial e a articulação de palavras da língua oral e optando por não coexistirem na comunidade surda, isto é, eles não convivem com os demais surdos, não frequentam a Associação de Surdos e tampouco se reconhecem como surdos (muitas vezes, preferem ser chamados de deficientes auditivos). A questão 1 do questionário visou justamente verificar se a resposta dos informantes, associada ao teor dos textos, poderia confirmar ou negar, ao menos no âmbito do *corpus*, esse conhecimento empírico, ou seja, visávamos saber, por exemplo, se aqueles que ostentam um DFO se classificariam como deficientes auditivos. No *corpus* da presente pesquisa, contudo, essa relação não se estabeleceu de maneira direta, ou seja, nem todos os locutores que assumem um DFO se classificam como “deficientes auditivos”, assim como nem todos os que assumem um DFS se consideram surdos (ver quadro 2).

A distinção entre surdos e deficientes auditivos, sugerida nos textos (17), (18) e (19), é indicada com clareza no texto a seguir:

(21) Surdo é o termo apropriado da comunidade surda, pois significa que o surdo possui a sua língua própria – Libras e identidade cultural. Distingue o termo “deficiente auditivo” que é usado pela sociedade, fonoaudiólogos, para eles, são oralizados, que não sabem a Libras e nem convivem nas comunidades surdas. (Texto N)
--

O trecho acima confirma a distinção entre surdos e deficientes auditivos, estabelecida pela comunidade surda, deixando transparecer ainda um tom de assertividade que pode assemelhar-se ao tom utilizado em discursos acadêmicos ou científicos. As palavras *termo* e *distingue* parecem caracterizar uma cenografia

acadêmico-científica, que pode ter sido engendrada a partir do desejo de se produzir um efeito de sentido de objetividade e imparcialidade. Confirmando a nossa hipótese, o locutor diz mais adiante: *uma lingüista da UFRJ me convidou para fazer especialização, e acabei ficando até ingressar como professora (e pesquisas) de Libras em 1997 e sou efetiva e concursada*. O discurso acima é, portanto, proferido por uma professora surda universitária, hoje cursando mais uma graduação (em Letras/Libras), fato que pode esclarecer o efeito de sentido de objetividade empregado no texto.

O intuito de se instaurar uma cenografia acadêmico-científica, no texto cima, pode dever-se tanto ao fato de se querer projetar uma atmosfera de “verdade” (se considerarmos que a ciência na academia assume, muitas vezes, esse caráter), quanto à intenção de demarcar e revestir de autoridade o lugar de onde o sujeito enuncia: a própria academia.

Mas o importante a se reter desse texto é o fato de ele também estabelecer uma espécie de “fronteira identificatória”, para usar um termo de Maher (2001), entre si (surdo) e o outro (deficiente auditivo). A fronteira, nesse caso, parece ser a *língua própria - Libras e a identidade cultural*. A LS aparece, mais uma vez, como um elemento de união da ordem da identidade.

Encontramos em Rezende & Pinto (2007, p. 206) a constatação de que a discussão em torno dos termos “deficiente auditivo/surdo” reflete uma preocupação que ultrapassa as fronteiras de nossa pesquisa, tendo como ponto de partida (ou de chegada) o discurso científico sobre o *ser surdo*:

Nos últimos anos de nossa história, sempre estudamos, lutamos para que a nomenclatura “deficiência auditiva” fosse uma peça de roupa para se guardar no baú. E conseguimos lutar para a classificação nossa de surdos, de *ser surdo*, culturalmente aceito e bem traçados os contornos dos nossos personagens há muito estigmatizados pelos dogmas do oralismo. Da “deficiência auditiva” para “surdez” e desta para o *ser surdo* foi um caminho árduo e cheio de obstáculos (REZENDE & PINTO, 2007, p. 206).

O texto acima é revelador de uma luta não apenas teórica, mas também social, que tem no termo “deficiente auditivo” apenas a ponta de seu iceberg, ou seja, questões ainda mais profundas e complexas parecem estar na base dessa discussão. A autora apresenta uma hierarquia crescente de termos ao longo da história, partindo do retrogrado “deficiência auditiva”, passando pela conhecida “surdez” e chegando ao moderno *ser surdo*. *Ser surdo*, então, parece ser uma categoria que visa substituir a gasta *surdez* com a propriedade de proporcionar a ênfase devida no lugar devido: o ser, aqui, é que está em evidência, não o seu estado fisiológico⁶⁵. Como vimos, por meio de uma tentativa de esquivar dos significados vagos e estereotipados que incidem sobre o termo surdez, autores como Moura (2000) e Strobel (2007) têm apresentado tal termo a partir de um revestimento político e ideológico que busca ressignificá-lo a partir do “s” maiúsculo. A “nova” Surdez não se reportaria mais à *falta de audição*, mas a uma maneira de existência, como vimos na análise do texto I (trechos 12 e 15).

Voltando à hipótese da “passagem” de um universo a outro (que transforma deficientes auditivos em surdos), percebemos que ela não acontece de maneira gratuita, mas a partir de um *elemento de união* entre surdos e (outros) surdos. Em (17) e (18), o elemento que favorece a união e possibilita a passagem é a *Associação de Surdos*, como se afirma respectivamente em *a partir de 19 anos, comecei a frequentar a Associação de Surdos* e *depois de participar nas comunidades surdas me senti livre (...)*. Em (19), o elemento de ascensão foi a *escola de surdos*, como ilustra o fragmento *então entrei nessa escola a minha vida mudou muito*. Pode-se depreender daí a importância da Associação de Surdos ou da escola de surdos para o grupo.

Se pensarmos nos aspectos ideológicos defendidos nesses textos, a idéia da superação, mudança e renovação atribuída à transformação de deficientes auditivos em

⁶⁵ *Ser surdo* tem sido a terminologia preferida por autores surdos como Perlin. Tal categoria busca ser uma alternativa à noção de “surdez”, considerada como estereotipada pelo uso médico.

surdos é proeminente. Deficientes auditivos, então, segundo o texto (17), seriam aqueles que aceitam (ou querem) ser ouvintizados, informação que se mostra de acordo com a denominação geralmente corrente no meio surdo. Do lado de lá da linha, como aspectos ideológicos a ser combatidos, fica a idéia de não ser bom, para o surdo, viver como se fosse ouvinte, ou tentar igualar-se a ele.

A partir das imagens de si construídas nos/pelos discursos, seria possível projetar um *ethos* comum aos três textos, reservando, no entanto, nuances específicas a cada um deles: o mesmo tom de superação e de orgulho atravessa os três trechos. A voz que nos fala se *autovaloriza, é independente, feliz e contente* e isso pode ser apreendido não apenas no nível da enunciação, mas também no nível do enunciado, a partir da materialidade lingüística, como acabamos de demonstrar. Trata-se, pois, de alargar a noção de *ethos discursivo* para abarcar não só o *mostrado* (pelo dizer, pela enunciação), mas também o *dito* (pelo enunciado), como propõe Maingueneau em trabalho recente, no qual retoma a noção de *ethos* e a problematiza (MAINGUENEAU, 2008b, p. 19)⁶⁶.

Ao mesmo tempo, pode ser apreendida alguma amargura em relação ao período de “clausura de si” (vivenciada em meio a ouvintes), fato que enaltece ainda mais a vitória. Tal amargura, se bem analisada, deságua no sentimento de injustiça, comum aos três trechos.

Tudo isso se relaciona à questão que colocamos anteriormente: “como acontece, então, essa transição do universo ouvinte, em que o sujeito nasceu, para o universo surdo, no qual ele será inserido?” Acontece, via de regra, a partir da insatisfação e do desconforto que o surdo sente em estar isolado de seus pares (outros surdos), esforçando-se, ao mesmo tempo, para se tornar um ouvinte – desajustado. É exatamente

⁶⁶ No artigo *A propósito do ethos* (2008, p. 19) [ver referências completas no final], o autor fala em “ethos efetivo”, que comportaria duas dimensões: um ethos pré-discursivo (prévio) e um ethos discursivo. Este, por sua vez, se desdobraria em um ethos dito (nível do enunciado) e um ethos mostrado (nível da enunciação).

a partir da experiência negativa de ser uma “anomalia” no mundo dos ouvintes que ser “normal” no universo dos surdos se torna uma descoberta tão marcante. Em (17), por exemplo, apesar de declarar seu esforço para ser incluído, respeitado e valorizado, o locutor confessa ter sofrido *muita humilhação nas barreiras de comunicação nas escolas, na família e na roda de amigos*. Em (18) há relatos de *sofrimentos proibindo o uso de Libras* e a obrigatoriedade imposta ao sujeito de *se oralizar e fazer leitura labial*. Em (19), há relatos de dificuldades, de não-compreensão e de possíveis maus tratos na escola regular, pois *nessa escola que eu estudava os meu amigos fizeram sacanagem comigo*.

Aos poucos se vai construindo, ao longo dos textos, um *ethos* firme, determinado, que remete a sujeitos conscientes e bem-resolvidos, que passaram por dificuldades, mas que acabaram por superá-las, pois conseguiram “chegar lá”. No fim, a tensão entre a injustiça e a superação se resume na sensação de vitória que os locutores buscam transmitir.

3.3.4 – Um cenário cinza e um cenário cor-de-rosa

Em relação ao rito de passagem – ou à metáfora do “patinho feio” a que recorreremos anteriormente – e levando em conta as duas cenas que projetamos para o “antes” e o “depois”, pode-se perceber, em alguns textos, a ocorrência apenas da primeira cena, ou seja, do quadro de sofrimento que parece ser decorrência do afastamento dos sujeitos do seu meio natural de convivência.

Os textos abaixo (22) e (23) manifestam um DFO e nos deixam com sensação de falta, de desejo de continuidade. Quando os comparamos aos trechos anteriores, perguntamo-nos sobre o segundo momento (o do sucesso):

(22) Minha mãe nasceu surda natural fala sobre médico sem doente nada. Mas surdo estar não doente acontecer nada mal saúde bem nunca fumar, CIGARRO, não beber, CERVEJA. Surda natural bem.

Eu estou trabalho problema sobre peceinto é surda mas porque não conseguir difícil tão não comunicar pessoas gerente ou família. Eu estou pouca sofre. (Texto O na íntegra)

(23) Eu sou surda, mãe nasceu uma filha é surda e minha família não entenderam comunicação menina é surda e minha mãe leve surda na escola e evolução aprende Libras no Ines. Agora minha mãe entendeu comunicação com eu e só isso. (Texto P na íntegra)

Diferentemente do que ocorre nos trechos de (17) a (19), não verificamos nos textos acima a “descoberta” do sentido de ser surdo. Indagados sobre o significado de ser surdo e sobre a sua experiência de vida surda (como consta no item 3 do questionário), os locutores mobilizam a temática do nascimento, demonstrando ou a sua inconformidade por ter nascido surdo (como em 22) ou a inconformidade da sua família (metonimicamente representada pela mãe), diante desse fato (como em 23).

Nessa perspectiva, os discursos acima podem ser considerados como uma manifestação do DFO. Tal filiação se deve ao fato de os sujeitos se mostrarem presos ao sistema de poder que apregoa o modelo de vida ouvinte como supremo, fato que esclarece o motivo pelo qual temos em (22) um locutor que se preocupa em esclarecer os motivos da sua surdez, justificando ter sido um fato natural, que não decorreu, por exemplo, do descuido da sua mãe (*nunca fumar, nunca beber*). Nesse trecho, a seleção lexical privilegia palavras de um campo semântico negativo, como *doente, problema e sofre*.

Em tom de desabafo, o locutor, num salto temporal do seu nascimento ao seu ambiente de trabalho, denuncia o preconceito e a dificuldade de comunicação com o gerente ou com a família, esclarecendo no termo *família*, o motivo do salto temporal: o fato acontecido anos atrás (o seu nascimento como surdo sem nenhuma razão aparente)

o colocou hoje em uma situação de sofrimento – e inconformidade – vivenciada tanto no emprego, quanto na família.

No texto (23), evidencia-se a dificuldade de nascer surdo em um lar ouvinte. O sentimento de não-aceitação pode ser resgatado no texto, uma vez que o primeiro questionamento do item 3 do questionário (sobre o significado de “ser surdo”) parece ter sido negligenciado em prol do último (sobre a “experiência de vida surda”). Narra-se, assim, a experiência da dificuldade e da melhora; uma melhora relativa que não vem do envolvimento com o grupo, mas da aceitação ou da aproximação da figura materna: *agora minha mãe entendeu comunicação com eu e só isso*. O último trecho desse enunciado, “só isso”, pode nos indicar que o que interessava ser expresso pelo locutor já o foi, isto é, o silenciamento do sujeito diante de outros fatos pode indicar que a experiência narrada foi tão pungente e importante que dispensa outros relatos. É importante notar ainda que, de acordo com o quadro 2 apresentado no Capítulo II (página 61), o informante do texto P (23) considera-se, ao mesmo tempo, “surdo” e “deficiente auditivo” (as duas opções foram marcadas), revelando, talvez, a indefinição do sujeito diante da surdez.

Em ambos os textos (22 e 23), o resgate temático do nascimento pode indicar que a instalação da surdez, a partir do nascimento, ainda é uma questão pertinente aos sujeitos, quer dizer, ainda é um fato discutível (e preocupante).

Nos trechos acima a surdez é compreendida como uma característica custosa aos sujeitos, que gera inconformidade e desentendimento, que faz da vida uma longa cena desbotada, em preto e branco. A imagem que se constrói, assim, é a imagem da doença.

O *corpus* revela, ainda, a ocorrência de situações distintas: aquelas em que não há nem a “passagem” de um estado a outro, nem a inconformidade da família ou do

próprio sujeito diante da surdez. Os textos abaixo são reveladores de sujeitos nascidos em meio a surdos, que manifestam um discurso de fundamentação surda e demonstram contentamento diante desse fato:

(24) Surdo significado é não ouvir. *Eu fico feliz ser surda porque toda minha família é surda então não fui problema nenhuma pois temos comunicar a LIBRAS* mas apenas tem uma problema na sociedade tem muito preconceito. E também os surdos não combinam nada para estudar dentro da escola inclusiva porque é outra língua. (Texto Q na íntegra; grifos nossos).

(25) Uma cidadã. Cumpro meus direitos e deveres como qualquer cidadão. Venho de uma família de mãe e irmãos surdos e a experiência tem sido boa, não pelo fato do meu mundo SER COR DE ROSA e sim um aprendizado muito chique, pois vejo cada dia mais o crescimento que tenho tido (Texto R; grifos do original).

No trecho (24) ocorre o fenômeno da negação – e da polifonia como índice de heterogeneidade –, sendo revelador de um discurso subliminar, pois a partir da negação (*toda a minha família é surda então não fui problema nenhuma, pois temos comunicar a LIBRAS*) instaura-se um subentendido: surdo, em família ouvinte, acaba virando um problema, e o motivo relaciona-se ao estabelecimento da comunicação. O “problema” da surdez advém aqui dos não-surdos, que apresentam preconceito, e da problemática da inclusão escolar. Vemos então que o “problema” relativo à surdez, segundo o locutor do texto P, é exterior a ela.

O início do trecho (25) denota reação do sujeito diante da questão proposta no questionário. É como se nos dissesse, com uma tênue ironia, que acima da surdez está a sua condição cívica e humana que o leva a cumprir seus *direitos e deveres como qualquer cidadão*. Ser surdo, assim, não faria muita diferença em um mundo onde direitos e deveres cívicos regulam a vida. A ironia, que compõe a noção de heterogeneidade mostrada (mas não marcada), evidencia um ponto de vista que busca afirmar o óbvio como novidade, em uma estratégia que poderíamos qualificar de agressiva para com o interlocutor.

No decorrer do fragmento, o fenômeno polifônico se evidencia no trecho em letras maiúsculas: *SER COR DE ROSA*. Em conformidade com Ducrot (1987), poderíamos dizer que existem pelo menos dois enunciadores distintos no texto acima: um que afirma que o mundo do locutor é cor-de-rosa e outro que nega essa (suposta) afirmação; enunciador com o qual o locutor se identifica. Por que o seu mundo seria “cor de rosa” e por que é preciso negar essa informação com veemência? Os textos analisados até aqui nos indicam que pode não ser fácil para um surdo nascer em meio a ouvintes. Quem tem pais surdos, então, se comparado com quem não os tem, estaria em uma situação privilegiada, estaria em um “mundo cor-de-rosa” – metáfora que simboliza beleza e facilidade, ou ainda, ausência de problemas – esta seria a asserção afirmativa que o locutor se apressa em negar. Construimos aqui a imagem de que nascer em meio a surdos é uma questão, de certa forma, ambicionada pelos sujeitos na comunidade, uma vez que, como vimos, o locutor se adianta em rebater a “acusação” de ser privilegiado, isto é, de ter nascido em um mundo cor-de-rosa, por ser filho de pais surdos. Mas apesar de, segundo ele, seu mundo não ser cor-de-rosa, considera que a experiência de ser surdo, com mãe e irmãos surdos, tem sido boa, pois isso lhe proporciona aprendizado e crescimento.

Da mesma forma que em outras ocorrências do *corpus*, o locutor estabelece aqui uma relação interdiscursiva com outro discurso justamente para negá-lo (nega-se a afirmação segundo a qual o seu mundo seja cor-de-rosa). No trecho em análise, todavia, não se negam manifestações do discurso contrário (advindo de uma outra FD), mas de um discurso que poderia partir da própria FD do locutor: surdos, filhos de pais ouvintes, filiados ao DFS, poderiam veicular um discurso como esse. Isso nos faz refletir sobre a ocorrência de *diferentes vertentes* dentro de uma mesma FD, fato previsto e plenamente aceitável, uma vez que, embora uma FD determine a seus falantes *o que pode e o que*

deve ser dito, buscando uma homogeneidade discursiva, ela não é um bloco compacto, mas uma realidade heterogênea por si mesma, o que significa que seu fechamento é fundamentalmente instável, deslocando-se em função dos embates da luta ideológica (COURTINE, 1981, p. 49).

Para ilustrar esse fenômeno, podemos pensar, por exemplo, em um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT). Ora, um partido como esse apresenta uma identidade discursiva que apresenta certa regularidade (em meio à dispersão) de sentidos, o que nos permite concebê-lo como uma FD específica. É inegável, no entanto, que existam tendências, vertentes distintas no interior da FD ligada a esse partido, ou seja, ela não é homogênea, tampouco um bloco fechado e compacto. Podemos pensar, por exemplo, na ex-senadora Heloísa Helena, que, partindo da fundamentação discursiva de seu próprio partido, pôde opor-se a ele. Obviamente, tal fenômeno (diferentes vertentes discursivas em uma mesma FD) parece dotado de mais vigor no exemplo político acima do que na ocorrência (25) do *corpus* deste trabalho. Mas pode-se dizer, no entanto, que o discurso veiculado – e negado – em (25) promove uma nova oposição, isto é, uma hierarquização não mais entre “surdos e ouvintes” ou entre “surdos e deficientes auditivos”, mas entre surdos (com familiares surdos) e surdos (em meio a ouvintes). Criar uma bipolarização entre surdos e surdos (integrantes da mesma FD) poderia ser um fator de identificação de alguma tendência discursiva dita “renovada”, que ostenta uma posição, em alguma medida, distinta de outras. O que temos visto até aqui, portanto, indica para uma necessidade de bipartição, seja entre surdos e ouvintes, entre surdos e deficientes auditivos, ou, como vimos agora, entre surdos e surdos.

3.3.5 – Diferentes formas de *ser surdo*

Pensando na heterogeneidade própria de uma FD, encontramos no *corpus* alguns textos que, apesar de filiados ao DFS, apresentam uma semântica global que os aproximaria, em certa medida, do DFO. Observemos:

(26) O significado de ser surdo:

*Não acordar com despertador

*Não ouvir a mãe chamar enquanto toma banho

*Não entender nada que o homem da padaria me pergunta

*Não saber nada da notícia que disse na Tv.

*Ter que perguntar para meus irmãos falar o que esta acontecendo na novela, jornal e etc. (Texto M)

O trecho acima, deslocado de seu co-texto (e de sua continuação), poderia ser considerado como difusor do DFO, de base clínica, uma vez que o locutor parece elencar situações em que a falta da audição é, pelo menos, desconcertante para ele. A surdez, à primeira vista, poderia ser aqui compreendida como um problema, uma lástima na vida do sujeito, tendo em vista as situações desagradáveis que propicia.

É de se esperar, assim, que a continuação desse texto, a exemplo de outros discursos de fundamentação ouvintista, interprete as situações acima como no mínimo sofridas. Contudo, o restante do texto nos surpreende, pois a sua continuação é o trecho colocado em (19), onde vemos a surdez ser redescoberta e ressignificada a partir da comunidade surda. Assim, o início do texto (reproduzido em 26), se comparado ao seu desenrolar (reproduzido em 19), poderia parecer um contra-senso.

No entanto, poderíamos postular que as situações de desconforto colocadas em (26) são resquícios do tempo em que o sujeito foi “vitimado” pelo ouvintismo, antes do seu envolvimento com a comunidade surda. Isso não nos parece ser, contudo, suficiente para esclarecer a posição colocada em (26). Ainda que tais posições sejam fruto do

tempo em que o sujeito, cercado apenas de ouvintes, freqüentava fonoaudiólogos e psicólogos, como que em busca de “cura” para o seu “mal”, isso não explica, de maneira satisfatória, o fenômeno discursivo (quase bipartido) que se coloca diante de nós. Lembremo-nos de que o sujeito teve a oportunidade de experimentar os dois mundos, para concluir, ao final: *É surda que me sinto feliz e contente* (19).

Defendemos, portanto, que a posição discursiva de se considerar *feliz e contente* como surdo (e não como tentativa de ouvinte) e, ao mesmo tempo, a de mostrar que dadas situações de vida são consideradas desconfortáveis diante da falta de audição compõem um discurso que, apesar de eleger a surdez como opção de vida, não deixa de perceber – e de manifestar – os seus efeitos em meio à vida entre os ouvintes.

Trocando em miúdos: estamos diante de uma outra vertente do DFS; uma vertente que não se abstém de apresentar os efeitos da surdez em meio à vida ouvinte, afinal, ainda que o sujeito conviva em comunidade, com outros surdos, ele ainda faz parte de uma família e de um mundo ouvinte. Tal vertente não se abstém, também, até mesmo de classificá-la como uma deficiência, embora estabeleça para esse vocábulo um estatuto diferenciado, como veremos na ocorrência (27).

É importante observar, contudo, que a posição de considerarmos, a partir da perspectiva de uma semântica global, alguns discursos como reveladores de vertentes pouco esperadas numa dada FD baseou-se na ocorrência de aparentes contradições (como a veiculação do termo deficiência) que pareciam aproximar tais vertentes de seu discurso contrário, apesar de eles certamente estarem alocados no DFS, como podemos observar em:

(27) Adimiro, o movimento surdez prosperar ainda mais, professores, doutores, motoristas, etc... como ver nada problema deficiência. (Texto C)

(28) Ser surda é o que me pergunto agora. Sinto uma pessoa normal igual aos ouvintes, só tenho uma deficiência nos meus ouvidos. Mas ser surda me fez ser grande pessoa para a comunidade surda e acho que nasci pra isso, ajudar os outros. [...] Sendo surda, nunca me senti muitos limites e sempre fui muito determinada ao fazer as coisas que os outros surdos achavam incapazes. [...] Por estar no século XXI, agora as coisas são mais fáceis para ser resolvidas. Conheço muitos surdos que tem idade avançada tiveram muitas dificuldades. [...] A minha experiência na vida surda, para contar isso tem que ser um livro, pois lutei muito pela causa surda e me considero uma dos militantes da comunidade surda e vou contar umas principais experiências. [...]. A minha família sabe a língua de sinais, isso foi fundamental para que eles puderem ajudar a lutar. [...]. Aos meus onze anos comecei a ter a liderança na comunidade surda como fundar o grêmio estudantil da escola, ir aos movimentos e protesto. O pior movimento de luta foi quando tinha 16 anos, o governo não quis colocar o ensino médio na escola Eldorado⁶⁷ (...). Ano passado realizei grande encontro de jovens surdos em Rio Vermelho⁶⁸ foi muito sucesso, o maior sucesso na minha carreira de liderança na comunidade surda. Hoje eu sou professora de Libras e ainda luto muito pelos direitos.
(Texto S)

(29) Ser surdo, não acho ruim ser surdo; me sinto igual aos outros ouvintes, deficientes diferentes formas mesmo tendo diferenças de comunicação, cor, formas físicas etc... (Texto J)

Como podemos perceber, nos trechos acima, a tematização da deficiência não se apresenta como uma “questão proibida” que deva ser combatida por ser representante do discurso contrário, o DFO. Relativizamos, assim, uma hipótese que construímos no início dessa investigação (relativa ao texto A): havíamos atribuído ao termo “deficiência” um valor de “signo de pertencimento” ao DFO. Contudo, pudemos averiguar que, quando se focalizam discursos em um campo ou em um espaço específico, o importante realmente não é a ocorrência ou não de dado tema ou vocábulo, mas, sim, o tratamento semântico que a ele se dá, como afirmam Pêcheux (1997) e Maingueneau (2005), ou ainda como propõe Orlandi (1998, p. 43): “as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem”.

⁶⁷ Escola fictícia para preservar o anonimato do informante.

⁶⁸ Cidade também fictícia.

Assim, é possível pensar que quando um tema aparentemente “imposto” pelo campo⁶⁹ e dificilmente compatível com o sistema de restrições globais de dada FD acaba sendo integrado a ela, ainda que marginalmente, será preciso então tratá-lo de acordo com a sua própria semântica global, ou seja, conferir-lhe um tratamento condizente com as regras de sua FD.

O texto C, por exemplo – completo nas ocorrências (04), (10) e (27) – não se esquiva ou nega o tema da deficiência, mas o redimensiona em seu discurso, tratando-o de acordo com a sua semântica global. Busca-se, assim, reconstruir o valor semântico do lexema “deficiência”, a partir da negação do simulacro construído pela sua própria FD, ou seja, é desconstruindo o simulacro que o DFS faz do termo deficiência, como *subhumanidade* ou *inferioridade*, que o texto constrói uma nova significação para ele – desconsiderando também, obviamente, a significação do termo no DFO. Assim, nega-se o simulacro da deficiência como inferioridade e atesta-se tal negação com um exemplo próprio, o de ser orador da turma da faculdade (10), ainda que surdo. Ao fim (27), arremata-se dizendo que, como o próprio interlocutor pôde perceber, a deficiência não é um problema, ou seja, “não é o que pensam”, haja vista os exemplos dados no texto (surdos professores e doutores), alcançados pelo crescimento do *movimento*, o que desestabiliza a significação de tal termo tanto no DFO, quanto no DFS.

No trecho (28) o caráter de deficiência é bem localizado – nos ouvidos – , nada mais. Mas aqui ele ocorre (ao passo que em outros discursos do DFS ele costuma ser negado) e é preciso compreender essa ocorrência.

⁶⁹ Maingueneau (2005, p. 87) considera que alguns temas possam ser impostos pelo campo. Segundo ele: “Por definição, os temas que não são impostos pelo campo discursivo podem estar ausentes de um discurso, mas aqueles que são impostos podem estar presentes de maneiras muito variadas: um tema imposto que é dificilmente compatível com o sistema de restrições globais será integrado, mas marginalmente, enquanto que um tema imposto fortemente ligado a esse sistema será hipertrofiado”.

Ao falar de si, o sujeito colocado em (28) parece colocar os outros surdos em lugares desprivilegiados. O locutor se projeta como alguém que *nasceu para ajudar os outros*, que nunca sentiu *muitos limites* e sempre foi *muito determinada ao fazer as coisas que os outros surdos achavam incapazes*. Ora, se os “outros” precisam ser ajudados, não são determinados e se acham incapazes, é preciso que alguém “acima da média” milite na comunidade para levá-los adiante. O que vemos aqui, de maneira subliminar, mais uma vez, é a bipolarização entre surdos e (outros) surdos, ou seja, existem os surdos que militam pela causa surda, que ajudam, e existem os surdos que precisam ser ajudados. É essa (dupla) imagem que se constrói. Dessa vez, o conceito de deficiência parece querer enaltecer as qualidades que o locutor confere a si mesmo, ou seja, “apesar de deficiente” eu sou desta e daquela maneira e posso colaborar com os outros que não o são.

Uma relação interdiscursiva com a história aparece no intradiscurso quando o locutor aponta melhoras para os surdos no presente, em comparação com o passado (*Por estar no século XXI, agora as coisas são mais fáceis para ser resolvidas. Conheço muitos surdos que tem idade avançada tiveram muitas dificuldades*). O “eu-aqui-agora”, assim, se mostra vantajoso em relação ao “ele-lá-então”. Demonstrando esse saber (ou tirando essa conclusão), o sujeito se coloca não apenas como conhecedor da história do seu povo, mas também como um sujeito “antenado” nas relações entre passado/presente, fazendo jus ao seu papel de “líder”.

A partir de tal conduta discursiva, o locutor projeta sobre si um *ethos* de competência e dedicação que pode ser percebido não apenas no nível da enunciação, por meio do tom de satisfação consigo mesmo que atravessa seu discurso, mas também no nível do enunciado, quando ele se coloca como uma *grande pessoa* para os outros, por exemplo. E apesar de querer se mostrar “acima da média” na comunidade, o locutor

procura usar um tom moderado ao se descrever, tom esse que condiz com o seu papel manso e forte de líder, de “condutor de ovelhas” na comunidade surda.

O texto S (28), assim, filiado ao DFS, evoca, explicitamente, a temática da luta (que fica implícita no trecho 18), ao apresentar seu locutor como alguém engajado no movimento surdo, enfatizando diversas vezes a sua participação em “movimentos de luta” em prol da comunidade, como em: *pois lutei muito pela causa surda [...]; o pior movimento de luta foi quando [...] e e ainda luto muito pelos direitos*. Luta supõe embate e confronto, mas também empenho e esforço. O esforço aqui não nos parece ser apenas em prol dos direitos surdos, mas também em prol da sua própria *carreira de liderança na comunidade surda*, ou seja, em seu próprio benefício.

E quando falamos em luta no âmbito social, não há como escapar de adentrar o espaço das “lutas de classes”, caracterizadas pelo confronto entre opressores e oprimidos, ou entre os beneficiados e os injustiçados. Muitos consideram a luta de classes como a força motriz por trás das grandes revoluções na história.

Se pensarmos na oposição surdos/ouvintes e na postulação segundo a qual “a ideologia dominante é a da classe dominante”, como nos diz Fiorin (2006, p. 26), podemos supor que a luta pelos direitos é também uma luta pela representação dos sujeitos na sociedade, quer dizer, o movimento político pode redesenhar a imagem da surdez na sociedade. Pode pressionar a “ideologia dominante”, pode enfraquecê-la ou evidenciar a sua limitação. A luta de que nos fala o trecho (28) é, portanto, uma luta em busca do poder, pelo menos em uma das vertentes do DFS.

Apesar de tratarmos aqui de diferentes vertentes do DFS, o que atesta, antes de mais nada, a heterogeneidade própria de uma FD, não julgamos oportuno nomeá-las, aprofundá-las ou descrevê-las sistematicamente no presente estudo, uma vez que, além de estarmos trabalhando com um *corpus* relativamente pequeno para isso (mas

apropriado a uma pesquisa de mestrado), não temos a pretensão de esgotá-lo, nem de apresentar verdades sobre ele, como foi dito anteriormente. Contentaremos-nos, contudo, em apresentar, na discussão dos resultados, um tratamento estatístico que objetiva simplesmente organizar as informações que estão sendo construídas.

A hipótese da dispersão das FDs procura apenas mostrar que alguns discursos, apesar de aparentemente apresentarem contradições, indicam uma semântica global que os aloca no DFS. Afinal, como já afirmamos, não podemos supor que as FDs resultem em discursos compactos e homogêneos que se distingam de outros de uma vez por todas. Não podemos perder de vista a complexidade inerente aos sistemas discursivos, como nos alerta Maingueneau (2005).

O texto a seguir, por exemplo, pode ser considerado como mais um exemplo do que acabamos de dizer, pois apesar de estarmos certamente diante de um discurso engajado, em prol do povo surdo, percebemos nele marcas contraditórias, que poderiam aproximá-lo do DFO:

(30) Ser Surda-muda é uma rica constituição do ser como pessoa surda-muda. Agradeço a Deus todos os dias por me dar os dons de ser como pessoa surda-muda. Com esta constituição eu posso utilizar a língua de sinais que é tão expressiva e emocionante como todas as outras línguas. Posso usar os meus olhos para ver, observar, olhar, “sentir os sons inimagináveis”, usando os potenciais, percepções visuais, onde todos os signos lingüísticos podem ser transformados em signos visuais, decodificando cada parte em um todo até transformar o todo em partes. Posso utilizar todos os aparatos visuais até no processo mental em diversos discursos na interpretação e tradução em qualquer língua da modalidade escrita. Amo demais a minha “experiência visual” e não posso viver sem ela. Os meus olhos são as minhas luzes do meu caminho. A minha surdez é uma experiência visual e sou feliz com ela, independente da terminologia que a surdez carrega. [...] A surdez é o sinônimo da “experiência visual” e isso eu posso usar esta terminologia para desmitificar os significados negativos que personificam sobre eles. A “experiência visual” é tão importante e rica em todos os sentidos. Amo a minha experiência visual [...]. (Texto T).

Partindo da semântica global, percebemos que todos os planos discursivos do trecho (30) parecem convergir de forma a situá-lo no DFS. A surdez é apresentada

como uma dádiva, como uma forma única e imanente de constituição daquele ser. Dotado de considerável eloquência e de perceptível emoção, o texto acima evoca uma “voz” branda e verdadeira que nos confia a sua paixão pela surdez. O tom de agradecimento e satisfação que atravessa o texto parece conferir a alguns enunciados “ares de louvor” que os aproximam do discurso religioso (*agradeço a Deus todos os dias por me dar os dons de ser como pessoa surda-muda; amo demais a minha “experiência visual” e não posso viver sem ela; os meus olhos são as minhas luzes do meu caminho*).

Nessa atmosfera, o locutor, valendo-se do *pathos* mais do que do *ethos* ou do *logos*⁷⁰, relata as dádivas que a surdez pôde lhe oferecer, como a língua de sinais e as percepções visuais, que lhe permitiram fazer dos seus olhos canais abertos de comunicação com o mundo, levando-o até mesmo a *sentir os sons inimagináveis*, em um processo sinestésico que parece reconfigurar os sentidos, revelando que *aparatos visuais* realmente lhe possibilitam uma experiência de vida através dos olhos.

A repetição da expressão “experiência visual”, que aparece cinco vezes no trecho acima, pode ser justificada a partir do significado que o locutor lhe atribui: sinônimo de surdez. Constantemente veiculada nos textos acadêmicos sobre surdos (em todo o mundo), tal expressão pode ser caracterizada como um “signo de pertencimento” ao DFS, tamanha é a sedimentação de seus sentidos nessa FD, ou seja, “experiência visual”, por si só, já diz mais que dezenas de palavras. E apesar de enunciados como *a minha surdez é uma experiência visual* ou *a surdez é o sinônimo da “experiência visual”* terem sido possivelmente “destacados” de algum “lugar” na memória discursiva do sujeito falante, dificilmente poderíamos prever a sua origem, tamanha é a sua

⁷⁰ Ao valor demonstrativo do discurso – o pólo do *logos* – a retórica aristotélica ajunta dois outros componentes: o caráter ou os hábitos (conduta, moral) do orador – o *ethos* – e a disposição ou estado passional do auditório: o *pathos*. Os três pólos co-ocorrem no discurso, mas podem ter pesos diferentes. (cf. ADAM, 1999).

utilização. Nós mesmos nos valem de enunciados similares no primeiro capítulo deste estudo, sem conseguir precisar a fonte exata.

Nos estudos desenvolvidos por Maingueneau (2006, p. 72), enunciados como os citados acima poderiam ser compreendidos como “enunciados destacados”, isto é, como enunciados que funcionam como uma espécie de “fórmula” destacada de um texto/discurso para marcar um posicionamento específico. Nesse caso, é importante considerar as condições que permitem que dados enunciados – ou mesmo expressões – sejam “destacáveis”, e outros(as) não. A expressão “experiência visual”, acreditamos, tem a sua característica de “destacabilidade” garantida devido ao fato de ela ser capaz de condensar, de forma curta e precisa, o ponto de vista do locutor sobre as questões da surdez, isto é, aqui ela não é de antemão um estado, nem uma condição, ela é uma experiência de vida através dos olhos, dando destaque ao valor da *experiência* como algo singular, que uns têm e outros não.

Para o sujeito que a enuncia, tal expressão pode desmitificar os significados negativos que incidem sobre o termo “surdez”, ou seja, percebemos aqui a defesa de que a vida pode ser experimentada tanto pelos ouvidos, quanto pelos olhos, sem distinção. “Surdez”, assim, seria o *estado de vida* que possibilita a interação do sujeito com o mundo através dos olhos. Uma forma outra de ser e estar no mundo. Parece-nos que para o texto (T), como afirmam Perlin & Miranda (2003, p. 219), ser e estar sendo surdo é um aspecto vivencial, “ser surdo é uma questão de vida”. Argumento radicalmente contrário à concepção de surdez como “deficiência”.

Mesclado ao tom de louvor, o locutor manifesta ainda um tom de sabedoria, quando o uso de jargões acadêmicos como “*signos lingüísticos*”, “*processo mental*”, “*interpretação*” e “*tradução*” sugerem que a voz que nos fala não ressoa apenas da comunidade surda, mas da própria academia, indicando um saber específico que deriva

do seu papel de doutoranda (*atualmente sou doutoranda em educação*), como nos dirá na continuação do texto (T) – vide anexos.

Embora a locutora de (30) certamente manifeste um DFS, surpreendemo-nos diante da forma pela qual ela se auto-referencia em seu discurso: *surda-muda*. Vimos que nos Estudos Surdos tal expressão costuma ser compreendida como pejorativa, e os trechos (13) e (15) convergem para essa idéia. Diante dessa expressão, uma hipótese simplista seria dizer que tal uso demonstra ignorância diante das questões surdas ou que pode ser indício de filiação ao DFO. Todavia, diante de um texto que “louva” a “experiência visual”, como o (30), tal hipótese não se sustentaria. Como explicar, então, tal ocorrência?

Aqui se justifica o nosso investimento na questão da dispersão das FDs (e na posição de nos valermos também dos Estudos Surdos, no processo de análise). Acreditamos que o uso do termo acima parta de uma tendência do DFS que considera importante, para os surdos, resgatarem o seu caráter de mudo. Trata-se de um saber defendido em uma vertente, e não na FD como um todo. Recentemente, Campello (2008)⁷¹ tem feito uso dessa terminologia, justificando que omitir o vocábulo “mudo” em “surdo-mudo” é querer normalizar os surdos diante dos ouvintes, ou seja, a expressão “surdo-mudo”, para a pesquisadora, visa esclarecer que os surdos podem, sim, portar-se como mudos diante da língua oral. A ideologia que governa esse preceito nos indica uma conduta de vida que busca reagir à oralização, pelo menos segundo a visão da autora:

⁷¹ Pesquisadora surda.

A questão da terminologia surda-muda é uma questão de identidade e dos sinais convencionados pela comunidade Surda-Muda. No tempo do colonialismo, com a idéia do Congresso de Milão e da propagação do “oralismo” dividiu muitas identidades das pessoas surdas-mudas. A palavra composta e sua essência Surda-Muda foi retirada (Muda) para entrar no espaço de “normalidade” Esse espaço da normalidade nunca existiu entre nós. Fomos subjugados, forçados a ser normais, mas continuamos sinalizando sem usar o recurso da fala ou da oralização. Na verdade, os surdos-mudos têm orgulho de serem chamados assim. O próprio ouvintismo criou a imagem de estereótipo para dissimular que a oralização é importante para a comunidade surda-muda, o que não é verdade. O oralismo é uma ilusão. Assim como os “brancos” que tentam reverter a cultura dos “negros”. (CAMPELLO, 2008, p. 18).

O que a autora nos indica na citação acima é que a mudez dos surdos, perante a palavra vocalizada, não deve ser vista como um defeito a ser consertado. Assim, o termo “surdo”, sem o “mudo”, pode ser entendido como uma manobra dos oralistas, visando à entrada dos surdos no espaço da normalização.

No nosso entender, é preciso usar tal expressão com muita cautela. Primeiramente porque sentidos prévios, ligados à nossa memória discursiva, costumam ser evocados por ela, pois ainda que a mudez evocada pela autora se restrinja à *palavra vocalizada*, tal caráter não é evidenciado a priori. É preciso esclarecer aqui que, quando o lexema “mudo” se associa a “surdo”, tal mudez acaba sendo entendida por muitos como silêncio da mente e do espírito; como incapacidade de exteriorização da palavra que, pretensamente mal concebida, só pode também ser mal manifesta, ou seja, o termo “mudo” acaba por simbolizar uma suposta *incapacidade para linguagem de maneira geral*, incluindo aí a língua de sinais. Com isso, a LS acaba sendo reduzida por alguns a um conjunto de gestos, sem valor lingüístico. Por essas razões, sustentamos que o surdo realmente não é mudo, quando consideramos que ele se exprime (“fala”) por meio da LS, que é uma forma genuína de expressão lingüística, tanto quanto a expressão oral, “vocalizada”.

Todavia, acreditamos que é no embate de idéias e saberes que o conhecimento se constrói. É a partir da postulação de novas (ou velhas) idéias que a reflexão acontece

e o saber avança. O discurso (30) pode ser considerado como uma vertente mais radical do DFS; uma vertente que se alimenta de saberes produzidos pelos próprios sujeitos surdos, pois é possível dizer que o texto (30) delinea, no intradiscurso, postulações advindas de uma relação interdiscursiva estabelecida com a autora citada – Campello (e com a vertente que ela representa), indicando um desejo de redefinir questões tidas como definidas.

A partir da hipótese das diferentes vertentes no DFS podemos supor que parece não existir uma *essência surda* a ser projetada, uma única e verdadeira forma de *ser surdo* pretendida pelo grupo. As imagens construídas nesse percurso de vida são muitas e fragmentadas entre si. E apesar de não ter sido possível refletir sobre as diferentes vertentes discursivas apresentadas pelo DFO, devido sobretudo ao baixo número de ocorrência dessa FD no *corpus* desta pesquisa, certamente o mesmo fenômeno se estabeleça por lá, uma vez que estamos diante de uma propriedade que caracteriza os discursos de maneira geral, não apenas o DFS.

Embora não seja possível apresentar a “verdade sobre a surdez”, é preciso admitir que essa possibilidade impulsiona alguns sujeitos na busca pela “essência surda”, tida como única e verdadeira, diante da qual outras formas se mostrariam fantasiosas, como nos indica o excerto abaixo:

(31) Lembrei de falar uma coisa, tenho lhe mostrar por exemplo Deus é único verdadeiro, deuses é imagem outros, igual “Surdo”. (Texto I)
--

Evocando a imagem do Deus (cristão) que veio para dissipar os deuses pagãos, o texto (I) apresenta uma única e verdadeira forma de ser surdo, a saber, Surdo como sujeito não-ouvintizado, envolvido com a comunidade e usuário de sinais, haja vista os trechos (12) e (15) que o complementam. Os “escolhidos”, assim, são grafados com o

“s” maiúsculo que, simbolizando questões de ordem ideológica, seria uma espécie de marca gráfica que os separaria dos demais. Vemos aqui, uma vez mais, a polarização entre surdos e (outros) surdos e, novamente, a presença de um discurso religioso no interdiscurso.

Nesse ponto, podemos supor que é na relação com diferentes “outros” (ouvinte / deficiente auditivo / Surdo) que o surdo constrói visões específicas e modos de ser particulares que acabam por constituí-lo. Assim, como afirma Maher (2001), a identidade (discursiva) seria um construto sócio-histórico por natureza e, por isso mesmo, um fenômeno essencialmente político, ideológico e em constante movimento.

Chegando ao fim de uma análise pormenorizada do *corpus* – dados mais generalizados e sistemáticos serão apresentados na discussão dos resultados – concluímos que a primeira impressão que tivemos do *corpus* no início desta investigação realmente se sustenta: a maioria dos textos que compõem o *corpus* da pesquisa filiam-se ao DFS, enquanto uma pequena parcela filia-se ao DFO, em um indício claro de enfraquecimento do discurso de fundamentação ouvintista. Isso não exclui, por outro lado, a presença de enunciados de uma FD no âmbito da outra, como também vimos no decorrer da análise, dada a heterogeneidade constitutiva de uma FD.

Por fim, é importante demonstrar que independentemente da forma de *ser surdo*, a maioria dos locutores do DFS busca demonstrar satisfação e contentamento diante da condição que os fez experimentar a vida através dos olhos. Mais de 50% dos textos apresentam pelo menos um enunciado (quase sempre como fechamento) no qual o tema da felicidade se apresenta. Os trechos abaixo nos revelarão desde um agradecimento a Deus pela condição da surdez até um contentamento tal que proporciona ao sujeito força interna diante da discriminação:

- (32) Gosto de ser surda e tenho orgulho disso! (Texto B)
- (33) Se surdo é a pessoa não ouve porém sente feliz. (Texto C)
- (34) [...] comecei convivi com os surdos, eu descobri sou identidade surda, sou uma pessoa muito feliz. (Texto F)
- (35) Para mim esta bem a vida não tenho problema ser surda. Isso foi difícil por na rua que a pessoa se zomba e discrimina e excluir mas eu dou a força para mim porque eu estou feliz que já tem comunidade surda do Brasil. (Texto G)
- (36) E surda que eu me sinto muito feliz e contente. (Texto M)
- (37) Eu fico feliz ser surda porque toda minha família é surda (Texto Q)
- (38) [...] sou feliz por surda. (Texto R)
- (39) A minha surdez é uma experiência visual e sou feliz com ela. (Texto T)
- (40) Sou surda, sou feliz! Foi que Deus me criou, obrigada. (Texto U)

Os discursos acima veiculam emoção (procuram agir sobre o interlocutor, sobretudo pelo viés do *pathos*), podendo ser caracterizados como detentores de uma estratégia argumentativa muito eficaz, uma vez que, se bem conduzida, tal estratégia pode “desarmar” os interlocutores, diminuindo resistências prévias e colaborando para a aceitação de argumentos e imagens construídas pelo locutor. Vemos a imagem de sujeitos “bem-resolvidos”, construída em muitos textos, erigir-se agora volumosa diante de nós, a partir do argumento cabal da felicidade. A felicidade pode ser o argumento mais eficaz dos locutores do DFS. Afinal, contra a felicidade, que argumento se pode apresentar? Talvez o de Quintana: “Quantas vezes a gente, em busca de aventura/ Procede tal e qual o avozinho infeliz:/ Em vão, por toda parte, os óculos procura/ Tendo-os na ponta do nariz!”.

3.4. Discussão dos resultados

Na seção anterior, os dados foram analisados em função dos recortes que julgamos pertinente realizar a partir dos objetivos propostos. Agora, resta-nos sistematizar os principais resultados das análises, compreendendo melhor o *corpus* da pesquisa como um todo e estabelecendo relações mais explícitas entre ele e as questões teóricas levantadas anteriormente.

Compreendendo os vinte e um textos que compõem o *corpus* (ver anexo) a partir da perspectiva de uma semântica global, é possível concluir que dezessete deles se fundamentam em uma FD lingüístico-antropológica ou de *fundamentação surda* enquanto apenas quatro parecem advir, de fato, de uma FD clínica ou de *fundamentação ouvintista*, em um indício claro de enfraquecimento dessa última FD no campo em análise. Esse resultado, de certa forma, não nos surpreende se considerarmos que os textos foram escritos por surdos com maior grau de escolaridade (universitários) que, pelo menos em tese, são mais “esclarecidos” no que tange à sua própria condição. A figura 1, a seguir, ilustra esses dados.

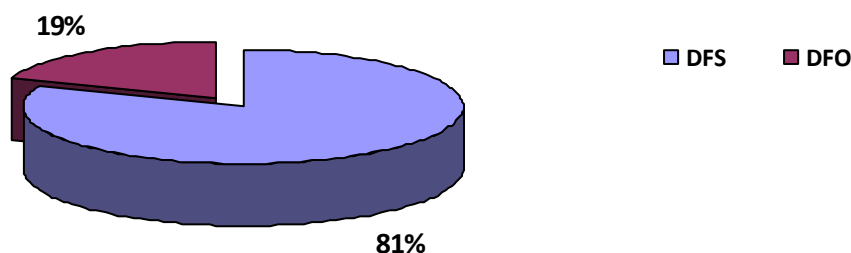


Figura 1 – Distribuição das FDs

Supomos que, no futuro, com tal enfraquecimento, o DFO venha a desaparecer. O DFS se veria, assim, diante da necessidade de reordenar a sua existência no campo, reconfigurando seu modo de funcionamento, pois, atualmente, a sua existência (como discurso segundo) depende, em grande medida, da existência do DFO (como discurso primeiro), conforme vimos.

Embora a maioria dos discursos analisados se filie ao DFS, muitos deles, de alguma forma, resgatam o DFO, pois pode se dizer que é a partir de uma relação interdiscursiva (polêmica) com o DFO que muitos deles se constituem. O intradiscurso, assim, pensado a partir do *campo discursivo* (da surdez), possibilita, através do “outro”, a constituição do “mesmo”, evidenciando entre as FDs do espaço discursivo por nós recortado, uma fronteira porosa que possibilita trocas.

É a partir da possibilidade de uma “fronteira porosa” (que permeia as FDs em jogo) que alguns discursos do DFS apresentam a propriedade de evocar temas ou vocábulos que seriam próprios do discurso contrário. Isso nos indica, de antemão, que a “imagem” do ser surdo produzida por essa FD não é una, mas multifacetada.

Sem a pretensão de exatidão ou de exaustão, poderíamos dizer que, no presente estudo, o DFS parece subdividir-se em pelo menos cinco vertentes: a primeira (e mais recorrente nesse estudo) define a surdez a partir da *negação do seu outro*, ou seja, a partir daquilo que ela não é (textos *C, D, E, F, G, H, I, N, U*); a segunda a define como lugar de *identificação e conforto* (textos *B, L*); a terceira a considera um *privilegio advindo de uma condição familiar*, por isso mesmo bem-vinda e facilitadora (textos *Q* e *R*); a quarta não deixa de perceber os efeitos da surdez em meio à vida ouvinte, sem excluir ou problematizar explicitamente o termo “deficiência”, apesar de apresentar uma visão renovada para ele (textos *J* e *M*); por fim, a quinta e última pode ser considerada como uma vertente de alguma forma mais radical, seja quando vê a surdez como arena

de luta sócio-ideológica, seja quando a “louva” ao mesmo tempo em que investe na tentativa de apagar eventuais marcas ouvintistas de suas paragens (textos *S* e *T*). Contudo, é bom não perder de vista que tais vertentes “comunicam-se” entre si, isto é, uma vez que fazem parte de uma mesma FD apresentam uma movimentação fluida e constante.

Serão os pontos de precisão entre as várias vertentes (como, por exemplo, a posição de se considerar a surdez como um “motivo de felicidade”), associados à instauração de certa identidade discursiva que nos mostrarão que uma FD contém em si o princípio de sua coerência, isto é, que ela unifica discursos de alguma forma distintos, ao mesmo tempo em que preserva tal heterogeneidade, o que é, aliás, próprio de uma FD. Lembremos que, embora uma FD determine *o que pode e o que deve ser dito*, ela constitui uma realidade heterogênea por si mesma, o que significa que seu fechamento é fundamentalmente instável, deslocando-se em função dos embates da luta ideológica (COURTINE, 1981, p. 49). No entanto, uma FD pode “mostrar”, deixar entrever toda a heterogeneidade que está na base mesma da sua constituição (ou seu dialogismo, como propõe o Círculo de Bakhtin), criando um efeito de sentido de polifonia (como em um “embate” de vozes) ou, ao contrário, buscar apagá-la, construindo um efeito de sentido de monofonia (as vozes se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz), como propõe Barros (1997, p. 35) na sua releitura de Bakhtin/Voloshinov.

Assim, a partir do postulado das vertentes, podemos considerar a FD lingüístico-antropológica ou de fundamentação surda como polifônica ou **plurifocal** (no dizer de Maingueneau), confirmando uma hipótese que levantamos no capítulo II, ao sugerir que, provavelmente, estaríamos, neste trabalho, diante de FDs **plurifocais** – máxima que pôde ser constatada em relação ao DFS, como ilustra a figura abaixo:

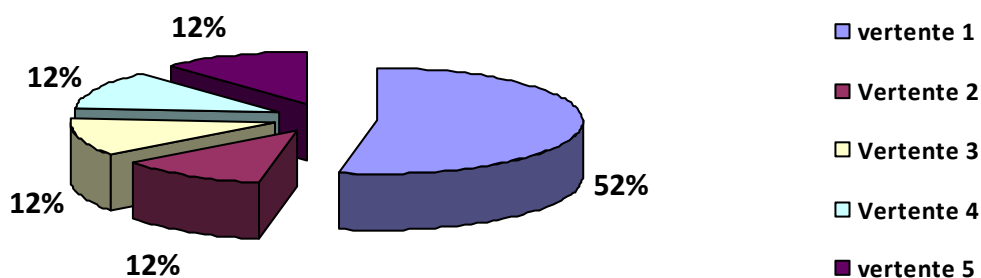


Figura 2 – Composição da FD de fundamentação surda

Como podemos perceber, a partir da figura acima, a maioria dos discursos (vertente 1) da FD de fundamentação surda (ou lingüístico-antropológica) investe na posição de definir-se a partir da negação do seu outro no espaço discursivo. A minoria (vertente 5) parte de uma postura dita radical (se comparada a outras vertentes), buscando a luta social ou a redefinição de espaços e fronteiras.

Como vimos, a presença do outro, no *corpus* da presente pesquisa, pôde ser percebida, sobretudo, a partir de uma heterogeneidade constitutiva, em uma clara indicação do predomínio do interdiscurso sobre o discurso, como propõem Maingueneau e Courtine, entre outros autores.

Mas diversas foram também as manifestações da *heterogeneidade mostrada* no presente estudo, evidenciando formas distintas de incidência e localização do “outro” no “mesmo”. Marcas como a *polifonia* (através da presença de distintos enunciadores na “fala” de um mesmo locutor), a *citação* (de especialistas), o uso de *aspas* (sinalizando a alteridade da palavra), a *ironia* (como índice de polifonia) e principalmente a *negação* (que desconstrói, ao mesmo tempo em que desconstrói), revelam aqui não apenas formas de se localizar o “outro” no “mesmo”, mas também o modo de funcionamento do discurso, indicando um comportamento versátil dos surdos na LP. Em outras

palavras: a possibilidade de distintos arranjos interdiscursivos, na escrita dos surdos, indica fios intradiscursivos bem tecidos e, por isso mesmo, bem tramados.

Em relação ao tratamento temático e lexical apreensível nos discursos, vimos a importância de se compreender o discurso a partir de sua semântica global, o que nos permitiu verificar que a simples ocorrência de um vocábulo ou de um tema não determina, por si só, o posicionamento discursivo. Pensar nesses itens (léxico e temas) a partir de outras categorias (como o *ethos* e o interdiscurso, por exemplo) possibilita ao analista vislumbrar melhor os fatores que garantem a coerência de um discurso e que, ao mesmo tempo, supõem a competência (inter)discursiva dos sujeitos. Categorias como “deficiência”, “normalidade” e “silêncio” puderam assim ser reconstruídas a partir das especificidades de cada FD.

Se formos apontar um macro-tema determinante em cada discurso, chegamos, facilmente, aos temas da “normalidade na diferença”, no DFS, e da “rejeição”, no DFO. Em tais temáticas, os semas /conformidade/, /identidade/, /coletividade/ e /felicidade/ parecem melhor caracterizar o primeiro discurso, enquanto o segundo pode ser caracterizado pelos semas /inconformidade/, /solidão/ e /sofrimento/. Silenciamentos de ordens diversas ainda aparecem no DFO, caracterizando, provavelmente, algum desconforto dos sujeitos diante da temática da surdez, o que resulta em uma espécie de censura que impede a circulação dos sentidos localmente.

A partir daí, pensando nas possíveis *formas de ser surdo* no DFS e na projeção de imagens do ser surdo e da surdez apreensíveis, de acordo com as análises do *corpus* realizada no item anterior, é possível chegar às seguintes possibilidades:

1. Formas de ser surdo no DFS	Questão/imagem evocada
1.1 A “normalidade surda” busca impor-se perante a “normalidade ouvinte”.	Desejo de imposição social de uma norma surda
1.2 A partir da definição do que não são, os surdos constroem, por oposição, o que são.	Constituição do “ser” (surdo) a partir da recusa do “não ser” (ouvinte ou ouvintizado).
1.3 Surdo é a forma pela qual os sujeitos preferem ser tratados. Outras formas são tomadas como pejorativas e produzem efeitos negativos nas tramas do poder.	Vinculação entre a designação e as relações de poder estabelecidas entre os surdos e a sociedade.
1.4 “Descobrir-se surdo” significa não ser subjugado pela “normalidade” alheia, transformando-se em surdo liberto.	Imagem da “desouvintização da identidade”, ao se considerar melhor ser um surdo completo do que um ouvinte desajustado.
1.5 Ser filho de surdo(s) costuma ser considerado um privilégio.	Posição de que entre os surdos a surdez é o padrão ambicionado.
1.6 Na comunidade, líderes encabeçam um movimento de luta.	Focalização do embate sócio-ideológico e do desejo de poder.
1.7 A “experiência visual” é uma dádiva, que precisa ser agradecida.	Consideração da vantagem surda sobre os não-surdos.
1.8 Satisfação diante da surdez.	Imagem da felicidade na surdez
2. Formas de ser surdo no DFO	Questão/imagem evocada
2.1 Os sujeitos se vêem como isolados, presos no silêncio.	Imagem de solidão.
2.2 Interdições de ordem distintas podem causar silenciamentos.	Imagem de censura sobre a surdez.
2.3 A surdez pode ser vista como uma característica que causa inconformidade e sofrimento.	Imagem de amargura e de sofrimento

Quadro 4

Assim, ser surdo no DFS é balizar-se por uma “norma surda”, recusando representações ouvintistas e fomentando o desejo de respeito e de ascensão ao poder, no âmbito social, através do tema da luta. Ser surdo, no DFO, é sentir-se solitário e censurado (talvez por si mesmo) diante da temática da surdez, indicando que sofrimentos são causados por ela.

Como podemos perceber, as questões evocadas por um e por outro discurso parecem opor-se, sendo determinadas, em certa medida, pela construção de um locutor típico em cada um deles. Assim, refletindo sobre o *estatuto* que o locutor confere a si mesmo (e ao seu interlocutor) para legitimar o seu dizer, em cada discurso, chegamos, no DFS, a um locutor muitas vezes militante ou ardoroso, que mantém uma relação privilegiada com o saber moderno sobre o *ser surdo*. Tal locutor se coloca como integrado a uma coletividade e veicula certa dimensão institucional ao seu dizer.

A *forma de ser* (surdo) pode ser definida a partir de uma maneira específica de se colocar no discurso. Maingueneau (2008), inspirado em Barthes, define a noção de *ethos*, como uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser*. Para pensar aqui numa espécie de *ethos coletivo* dos sujeitos que enunciam a partir da DFS, podemos supor que os discursos analisados partem de um tom de *apresentação* e de *explicação* que colabora para o clima de construção e de desconstrução de imagens que se estabelece nos discursos. Os textos se mostram objetivos e passam tal segurança enunciativa que a impressão que temos, realmente, é de estarmos diante de verdades, pelo menos, verdades que governam a vida dos sujeitos. O *ethos* que se projeta nesse discurso é o de sujeitos *bem resolvidos*.

Tais sujeitos se portam, pois, como uma espécie de *ator coletivo*, que enuncia de um lugar específico e bem definido: a comunidade surda. Lembramos que, para a AD, a instituição discursiva é composta por duas faces, uma social, outra lingüística.

Existe, assim, um “lugar enunciativo” previsto pela topografia social que determina “de onde” o texto fala. No presente caso, ele parece ressoar diretamente da coesão de uma comunidade. Nesse sentido, não seria demais dizer que em alguns momentos o locutor típico do DFS pode transparecer a pretensão de se portar como porta-voz de uma coletividade

A partir daí, os textos se apresentarão como um processo de comunicação entre tal comunidade e demais pessoas não-versadas nas questões surdas, ou melhor, não versadas nas questões do DFS, visto que, muitas vezes, o texto parece pressupor um interlocutor conhecedor do discurso contrário, o DFO, fato que leva o locutor a argumentar a partir da desconstrução de imagens supostamente prévias (*ethos* pré-discursivo).

Ao locutor do DFO, ao contrário, não é possível atribuir nenhum tipo de inscrição social, uma vez que ele se apresenta quase sempre como um ser solitário e sofrido que expõe a sua angústia, seja através do desejo de se ver objeto de compaixão, seja através dos interditos que silenciam temáticas em seu discurso. Nessa segunda FD, espera-se do co-enunciador um papel de confidente que apenas ouve e compreende. Aqui, o *ethos* apreendido é o da *amargura*.

Como se pode perceber através do quadro 4, as imagens produzidas pelos locutores do DFS mostram-se mais complexas do que as imagens produzidas pelos locutores do DFO. Refletir sobre as implicações práticas e sociais relacionadas a isso, no entanto, é assunto para uma outra pesquisa. Por ora, ficaremos apenas no campo da construção imagética e discursiva. O quadro a seguir ilustra a oposição de imagens que pode ser construída a partir do confronto dos dois discursos.

Oposição de imagens	
Discurso de Fundamentação Surda	Discurso de Fundamentação Ouvintista
Normalidade surda	Deficiência ouvinte
Noção de comunidade	Solidão e exclusão
Independência e liberdade	Subordinação à tentativa de adequação
Afirmação de felicidade	Afirmação de sofrimento
<i>Ethos</i> de sujeitos bem resolvidos	<i>Ethos</i> de sujeitos amargurados

Quadro 5

O que vemos, então, é a representação (teatral, mesmo) de uma coletividade sendo regida pelo viés da ideologia. É a partir de questões de fundo ideológico que os sujeitos, em cada FD, se representam dessa ou daquela maneira. É por experimentar a vida através dos olhos (no caso do DFS), em conjunto com os seus parceiros lingüísticos, que os locutores podem *vivenciar* uma ideologia voltada para questões pertinentes a si e ao grupo. Nesse caso, a ideologia deixou de ser apenas operatória, não-temática, como propõe Ricoeur (1987), para se tornar também objeto de reflexão. Assim, a ideologia, nos discursos analisados, parece-nos ser constituída primordialmente por uma *forma de viver no mundo*, mais do que por uma *forma de ver o mundo*.

A título de síntese, reproduzimos a seguir o roteiro de análise, apresentado no início deste capítulo, elencando os principais resultados obtidos a partir dele. No presente estudo, analisamos:

- *As relações interdiscursivas, pensadas a partir da delimitação em campos e espaços discursivos, verificando a ocorrência (ou não) da oposição discursiva determinada para tal espaço e buscando apreender as “marcas” da presença do outro em cada uma das FDs consideradas.*

A hipótese da interação polêmica entre as FDs do espaço discursivo determinado para este estudo pôde ser confirmada, evidenciando que é sobretudo a partir do DFO que o DFS se constitui. Além da interação polêmica (e interdiscursiva) observada entre elas, observamos ainda que outras formações discursivas “atravessam” o espaço em questão. Trata-se de uma FD religiosa, uma FD do senso comum sobre a surdez e uma FD acadêmico-científica. A FD acadêmico-científica aparece apenas no DFS, interagindo com ele de maneira harmônica, na medida em que dota de autoridade e de *efeitos de verdade* os discursos produzidos.

De maneira semelhante, a FD religiosa atravessa os dois discursos do espaço, mantendo com eles uma relação de conformidade e de complementaridade. Quanto à FD do senso comum, é possível dizer que dadas às suas semelhanças com a FD clínica/de fundamentação ouvintista, a interação daquela com esta se dá de maneira pacífica, complementar, ao passo que o “diálogo” com o DFS se dará de maneira conflituosa (polêmica). Acreditamos poder afirmar que, no presente estudo, a FD clínica/de fundamentação ouvintista e a FD do senso comum se imbricam de tal maneira que a primeira parece constituir a segunda, ou ser absorvida por ela. Sem dados suficientes para determinar os limites de cada uma dessas FDs (ouvintista e do senso comum) neste estudo, apenas pontuamos aqui a ocorrência de uma possível sobreposição entre elas. Por fim, nos discursos em questão, marcas como a *polifonia*, a *citação*, o uso de *aspas*, a *ironia* e a *negação* ainda foram encontradas e consideradas como posições oriundas do domínio da alteridade.

- *A construção da imagem de si (ethos) projetada nos discursos, assim como a possível ocorrência de um ethos pré-discursivo que se busca combater ou, ao contrário, confirmar.*

No DFS, foi verificado um conflito entre o *ethos pré-discursivo* e o *ethos discursivo*, uma vez que o *ethos* construído duplamente pela enunciação (mostrado) e pelo enunciado (dito) não coincide com o *ethos* pré-discursivo possivelmente cristalizado na memória discursiva dos interlocutores. Para edificar uma “nova” imagem de si, os locutores do DFS combatem então o *ethos* pré-discursivo da fraqueza, da incapacidade e da anormalidade, características que supostamente comporiam a imagem de sujeitos “deficientes”. Foi possível observar aqui a construção de um *ethos coletivo* de sujeitos “bem resolvidos”, que pretende dotar o povo surdo de feições específicas e vantajosas. O DFO, ao contrário, em alguns momentos tenta justamente confirmar o *ethos* prévio da deficiência; em outros, independentemente do desejo do locutor, o *ethos* prévio é reafirmado diante da imagem de sofrimento e de inconformidade apreensível nos discursos. O *ethos* pré-discursivo, nesses casos, harmoniza-se com o *ethos* discursivo.

- *O tratamento temático e lexical.*

Os macro-temas determinantes de cada FD foram “normalidade na diferença”, no DFS, e “rejeição”, no DFO. Confirmando o postulado de autores como Maingueneau (2005), Pêcheux (1998) e Orlandi (1998), vimos que o léxico e o tema, por si sós, não definem as FDs. No DFS, apareceram lexemas como *silêncio*, *normal* e *deficiência* revestidos por um valor semântico condizente com a semântica global da FD em questão. Do mesmo modo, vocábulos como *solidão* são reconfigurados no DFS. O mesmo pode ser dito sobre os temas. Um tema, por si, não define uma FD. Isso pôde ser ilustrado, na nossa pesquisa, a partir da veiculação do tema da deficiência nas duas FDs.

- *Os principais aspectos ideológicos defendidos e combatidos nesses discursos e a presença de um discurso hegemônico nos textos coletados, considerando-se os discursos hegemônicos que circulam em nossa sociedade.*

Como principais aspectos ideológicos defendidos no DFS, vemos a ocorrência de uma ideologia surda, que se fundamenta tanto em princípios libertários do direito de escolha quanto em questões filosóficas que questionam o conceito de norma. Com isso, combatem-se o discurso e a ideologia hegemônicos na sociedade, que tende a dividir a humanidade hierarquicamente entre normais e anormais. No DFO, em contrapartida, a concepção de surdez como doença parece retomar a ideologia e o discurso dominantes na sociedade, como já observamos, fazendo, portanto, dialogarem a ideologia do senso comum e o sistema ideológico constituído (da FD clínica), como propõe a teoria bakhtiniana, cada uma dessas formas de ideologia alimentando e reforçando a outra. A comprovação dessa hipótese, no entanto, depende, como também já afirmamos, de informações de que não dispomos aqui. Essa questão fica, portanto, em aberto para novas investigações.

- *A forma como tais discursos visam equilibrar as relações de poder entre surdos e não-surdos.*

A luta pelo poder parece ser a “mercadoria” em jogo nos discursos analisados. E se, por um lado, os defensores não-surdos do DFO precisam dele para manter sob controle os “desviados”, por outro, os locutores surdos do DFS precisam dele para proclamar, de vez, a sua “independência”. O DFS, assim, pode ser visto como uma tentativa de ver reordenadas as relações de força e de poder entre surdos e não-surdos, pois investe na tentativa de instauração de um novo poder: o poder surdo. O DFO, por sua vez, não parece alterar as relações de força e poder entre surdos e não-surdo; ao

contrário, parece reforçar e perpetuar o “poder administrativo” dos não-surdos sobre os surdos.

- *A semântica global de cada discurso, verificando a existência de grupos de textos regidos pela mesma semântica discursiva, bem como as temáticas que o sistema de restrições semânticas exclui em cada FD.*

No DFS foi possível observar grupos de textos regidos pela mesma semântica discursiva – apesar de todos eles fazerem parte de uma mesma FD –, o que caracterizou o fenômeno das diferentes vertentes do DFS. Vimos que o sistema de restrições semânticas opera com o intuito de instaurar uma identidade enunciativa específica. No caso do DFS, excluem-se temáticas relacionadas a uma visão clínica da surdez. Quando elas são impostas pelo campo, recebem tratamento adequado à sua existência naquela FD. No DFO, privilegiam-se temáticas que discutem as conseqüências da surdez e excluem-se temáticas que a abordem de maneira direta, fazendo operar silenciamentos múltiplos. São as restrições semânticas que possibilitam a construção de operadores de individuação em cada FD. Assim, apesar de as FDs em questão pertencerem ao mesmo campo discursivo, isto é, apesar de elas cumprirem a mesma função social (produzirem discursos sobre a surdez), vemos que a diferença se estabelece apenas na maneira de preenchê-la.

Por fim, quanto às questões 1 e 2 do questionário [ver quadro 2], informamos que não foi possível identificar características comuns aos locutores do DFO ou do DFS. Ao cruzar o resultado dessas questões com o discurso dos locutores de cada FD, nenhuma característica marcante pôde ser encontrada – a não ser o fato de que, entre os três sujeitos que se consideraram “deficientes auditivos”, pelo menos dois (textos A e P) assumem um discurso de fundamentação ouvintista, corroborando, de certa forma, a hipótese segundo a qual aqueles que se consideram deficientes auditivos não participam do movimento surdo. Vemos, portanto, confirmado um estereótipo corrente no meio

surdo: “surdo” é a designação preferida pelos sujeitos que se engajam no movimento social assumido pela comunidade surda, isto é, o movimento surdo.

Como foi dito anteriormente, os sujeitos informantes da presente pesquisa, em sua maioria, consideram-se “surdos”, usuários de Libras e, em alguma medida, oralizados. Assim, vemos refutado o argumento segundo o qual a oralização promove a ouvintização, ou o abandono da Libras, uma vez que muitos dos defensores do DFS se consideram oralizados, ao mesmo tempo em que se apresentam como usuários de Libras.

Em suma: o levantamento feito a partir das respostas dos sujeitos às questões 1 e 2 do questionário (ver quadro 2) permitiu-nos constatar (pelo menos no âmbito da presente pesquisa) que o primeiro estereótipo levantado no item 2.1. (Constituição do *corpus*) sobre a relação dos surdos oralizados com a Libras não se sustenta, enquanto o segundo (sobre a baixa ocorrência da designação “deficiente auditivo” entre surdos engajados) pôde ser, em alguma medida, confirmado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando demos início a esta pesquisa, muitos foram os que nos perguntaram: “por que coletar dados em língua portuguesa e não em Libras?” Diziam-nos que seria mais confortável para os sujeitos falarem de si a partir de sua própria língua. A nossa resposta não visava dissuadi-los do contrário, pois concordamos com essa posição. Queríamos fazê-los entender, contudo, que era preciso compreender como a projeção do “eu” aconteceria na língua do outro, visto que o português é a segunda língua dos surdos. Era preciso averiguar como os surdos se comportariam diante de uma questão ao mesmo tempo tão profunda e tão trivial: falar de si, mas em uma língua alheia. Não seria necessário apenas falar de si a partir da língua do outro, mas seria necessário também organizar as suas idéias e a sua escrita para o outro. Alguns informantes questionaram, mas muitos responderam, diríamos, com satisfação. E nenhum se intimidou. Expressaram a “verdade” que governa as suas vidas, o saber que os constitui como seres surdos. Descortinaram suas crenças diante de nós.

Como nos dirá Revuz (2001), escrever em uma segunda língua pode perturbar aquilo que está escrito em nós com as palavras da nossa primeira língua. Quem é o *eu* que escreve em língua estrangeira? O *eu* que se expressa em língua estrangeira não é, jamais, completamente o mesmo da primeira língua, responde a autora. No caso dos surdos, estes passam de seres completos que se expressam com plenitude em língua de sinais, a seres aprendizes que se esforçam para se comunicarem em uma língua que não é a sua, da mesma forma como acontece com todos nós quando nos vemos diante da necessidade de sermos “nós mesmos” em uma língua outra (estrangeira).

E para se haver com o outro, em uma língua outra, será preciso também tornar-se outro. Para Revuz (2001), aprender uma nova língua é sempre um pouco “tornar-se outro”. É experimentar o mundo a partir de olhos alheios, mas com movimentos próprios. E nesse estado, (re)aprendemos a articular nossos pensamentos a partir do novo, esforçando-nos para que tal alteridade não sobrepuje nossa identidade.

O depoimento abaixo ilustra com propriedade o sentimento de uma surda diante da sua relação com a escrita do português. O estranhamento de que nos fala Revuz, está bem delineado no texto abaixo e nos indica que o processo de tornar-se outro parece ser percebido pelo sujeito, levando-o inclusive a questionar a propriedade do que está sendo dito na segunda língua:

Não sei se o que escrevo são palavras minhas, elas são exteriores, não fazem parte de meu contexto. Parecem não cair bem na frase, parece que a escrita do pensamento não ditar o que quero dizer. Vezes sem conta parece-me dizer coisas sem sentido”. [surda de 40 anos] (PERLIN, 1998).

É diante da autonomia e das habilidades lingüísticas do sujeito em Libras que a atuação em LP – língua não apenas segunda, mas também de modalidade distinta – se torna tão “descontextualizada” para os sujeitos, como nos indica a citação acima. O contexto, na verdade, é realmente outro. Em LP, as palavras parecem não ter a mesma consistência que em Libras, os sentidos não estão à mão, e a espontaneidade pode ceder espaço a uma fiscalização mais ativa do processo de escrita, questões que acabam por impor alguns limites à atividade de escrita em língua estrangeira.

Mas apesar de toda a complexidade que envolve o processo de escrita na língua estrangeira e a tradução intersemiótica que subjaz a esse processo (no caso da escrita de surdos), os textos do *corpus* se mostraram reveladores de discursos bem formados e bem posicionados, representantes autênticos do imaginário sócio-discursivo da

comunidade surda, haja vista o diálogo teórico que pôde ser estabelecido com autores surdos a partir dos textos analisados.

E ainda que o *eu surdo* tenha se tornado um pouco *outro* diante da escrita do português; ainda que a posição de estar “entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio”, como nos fala Revuz (2001), tenha redimensionado o seu dizer e ainda que a sua performance lingüística tenha sido abreviada na língua estrangeira, neste estudo estivemos diante de discursos que não sobrevivem apenas enquanto virtualidade, mas que reverberam como acontecimento sempre reiterável na vida dos sujeitos.

Além disso, foi possível confirmar uma hipótese levantada por nós no item 1.4 do Capítulo 1, quando defendemos que as características formais da escrita surda não seriam prejudiciais ao plano do conteúdo. Pudemos comprovar com o nosso estudo que, apesar das características sociodialetais da escrita surda (apreensíveis no plano da expressão verbo-visual), o texto “funciona” muito bem, dá o seu recado no plano do conteúdo e possibilita ao analista, sem prejuízos, entremear os “fios” que o discurso vai tecendo.

A experiência de ser surdo em português mostrou-se, para os sujeitos da pesquisa, como um exercício de reflexão de si a partir de um ponto que pode até descentrá-lo, mas que não permite a fuga daquilo que lhe é mais precioso: o *ser* que é o *surdo*.

E supondo que seja na relação com diferentes “outros” (ouvinte / deficiente auditivo / surdo) que o surdo se constitui como sujeito, podemos supor também que seja a partir do convívio em comunidade (e na solidificação do uso da LS) que ocorra o encontro do sujeito consigo mesmo. Assim, é preciso retificar aqui uma afirmação que fizemos no item 1.3 do Capítulo 1, quando consideramos “práticas oralistas” como a base da FD ouvintista. Chegando ao fim da trajetória da nossa pesquisa, pudemos

perceber que o fundamento da FD clínica está, sobretudo, na opção de seus adeptos em *não conviver com os demais surdos*. Essa primeira escolha (ou circunstância) determina o porvir. Surdos que convivem com surdos tomam a LS como sua e discutem questões pertinentes à classe, desenvolvendo, em torno do grupo, tradições, visões e hábitos de vida que determinam uma cultura e os faz celebrar a normalidade da diferença. Ao contrário, surdos que optam por viver apenas em meio a ouvintes, necessitam falar e agir como tais, apesar de não sê-lo, manifestando, em consequência disso, sentimentos de exclusão e sofrendo com as diferenças.

Ouvintização, portanto, como as análises nos indicaram, é muito mais do que o ceder às práticas oralistas; é ceder, principalmente, a um *modelo de vida ouvinte*, que surge através do desejo de (con)viver principalmente em meio “à nata da normalidade” (os ouvintes), recusando a *forma de vida surda*. Como o texto (17) sugere, é possível até mesmo oralizar-se sem ouvintizar-se, uma vez que o que ouvintiza, na verdade, parece ser a falta de contato com os povos surdos e, em consequência disso, com a ideologia que os move.

Por fim, afirmamos que quando estabelecemos, em nossa pesquisa, um espaço discursivo constituído por unidades discursivas não-tópicas, não era nosso objetivo simplesmente verificar e comparar a ocorrência de distintos posicionamentos no campo discursivo da surdez, mas, ao contrário, queríamos justamente compreender de que forma esses discursos e esses saberes se relacionam, como se delimitam, se evocam e se refutam naquele espaço discursivo e, sobretudo, que imagens poderiam ser projetadas a partir daí.

Acreditamos ter cumprido nossos objetivos e, com isso, dado nossa modesta contribuição para a análise do discurso e para os estudos sobre surdez, ainda que esta pesquisa tenha se debruçado sobre uma parte apenas desse universo: o dos surdos

universitários. No fim da jornada, deixamos em destaque um engajamento político apreensível no DFS (que visa equilibrar as relações de poder entre surdos e não-surdos) e que pode ser representado por um *desejo de poder* que não visa oprimir, mas deixar de ser oprimido; que não almeja dominar, mas deixar de ser dominado e que deseja fazer ecoar no espaço uma sinalização forte e melodiosa: “*é surda que eu me sinto muito feliz e contente.*”

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.
- ARALDI, I. S. A carapuça da discórdia: uma análise dos discursos que emanam de um gesto presidencial. *Revista Linguagem em (Dis)curso*. V. 5, n. 2, 2005. Disponível em: www.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0502/04.htm. Acesso em: 15 abr. 2008.
- AREND, H. C. Karl Marx, Max Weber e Clifford Geertz no conceito de Ideologia de Paul Ricoeur. *Ciências Sociais*. Unisinos: São Leopoldo, v.39, n.163, p.37-60, 2003.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.
- BAKHTIN/VOLOSHINOV M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BARROS, Diana L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997. p. 27-36.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.
- BROCHADO, S. M. D. *A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira*. Tese de Doutorado (Letras). UNESP. São Paulo, 2003.
- CAMPELLO, A. R. *Aspectos visuais na educação de surdos*. Tese (doutorado em educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- CARVALHO, I. Protetização auditiva. In: *Jornal do Conselho Federal de Medicina* (dez/2002 – jan/2003). Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/jornal/jornais2002/dezembro/pag_13.htm. Acesso em: 04 set. 2008.
- CEREJA, W. Significação e tema. In: BRAIT, B (org.). *Bakhtin – conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, p. 201-220, 2007.
- CESÁRIO, G. Conseqüências da privação auditiva no processo evolutivo. In: *Anais do IX Congresso Internacional e X Congresso Nacional do INES – Surdez e universo educacional*, Rio de Janeiro, p. 23-28, 2005.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. Fabiana Comesu *et al.* São Paulo: Contexto, 2006.

CHIELA, V. E. *Marcas Surdas: escola, família, associação, comunidade e universidade constituindo cultura e diferença surda*. Dissertação de mestrado (Educação). São Leopoldo, Universidade Vale do Rio dos Sinos, 2007.

COURTINE, J. J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, n. 62, 1981. Disponível em www.dle.uem.br/jied/pdf/DIREITA%20E%20ESQUERDA%20motta%20e%20possenti.pdf. Acesso em: 20 set. 2008.

DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas, SP: Editora Pontes, 1987.

ELLIS, R. *The Study of Second Language Acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

EGGS, E. In: *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, R (Org.). *Imagens de si no discurso - A construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FARIA, R. M. Comunicando e expressando com o teatro surdo. In: *Anais do IX Congresso Internacional e X congresso nacional do INES – Surdez e universo educacional*, Rio de Janeiro, p. 149-149, 2005.

FERNANDES, E. *Problemas Lingüísticos e Cognitivos do Surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERREIRA, M. C. L. A língua da Análise de Discurso: esse estranho objeto de desejo. In: INDURSKY F. e FERREIRA, M. C. L. *Michel e Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Clara Luz, p. 213-218, 2007..

FIGUEIREDO, F. J. Q. *Semeando a interação: a revisão dialógica de textos escritos em língua estrangeira*. Goiânia: Ed. UFG, 2005.

FIORIN, J. L. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, J. L. . A noção de texto em Semiótica. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 163-173, 1995.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga & Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

GESUELI, Z. M. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. *Educação e sociedade*, Campinas, SP, v. 27, n. 94, p. 277-292, 2006.

GÓES, M. C. R. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

- GREIMAS, A. J. *Maupassant: la sémiotique du texte*. Paris: Seuil, 1976.
- GUARINELLO, A.C.G. *O papel do outro no processo de construção de produções escritas por sujeitos surdos*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná, 2004.
- KARNOPP, L. B. Práticas de leitura e escrita nas escolas de surdos. In: FERNANDES, E. *Linguagem e Surdez*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
- LACERDA, C. B. F. de. *Um pouco da história da história de diferentes abordagens na educação de surdos*. *Cadernos CEDES*, v.19, n.46. Campinas: UNICAMP, 1998.
- _____. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos professores e intérpretes sobre essa experiência. *Cadernos CEDES*, v. 26, n. 69, Campinas: UNICAMP, 2006.
- LANE, H. *A Máscara da Benevolência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- LARA, G. M. P. Aplicando alguns conceitos de *Gênese dos Discursos*. In: POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. (orgs.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008. p. 110-132.
- LEITE, T. *Compêndio para ensino dos surdos-mudos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1881.
- LODI A.C.B. Plurilinguismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da educação de surdos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n 3, p. 409-424, 2005.
- _____. Uma leitura enunciativa da Língua Brasileira de Sinais: o gênero contos de fadas. *DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 281-310, 2004.
- MAHER, T. M. Sendo índio em português. In: SIGNORINI, I. (org.). *Lingua(gem) e identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- MAGALHAES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. *DELTA*, São Paulo, v. 21, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: novembro de 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1998.
- _____. *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Criar Edições, 2005.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso – a construção do Ethos*. São Paulo, Editora Contexto, 2005b.
- _____. Unidades Tópicas e não-tópicas. In: POSSENTI, S; SOUZA-E-SILVA, M. C. P (orgs). *Cenas da Enunciação*. Curitiba: Criar Edições, p. 09-24, 2006.

_____. Análise do discurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs.) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. Citação e destacabilidade. In: POSSENTI, S; SOUZA-E-SILVA, M. C. P (orgs). *Cenas da Enunciação*. Curitiba: Criar Edições, p. 53-71, 2006.

_____. Escola Francesa de Análise de Discurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs.) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. Ethos. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs.) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. Interdiscurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs.) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006b

_____. *Análise de textos de Comunicação*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

_____. A propósito do ethos. In: MOTA, A. R. SALGADO, L. *Ethos Discursivo*. São Paulo: Editora Contexto, 2008b.

MOURA, M. C. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro, Revinter Editora, 2000.

NEVES, M. S. O processo identificatório na relação professor-aluno na aprendizagem de língua estrangeira. In: MAGALHÃES, I.; GRIGOLETTO, M.; CORACINI, M. J. *Práticas identitárias: língua e discurso*. pp.45-56, 2006.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

_____. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes; 1998.

PAGANO, A.; MAGALHAES, C. Análise crítica do discurso e teorias culturais: hibridismo necessário. *DELTA*, São Paulo, v. 21, 2005 . Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502005000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: novembro de 2008.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998. p. 61-151.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes, 1990.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma introdução à obra de Michel Pêcheux: uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. In: *Anais do IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 2005, UERJ. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>. Acesso em: maio 2008.

PEREIRA, M. C. C. . Discutindo o uso da sintaxe por estudantes surdos. In: A.P. Berberian; G.A. Massi; A.C. Guarinello. (Org.). *Linguagem escrita - referenciais para a clínica fonoaudiológica*. São Paulo: Plexus, 2003.

PERLIN, G. T. T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

_____. Prefácio. In: QUADROS, R. M; PERLIN, G. T. T. (orgs.). *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Arara Azul, 2007. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf>. Acesso em: jun. 2008.

_____. *O ser e o estar sendo surdo: alteridade, diferença e identidade*. Tese (Doutorado em Educação). São Leopoldo: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

_____; MIRANDA, W. O narrar e a política. *Ponto de Vista*. Florianópolis, n. 05, p. 217-226, 2003.

_____; STROBEL, K. L. *Fundamentos da educação de surdos*. Material didático para o curso Letras/Libras da Universidade Federal de Santa Catarina: UFSC, 2006.

PFEIFER, P. V. *Pensando a integração social dos sujeitos surdos: uma análise sobre a escolha da modalidade lingüística – língua de sinais ou língua oral – pela família*. Monografia de fim de curso (bacharel em ciências sociais). Universidade Federal de Santa Maria, 2003. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d13-pvpfeifer.pdf>. Acesso: agosto de 2008.

PINTO, P. L. F. *Identidade Cultural Surda na Diversidade Brasileira*. *Revista Espaço*. Rio de Janeiro: INES v. 16, 2001. p. 34-41.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

_____. Observações sobre o Interdiscurso. *Revista Letras*, Curitiba: UFPR. n. 61, especial, p. 253-269, 2003.

_____; MOTA, A. R. Direita, esquerda: Volver! In: *Anais da 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, p. 303-315, 2008.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

_____; SCHIEDT, M. L. P. *Idéias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf. Acesso em maio de 2008.

- REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (org.). *Lingua(gem) e identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- REZENDE, F. F. J; PINTO, P. L. Os surdos nos rastros de sua intelectualidade específica. In: QUADROS, R. M; PERLIN, G. T. T. (org.). *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Arara Azul, 2007. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf>. Acesso em: jun. 2008.
- RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologias* (org. de Hilton Japiassú). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- ROCHA, F. T. *Libras: um estudo encefalográfico de sua funcionalidade cerebral*. Disponível em www.enscer.com.br/pesquisas/artigos/libras/libras.html. Acesso em: 12 dez. 2007.
- RUDNER, A. *A relação entre polidez e cultura surda na língua brasileira de sinais* (em desenvolvimento). Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- SÁ, N. R. L. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Ed. Universidade Federal do Amazonas, 2002.
- SÁNCHEZ, C. M. *La educación de los sordos en un modelo bilingüe*: Mérida, Ickonia, 1991.
- SANTANA, A. P; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 26, n. 91, p. 565-582, 2005.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SILVA, E. G. Os (des)encontros da fé : análise interdiscursiva de dois movimentos da igreja católica. In: *Sínteses – Revista do Instituto de Estudos da linguagem*. Campinas: UNICAMP, vol. 12 p. 297-310, 2007. Disponível em: www.iel.unicamp.br/seer/sinteses/ojs/viewarticle.php?id=80. Acesso em: agosto de 2008.
- SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: _____. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- _____. A localização política da educação bilíngüe para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da Educação Bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 1, p. 7-14.
- SOUZA, R. M. de. *Que palavra que te falta? Lingüística, educação e surdez: considerações epistemológicas a partir da surdez*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SOUZA, R. M. de; GÓES, M. C. R. de. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, C.(org.). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STROBEL, Karin L. *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*. Tese de doutorado (Educação). Santa Catarina: UFSC, 2007.

TESKE, O. *As relações de poder(es) nos territórios contestados da surdez*. Disponível em: <http://www.ulbra.br/ acessibilidade/relacpoder.htm>. Acesso em: agosto de 2008.

TFOUNI, F. E. V. O interdito e o silêncio: duas abordagens do interdito na linguagem. In: *Linguagem em (Dis)curso*. v. 8, n. 2, p. 353-371, 2008. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0802/080207.pdf>. Acesso: setembro de 2008.

WEBER, L. N. D. Algumas notas sobre o conceito de poder em skinner. *Revista de Psicologia Argumento*, ano VIII, n. IX, p. 29-39, 1989.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, aceito participar da pesquisa “A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez”, realizada pelos pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, Glaucia Muniz Proença Lara e Maria Clara Maciel de A. Ribeiro, respondendo ao questionário que me foi apresentado. Estou ciente de que a pesquisa tem por objetivo analisar os discursos sobre o ser surdo e a surdez produzidos na condição de surdez, com a finalidade de contribuir com os estudos que buscam compreender o que dizem sobre a surdez aqueles que a vivenciam. Também estou ciente de que os dados coletados só poderão ser utilizados em produções acadêmicas, como dissertações de mestrado, artigos, etc. Além disso, sei que tenho assegurada a minha privacidade, que os dados serão utilizados sem a minha identificação, e a garantia de que em qualquer momento da pesquisa, antes e durante o seu curso, eu tenho a liberdade de recusar a minha participação ou retirar o meu consentimento.

Belo Horizonte, ____ de _____, de 2008

Glaucia Muniz Proença Lara – (31) 9992 1955 gmlara@gmail.com
Maria Clara Maciel de A.Ribeiro – (38) 8821 5601 mclaramaciel@hotmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa – UFMG (31) 3409 4592 coep@prpq.ufmg.br

ANEXO 2

Casal britânico quer direito de escolher embrião surdo

12 de março, 2008 - 14h26 GMT (11h26 Brasília)



Um casal britânico de surdos iniciou uma polêmica ao afirmar que quer selecionar um bebê com a mesma característica no processo de fertilização artificial ao qual deve se submeter.

Tomato e Paula Lichy se transformaram em ícones do movimento dos portadores de deficiência auditiva na Grã-Bretanha, que não considera a surdez uma deficiência, mas sim o primeiro passo para uma cultura rica, com sua própria linguagem, história e tradições.

O casal já tem uma filha portadora de deficiência auditiva e quer ter uma outra criança. Paula, que já tem mais de 40 anos, provavelmente precisará de um tratamento de fertilização.

A Lei de Embriologia e Fertilização Humana da Grã-Bretanha não permite que casais que passem por tratamentos do tipo escolham os embriões que possam desenvolver algum problema, anormalidade ou condição médica, deixando de lado os embriões considerados normais.

"A questão central é que o governo afirma que pessoas surdas não são iguais às pessoas que ouvem", disse Lichy à BBC.

Polêmica

Segundo a lei britânica, se o casal se submeter ao tratamento e produzir apenas embriões portadores de deficiência auditiva, eles poderão implantar um destes - mas é pouco provável que não seja produzido nenhum embrião considerado normal.

Se o casal pedir para que os embriões sejam testados, eles serão obrigados a escolher o que não é portador da deficiência auditiva.

O teste dos embriões não é obrigatório, e o casal pode simplesmente apostar na sorte de que um embrião portador de surdez seja o escolhido.

Um dos argumentos de Tomato Lichy é que a surdez não é uma deficiência. Para o ativista, a inabilidade para ouvir é uma parte integral de sua identidade e aqueles que conseguem ouvir é que estão em desvantagem em seu mundo.

Mas o argumento dele não é aceito por uma das organizações que faz campanha pelos portadores de deficiência auditiva na Grã-Bretanha, o Instituto Real para Pessoas Surdas.

"A surdez é uma deficiência e passamos muito tempo fazendo campanha para melhorar as vidas das pessoas que têm o problema. Com certeza não é um insulto aos surdos afirmar que é melhor criar uma criança que vai enfrentar menos dificuldades, quando se pode fazer uma escolha", afirmou o diretor-executivo da organização, Jackie Ballard.

Uma pesquisa da Universidade de Leeds, na Grã-Bretanha, descobriu que a grande maioria das pessoas surdas pesquisadas não tinha preferência - ficariam felizes se tivesse um filho surdo ou normal.

Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080312_paissurdosivffn.shtml